

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

BAIRRO DAS INGOMBOTAS, EM LUANDA: HERANÇA URBANÍSTICA E ARQUITETÓNICA.

Yara Adjany Monereo Flora

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Urbanismo
(Mestrado Integrado em Urbanismo)

Orientadora Científica:

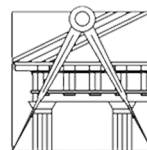
Professora Doutora Arquiteta Maria Manuela da Fonte.

Presidente do júri: Arquiteto Luís Carvalho.

Arguente: Arquiteta Ana Magalhães.

Lisboa, Janeiro de 2018

BAIRRO DAS INGOMBOTAS, EM LUANDA
HERANÇA URBANÍSTICA E ARQUITETÓNICA



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Arquitetura da Universidade de
Lisboa
Dissertação de Mestrado Integrado em Urbanismo

Bairro das Ingombotas, em Luanda:
Herança Urbanística e Arquitetónica.

Orientadora Científica:
Professora Doutora Maria Manuela da Fonte.

Yara Adjany Monereo Flora
Janeiro de 2018
Texto escrito segundo o atual acordo ortográfico.

Agradecimentos

À minha orientadora, professora Manuela, por toda a dedicação, paciência e conhecimento transmitido e aos restantes professores que participaram direta ou indiretamente na minha formação.

À professora Isabel Martins pela ajuda inicial e decisiva na escolha do tema e orientações.

À arquitecta Alice Correia por toda ajuda e carinho.

À minha mãe, pela oportunidade e Amor.

À minha irmã, por me incentivar e apoiar.

Ao meu pai, por tentar participar.

À minha família.

Aos meus amigos, família que o meu coração escolheu, por estarem sempre presentes e me motivarem nos momentos de quebra.

Ao Márcio, pelas fotografias.

À tia Cristina, pela disponibilidade e carinho.

(À minha estrelinha que me acompanha sempre!)

ÍNDICE

Resumo Abstract	10
I Introdução	12
Tema e Motivações	12
Questão de partida e Objetivos	14
Metodologia	15
Estrutura do Trabalho	19
II. Enquadramento teórico e conceptual.	22
II.1 Forma: Permanência e Continuidade.	22
II.2 Memória, identidade e cultura.	28
II.3 Africanidade: Cultura e património.	33
III. ABORDAGEM GERAL AO PAÍS.	43
III.1 Descoberta.	44
III.2 Primeiros contactos entre os povos.	47
III.3 Tipologias construtivas.	48
III.4 Comunhão entre povos.	50
IV: LUANDA.	55
IV.1 Contexto Geográfico.	56
IV.2 Evolução Histórica.	58
IV.3 População: crescimento demográfico e suas características.	78
IV.4 Planos Urbanísticos.	88
IV.5 Tipos de construções na cidade de Luanda.	102
IV.5.1 Os Musseques.	105
V. BAIRRO DAS INGOMBOTAS.	121
V.1 O Lugar.	122
V.2 Evolução do Bairro.	123
V. 3 Retrato social e urbano do Bairro.	133
V.4 Agentes de Tranformação do Território.	138
V.4.1 Gabinete de Urbanizaçã Colonial.	141
V.4.2 Planos Urbanísticos: Influência na Construção do Bairro.	146
V.4.3 Arquitetura e Urbanismo no Bairro.	154
V.5 Uma Casa no Bairro das Ingombotas	161
V.6 Análise Urbana.	171
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	197
FONTES DOCUMENTAIS.	208
índice de Imagens	214

BAIRRO DAS INGOMBOTAS, EM LUANDA:
HERANÇA URBANISTICA E ARQUITETÓNICA.

Resumo

Esta dissertação de Mestrado assenta na análise de um bairro africano, localizado em Luanda (Angola). Esta análise relaciona-se com a necessidade de preservar a identidade arquitetónica e urbanística de uma região, documentando catalogando os elementos que nos permitam reconhecer a sua existência em momentos históricos da cidade, referenciando-o cronologicamente no tempo. O objetivo deste trabalho é, e de uma forma muito modesta, entender e alertar a constante demolição de edifícios emblemáticos que outrora caracterizavam a paisagem da cidade e consequente transformação, mas que aos poucos vão desaparecendo do plano real devido à especulação imobiliária e à necessidade emergente de dar à cidade uma nova leitura, associada a uma imagem moderna e dinâmica.

Palavras - Chave:

Património - Herança - Bairro - Ingombotas.

Abstract

This essay is based on the analysis of an African neighborhood, located in Luanda (Angola). This analysis is related to the need to preserve the architectural and urbanistic identity of a region, documenting and cataloging the elements that allow us to recognize its existence in historical moments of the city, chronologically referencing it in time. The objective of this work is, and in a very modest way, to understand and alert the constant demolition of emblematic buildings that once characterized the landscape of the city and consequent transformation, but which gradually disappear from the real plan due to real estate speculation and the emerging need to give the city a new layer, associated with a modern and dynamic image.

Key - Words:

Patrimony - Heritage -Neighborhood - Ingombotas.

INTRODUÇÃO

Tema e Motivações

Angola é um país especial. Encantador pelas suas cores e paisagens. É um lugar que desperta em nós os ritmos da alma. Consegue tocar-nos o coração. Costuma-se dizer que “ou se gosta ou se detesta. Não existe meio termo!” - e é verdade. Eu acrescentaria, se me permitirem, que é uma terra dotada de um misticismo singular. Já que não conseguimos ignorar os aspetos mais obscuros da cultura de um país e, talvez, o seu encanto, também se prenda com isto .

Este trabalho surgiu da necessidade de, enquanto angolana e luandense, tentar perceber as minhas raízes. Tentar perceber como é que esta cidade que tanto me encanta e povoa as minhas memórias de menina se foi construindo e desconstruindo, moldando a Luanda dos nossos dias. Luanda é uma cidade de contrastes sociais, urbanos e arquitetónicos. O seu desenvolvimento em grande escala iniciou-se na década de 1940 com a grande aposta feita na agricultura, nomeadamente no café, algodão e sisal. Angola cresceu muito e este crescimento refletiu-se na economia, no urbanismo e arquitetura. Houve também na altura a necessidade de criar habitações que suportassem a população que afluía para Luanda vinda de Portugal e foram surgindo novos bairros, que se destinavam principalmente à população branca, afastando, deste modo, a população negra para a periferia. É neste contexto que surge o tema do trabalho, cujo caso de estudo é o Bairro das Ingombotas: que me proponho estudar, analisar e “edificar” temporalmente,

sobrepondo as sucessivas camadas que a História da cidade nos permite ler para entender como este pedaço de terra se foi transformando longo do tempo. Este foi o local onde a população africana, expulsa de outros bairros, se fixou. É, portanto, um dos primeiros bairros de população negra na cidade. Com isto, surgiu a necessidade de perceber como o bairro foi sobrevivendo e o que dele restou passados tantos anos de existência. Por ser o primeiro bairro periférico, à data em que foi construído (por volta de 1940), torna-se urgente analisá-lo do ponto de vista urbano e arquitetónico, pois acredito que seja um exemplo claro onde esteja presente o binómio cidade europeia (branca) vs cidade africana (negra). Um lugar de uma forte miscigenação cultural. E, assim, importa aferir de que modo a cultura africana está presente na génese do bairro e, como foi feito o casamento entre as tipologias arquitetónicas características do modo de viver e habitar do povo europeu com o povo africano.

Questão de partida e Objetivos

O sentido deste trabalho prende-se com a necessidade de se adquirir conhecimento e inventariar todos os aspectos capazes de caracterizar o bairro de uma cidade que vai perdendo, anualmente, muitos elementos históricos do ponto de vista urbanístico e arquitetónico, que seriam essenciais para se perceber a sua origem e evolução.

Partindo-se da questão ***O que resulta da ligação entre a arquitetura africana e a europeia no espaço urbano Luandense?*** vai-se estruturando toda a investigação que pretende dar resposta às inquietações que motivam o trabalho.

Pretende-se conhecer a história do país e posteriormente da cidade para que possamos perceber a sua evolução e os fatores que terão sido determinantes para a formação e evolução do Bairro das Ingombotas, em Luanda.

1. “Desconstruir a cidade de Luanda” com o objectivo de construir a história evolutiva da cidade e, posteriormente, entender como surgiu o Bairro das Ingombotas no âmbito dos aglomerados que foram nascendo e ganhando vida com o passar do tempo.
2. Perceber de que modo a forma de arquitetar africana influência hoje o modo de habitar e viver os bairros em Luanda, nomeadamente no Bairro das Ingombotas.
3. Entender o que sobrou da cultura arquitetónica africana no bairro no que respeita ao desenho das habitações.

Metodologia

A metodologia adotada durante o processo de trabalho recorre-se de técnicas de análise e recolha de informação por observação direta, bem como por meio de pesquisa documental que visa o conhecimento do tema em estudo. A método de trabalho tem, portanto, duas vertentes: uma teórica (mencionado em baixo nos pontos 1, 2 e 3) e outra prática (abordadas em 4 e 5).

1. Viagem para Luanda: foi uma viagem de reencontro essencial para a observação “in loco” da área em estudo, possibilitando o levantamento fotográfico dos edifícios, das praças e ruas da mesma; levantamento dos usos e altimetrias do bairro. Foi também extremamente importante a realização dos passeios urbanos organizados pela universidade Agostinho Neto com o apoio da fundação Kalú para conhecer e distinguir as tipologias arquitetónicas que pontuam a cidade.

2. Entrevistas: foi crucial o contacto com arquitetos, urbanistas e profissionais de outras áreas que estejam atentos, interessados e disponíveis para partilhar as suas visões sobre as problemáticas da evolução das cidades, como foi o caso da professora Isabel Martins, do presidente da ordem dos arquitetos de Angola, sr Vitor Leonel, Historiadora Cristina Pinto.

3. Tratamento do apreendido durante a viagem: esta etapa consistiu em organizar a informação recolhida nas instituições que me ajudaram em Luanda, nomeadamente o IPGUL, o Arquivo Histórico da Cidade de Luanda. Bem como,

à distância, tentei percorrer novamente o bairro que me propus analisar para começar a contar a história que me propunha.

4. Recolha Bibliográfica: prende-se com o estudo de vários autores que anteriormente se debruçaram sobre o tema da cidade e a sua evolução.

5. Elaboração do trabalho: a elaboração do trabalho propriamente dito passou essencialmente pelo estabelecimento de metas a serem atingidas dentro de determinados prazos.

Estrutura do Trabalho

A dissertação debruça-se sobre a herança urbanística e arquitetónica no Bairro nas Ingombotas, na cidade de Luanda. Para o efeito dividiu-se o trabalho em seis capítulos.

1. “Enquadramento Teórico e Conceptual”: corresponde a uma breve contextualização do tema do trabalho.
2. “Introdução”: onde se apresentam as motivações do tema, os objetivos, metodologia e estrutura do trabalho.
3. “Abordagem Geral do País”: onde se procura fazer uma contextualização histórica, política e económica do país desde que este foi descoberto até à atualidade.
4. Luanda: faz-se uma breve explanação sobre o tema das cidades e das suas evoluções, focando-me posteriormente em como a cidade foi sendo ocupada e delimitada; na sua evolução construtiva, apoiando-me em cartografia histórica que fundamente as informações que serão apresentadas. É também neste capítulo que me proponho analisar os planos diretores que existiam com o intuito de concluir de que modo definiram a génese o bairro das Ingombotas, que estudarei no capítulo seguinte.
5. O bairro das Ingombotas: este capítulo aborda o surgimento do bairro no contexto da cidade e do seu crescimento e do ponto de vista das relações que estabelecia com as urbanizações vizinhas e das tipologias construtivas que aí

se faziam.

Este capítulo compromete-se em tentar perceber o que resultou do casamento entre África e Europa. Como em qualquer relacionamento, quando duas partes decidem unir-se e partilhar um mesmo espaço físico há que se fazer cedências e partilhas com a finalidade de uma convivência em harmonia. Aqui pretende-se entender de que forma se este “relacionamento” aconteceu, do ponto de vista da arquitetura e do urbanismo; do modo de habitar e projetar o espaço; os ganhos e as perdas desta partilha.

6. Considerações Finais: onde se apresentam as conclusões do trabalho.

*“A cultura angolana é africana, é sobretudo angolana...
Desenvolver a cultura não significa submete-la a outras.”*

Agostinho Neto.

(In MACEDO, 2014)

II. Enquadramento Teórico e Conceptual.

II.1 Forma: Permanência e Continuidade.

Uma vez consolidada a parte velha da cidade (a Baixa e a Alta da Cidade), os seus limites foram sucessivamente ultrapassados. Por razões higiénicas promoveu-se a sua dispersão, as ruas passaram a ser feitas mais largas, os edifícios e os bairros foram especializados, enquanto os prédios eram, em grande maioria, destinados à habitação apenas com lojas e oficinas ao longo das ruas principais. Aos aglomerados antigos juntaram-se edifícios isolados que mais tarde fizeram parte de um novo conjunto urbano (MUZIO,2010:193). Este processo, no fundo, desenvolveu-se a par e passo da evolução física da cidade. Luanda começou a registar um crescimento e desenvolvimento significativo apenas por volta da década de 1920, em que a economia do país começou a ser alvo de investimentos. No entanto, na década de 1930, devido à depressão económica provocada pela Crise da Bolsa de Wall Street nos Estados Unidos, a economia mundial abrandou e isto refletiu-se também no contexto colonial. Contudo, como fim da Segunda Guerra Mundial, e com os lucros que advieram da cotação que o café angolano adquiriu no mercado internacional, passou a investir-se no sector industrial e comercial. Tal facto aliciou a ida de muitos portugueses para o território ultramarino. Este fluxo de indivíduos para Angola, impulsionou a reestruturação das infraestruturas do país, nomeadamente das cidades principais, nas quais Luanda estava incluída. O progresso da economia do país aliado aos Planos de Fomento, gerou um crescimento exponencial da população que teve os seus impactos também a nível urbano, tendo os limites da cidade formal sido extrapolados

e despoletado uma onda de construção de habitações de teor informal. Este fenómeno provocou um grande desajuste não só no crescimento da cidade como também na sua gestão.

Estas vagas de portugueses e estrangeiros em geral que imigraram para Angola tiveram especial impacto no desenvolvimento do bairro em estudo. Até 1930, o bairro das Ingombotas resultou do ajuntamento informal de construções feitas pelos antigos escravos que viviam nos bairros nobres da Baixa. A partir de 1930, com os fluxos migratórios cada vez mais significativos que se começaram a verificar, aquela imagem do bairro foi-se transformando, assumindo outra muito mais “moderna” e que sugeria a continuidade da imagem da cidade branca. A população que aí vivia foi forçosamente transferida para os bairros periféricos, deixando claro o limite ente cidade branca e cidade negra. No entanto, foi a partir do início de 1960, que a imagem o bairro mudou radicalmente, devendo-se este facto ao crescimento populacional desmedido que se verificou e que obrigou à construção massiva de infraestruturas capazes de dar resposta aos problemas do crescimento demográfico daquela época.

A transformação desta cidade e, consequentemente do bairro das Ingombotas, esteve sempre ligada a dois fatores determinantes: a população (seu crescimento e migrações) e a economia (as apostas que se faziam e que permitiam o aumento de receitas, que se transmitia num maior investimento nos sectores que visavam dar resposta às necessidades

da população e aos problemas derivados do seu crescimento).

A cidade de Luanda como todas outras foi alvo de transformações ao longo dos tempos. Estas transformações sucessivas refletem-se na história, na arquitetura e urbanismo da cidade e também na cultura, na linguagem, e no modo de se relacionar com os seus habitantes e com aqueles que as visitam. E não podia ser diferente porque as cidades são organismos vivos de um processo dinâmico de transformações, que se caracterizam pela capacidade de resistir e de se adaptar à passagem ininterrupta de gerações diferentes (CRUZ,2016:9). A sua sobrevivência relaciona-se com a sua flexibilidade em se adaptar e de inovar, sem nunca existir um resultado final uma vez que com o passar do tempo ela se desenvolve e adquire consciência e memória de si mesma, esclarecendo e modificando os motivos do seu desenvolvimento (ROSSI, 2001:31), pelo que se pressupõe que a sua forma atual será sempre a forma de um determinado tempo na cidade e que nela coincidem muitos tempos (ROSSI, 2001). Para conhecermos a forma urbana somos impelidos a fazer a leitura de todos os tempos que a compõem: o seu passado, a sua história e permanências, elucidam-nos os desejos e as ações que orientaram a sua evolução, ainda assim, só abordam parte do seu tempo, visto que a partir deste momento também é possível reconhecermos o seu futuro, apesar de abstrato, em todas as ideias e projetos programados para o sítio- quer se materializem ou não (COELHO, 2014).

Ao se abordar a relação entre o tempo e a forma urbana, ou o tempo que a cidade leva a consolidar-se, constatamos que esta se vai modificando, e nos questionamos acerca da resistência de alguns dos seus elementos à ação transformadora do tempo, a sua herança física. Assim, esta herança revela-se através dos monumentos que são as marcas construídas do passado, da persistência dos traçados e do plano (ROSSI, 2001:75). Os monumentos são aqui entendidos como os elementos físicos que nos permitem recordar o passado e que cuja existência perpetua no tecido urbano em função do seu valor para a comunidade (CHOAY, 2010). Por seu lado, a perpetuação do plano e do traçado relacionam-se na medida em que o plano se materializa através do estabelecimento de limites dos espaços, das edificações, das vias, dos eixos à volta dos quais a cidade se desenvolve, as pessoas se deslocam e ao longo dos quais outros elementos se organizam e relacionam (LYNCH, 1982).

Segundo este ponto de vista podemos admitir que o bairro em si, com o seu traçado urbano, que permanece quase imutável desde 1926, é parte desta herança física que aqui abordamos, e, naturalmente, edifícios como a Igreja do Carmo e o Governo Provincial, por serem os mais antigos e por resistirem às ações transformadoras do tempo, se encaixam nesta mesma categoria. Estes elementos podem sofrer alterações, perder o seu uso e, eventualmente, o seu significado, no entanto não se movem no espaço, pelo que fazem parte dos elementos de permanência mais significativa da cidade (ROSSI, 2001:76),

a partir da qual conseguimos perceber a configuração urbana e apercebemo-nos dos seus fenómenos de crescimento e transformação ao longo dos tempos (CRUZ, 2016:10).

No entanto, as permanências não se limitam aos elementos acima mencionados, do mesmo modo que nem tudo o que permanece contribui positivamente para o desenvolvimento da dinâmica urbana. É indiscutível o seu valor enquanto testemunho e referência da materialização da cidade; estas relacionam-se com a história, com a memória e com o tempo, não obstante, há que olhar para as mesmas com sentido crítico, comparar a evolução e o seu significado (o que foram e o que representam na atualidade), de modo a evitar a sua permanência sem fundamento, agarrada a uma visão saudosista do passado. As permanências (heranças) devem ser mantidas vivas e presentes na dinâmica evolutiva da cidade e não encaradas como elementos estáticos no tempo que acabam por comprometer o natural progresso urbano (CRUZ, 2016:10).

Aldo Rossi (2001:76-77) agrupa este tema em duas categorias: elementos propulsores e elementos patológicos. Os primeiros são caracterizados pelo seu valor constitutivo, pela história e pela arte, pelo ser e pela memória, relacionando-se com a cidade e com os quais as pessoas se identificam; opostamente a estes, os segundos, constituem aqueles que perderam o seu valor no contexto urbano e que permanecem no traçado como

elementos isolados que destoam da evolução da cidade.

A estação de caminhos de ferro da Cidade Alta surge aqui como um exemplo de um elemento propulsor da cidade e que faria todo o sentido reabilitar e manter, devido ao seu contexto histórico, podendo, naturalmente, ser-lhe atribuído um uso diferente do que outrora teve. Pois, esta noção de permanência de elementos no tecido urbano em muito se relaciona também com a capacidade que o elemento tem de se adaptar e se reinventar em função das necessidades do local em que está inserido, de modo a manter-se vivo e a fazer parte do quotidiano urbano.

No sentido de antecipar a validade da nossa intervenção no ciclo da vida urbana, temos consciência que nunca iremos controlar a evolução da cidade integralmente (COELHO, 2014:10), no entanto, por vivermos num tempo em que se experimenta o passado e se tenta antecipar o futuro, faz parte das nossas obrigações contribuir da melhor forma possível para a sua sustentabilidade, garantindo o respeito pelas memórias que herdámos daqueles que nos antecederam e conscientes de que a nossa intervenção será igualmente experienciada por aqueles que nos sucederem (PROENÇA, 2014:47).

II.2 Memória, Identidade e Cultura

Associada à sua dimensão formal, a cidade é detentora de uma dimensão sociocultural da qual não se pode dissociar. Enquanto produto humano, suporte de vida e funções, espelha os modos de habitar de várias gerações nas suas vertentes físicas, vivenciais e simbólicas que se traduzem numa determinada imagem ou ambiente urbanos. A cidade onde atualmente intervimos é uma cidade com a qual a sociedade criou fortes relações de identidade, cheia de memórias e significados. Para entendermos de que modo a imagem e o ambiente urbanos influenciam o indivíduo, a coletividade e as intervenções urbanas e arquitetónicas, precisamos primeiro de nos debruçar sobre os temas da memória, a identidade e a cultura. Referindo-nos a memória como a lembrança, a recordação coletiva que nos permite preservar um conjunto de características, costumes e obras distintas (cultura) através das quais nos reconhecemos e identificamos enquanto grupo (identidade). Estes elementos atribuem um sentido importante de pertença, de segurança emocional com o mundo exterior (LYNCH, 1982), que permite o funcionamento da sociedade.

A nossa perceção do tempo e do espaço relaciona-se com a imagem que criamos do ambiente que nos rodeia, sendo que esta imagem é consequência da combinação entre a perceção imediata e a memória de experiências passadas (LYNCH, 1982). As imagens que guardamos do passado legitimam a ordem social presente, a nossa mente tende a reconhecer com uma série de contornos, de formas conhecidas,

de objetos experimentados. Todos os inícios são aparentes, têm um elemento de recordação, o que é totalmente novo é inconcebível porque não tem nada onde se agarrar, anulando a própria sequência da temporalidade (CONNERTON, 1999).

Neste seguimento, a imagem da cidade alude à imagem coletiva. A cidade, fornecendo forma visual e cénica a momentos significativos da relação dos homens com o meio em que vivem, testemunha a sua história, a sua cultura e a sua identidade (FADIGAS, 2002). O ambiente apontado, conhecido de todos, provê material para lembranças comuns que fortalecem e unem o grupo, funciona como ponto de referência, simbolizando estabilidade e continuidade em detrimento da rutura e medo originados pela novidade e desorientação. O indivíduo sente-se protegido quando pertence a uma estrutura invisível de rotina dotada de muitos substratos (indivíduo-família-bairro-cidade-país), disso resulta que a grande maioria não consiga encarar a mudança com uma atitude positiva. A mudança é intimidante, porque nos põe em contacto com o desconhecido (parte que não dominamos) (KUBLER, 1991).

No que toca aos portugueses, Costa (2000) explana como o espírito aventureiro dos mesmos se mantém enraizado num profundo conservadorismo, o desejo de que a terra de partida se conserve igual para o seu regresso. A generalidade é capaz de arriscar, enfrentar e viver novas realidades, todavia agarrada à certeza de que a sua casa, sobrevive e se mantém imutável no momento do regresso.

O medo ganha maior dimensão ao que fica do que àquilo que se descobre, visto que o que fica são as nossas raízes no mundo, tudo o que reconhecemos como verdadeiramente nosso, que nos rememora imagens reconfortantes que nos protegem e abrigam dos embates exteriores – identidade, autoestima, o ser da pátria- tudo se relaciona com pontos de referência que possuímos relativamente à nossa cidade, conservando um papel fundamental no nosso desenvolvimento.

Com base nesta ideia, consideremos os pontos que definem a atualidade. Num mundo, onde a globalização agita tanto as economias como os comportamentos e estilos de vida, a sociedade contemporânea muda rapidamente e, levados por esta evolução, nem sempre conseguimos avaliar ou nos apercebemos do quanto tudo mudou em tão pouco tempo – os objetos de que nos servimos, as nossas mobilidades, as nossas relações com os nossos familiares, os locais onde vivemos, os nossos medos e anseios – (ASCHER, 2012). A vida privada desenrola-se requerendo uma vida individual daí em diante., o tempo de permanência em casa diminuiu, assim como a razão íntima doméstica, pondo em evidência um desenraizamento do homem contemporâneo que, procurando melhores condições, se desloca constantemente no espaço e quase sempre sozinho, vivendo num universo mais disperso e momentâneo, aumentando assim, a sua dificuldade em criar laços afetivos e relacionais com a área onde vive (CRUZ, 2016:13).

As repercussões da expansão e modernização das cidades que caracterizam o século XX são um fator importante neste contexto, uma vez que conduziram a grandes assimetrias – enquanto as periferias se expandiam e densificavam, os núcleos mais antigos continuavam voltados a um certo abandono e, por isso, a fragmentação do tecido urbano se tornou numa realidade cada vez mais óbvia. Este processo manifestou-se na degradação da imagem da cidade e, especialmente, na perda de valores urbanos, quer pela estagnação e, conseqüente, degradação da cidade antiga – lugar do nosso património identitário, dos monumentos que contam a nossa história e da vida pública por excelência –, quer pelo desenvolvimento que se expandiu desligada destes valores, sem significado e sem sentido representativo e identitário. Por consequência disto a cidade histórica perdeu as suas características, não adquiriu novos emblemas e degradou-se; já a cidade contemporânea desenvolveu-se e adaptou-se às novas exigências, mas escasseia de novos fatores que definem a urbanidade que reconhecemos na anterior e que desempenham um papel importante na vida da sociedade (SERRA, 2003).

Como resultado, assiste-se nos dias que correm à tentativa de inverter a crise de identidade e urbanidade que se previa, e que era um risco para o processo da memória e dos valores socioculturais anteriormente expostos. A cidade não deve ficar alheia aos desafios e exigências que uma procura continuada de melhores condições de vida requer (FADIGAS, 2002).

Na esfera da consolidação da cidade existente eleva-se a necessidade de enaltecer e manter os elementos representativos fixos que existem através de uma política integrada, repensando a inclusão dos núcleos mais antigos na cidade contemporânea para que se possa devolver a vitalidade a esses contextos urbanos num processo conjunto de influências e mais-valias bilaterais.

A memória, a identidade e cultura, associados à estrutura urbana, referem-se à consciência da cidade (ROSSI, 2001:193) e, por consequência da própria sociedade; constituem pontos de referência para a nossa identidade. Deste modo, podemos concluir que as opções de intervenção já não nos parecem tão livres quanto poderiam parecer num primeiro momento. Na visão geral da arquitetura, o lugar, o ambiente urbano, a percepção e a ligação da sociedade relativamente à realidade envolvente, participam como elementos únicos e concretos, com um papel fundamental ao nível do papel urbano (CRUZ, 2016:14).

II.3 Africanidade: cultura e património.

A africanidade está relacionada com as qualidades próprias do que é ser africano, ou seja, remete às características da cultura ou da história de África em geral.

O povo africano tem raças e etnias muito variadas, de norte a sul do continente. Podendo-se dividi-lo em África Branca, ao norte do Sara, e África Negra, ao sul. No entanto, não nos podemos abstrair dos Pigmeus, que se encontram na floresta virgem do Centro, e os Bosquímanos, que habitam o nordeste da África do Sul, sem contar com os europeus que habitam este último país e a África Portuguesa (MELO, 1972:2).

A cultura africana deve ser sempre observada de forma plural, tendo presente a sua existência milenar e a sua diversidade.

O continente africano é apontado como sendo o território ocupado há mais tempo no planeta. Fruto disso é a profusão de idiomas (mais de mil línguas), religiões, regimes políticos, condições atmosféricas, materiais de habitação e atividades económicas (DIANA, 2017). A história africana, como sabemos, chegou-nos segundo o olhar estranho dos colonizadores, que a relatavam como “manifestações primitivas ou bárbaras, típicas dos primeiros estágios de civilização” (DIANA, 2017). Posto isto, apenas, após a independência dos países africanos se tem feito um enorme esforço no sentido de recuperar as tradições culturais africanas, bem como a

criação de uma historiografia local.

A cultura africana foi preservada por meio da oralidade e pelo lugar em que habitavam, onde se conjugavam os elementos espirituais e materiais, de acordo com o ambiente em que viviam. Para o povo africano o mundo é uma realidade móvel, ainda que única, que procura a síntese e a união (ALMEIDA, 1999:24). A natureza é tema central da cultura africana. Senghor em Almeida (1999) defende que para o africano o tema da espiritualidade é crucial, e a natureza é um importante ponto de referência, pois viver de acordo com a lei moral é viver de acordo com a natureza, composta pelos seus elementos contraditórios, mas complementares das forças vitais.

Luanda é uma cidade pluriétnica. Esta situação requer uma atitude que promova a multiculturalidade que, no caso específico tem sido alvo de polémica em múltiplos setores da sociedade civil.

A cultura angolana deriva da convivência com os luso-europeus, que levaram para o país os seus hábitos e costumes. Tendo o povo angolano ficado sujeito ao domínio português por tantos anos em virtude de adquirir o estatuto de assimilado com a finalidade de usufruir de algumas mordomias e para conquistar o poder de cidadania, foram obrigados a abandonar os valores do seus avós e país. Portanto daqui resultou uma cultura *sui generis* que combina os hábitos e

os costumes de dois povos tão distintos.

Segundo Mingas (2011) “foi reconhecido e aceite que é na diversidade e no cruzamento das formas próprias de expressão de agrupamentos humanos de diversas origens e características que se geram as formas mais complexas de riqueza espiritual e mesmo de realização socio-económica. Assim sendo, temos de assumir e entender que Angola absorveu ao longo de séculos elementos culturais de povos oriundos do interior e do exterior do Continente, que configuram o seu perfil como Nação soberana e independente.”

O produto de uma cultura diz respeito ao conjunto das instituições, das suas obras, das suas artes ou dos seus textos que compõem a sua herança. Esta é crucial num mundo em constante mutação, onde se procura preservar a identidade de um povo.

Negar esta realidade que nos coloca numa posição de realce no contexto africano é equivalente a negar-nos a nós próprios ou a desconectar-nos de características essenciais para a definição da nossa identidade. É então necessário que se reflita sobre a dimensão africana na cultura angolana, no sentido de se resgatar os valores de cada nação para que se possa contribuir para a tomada de consciência da personalidade africana por todos os agentes culturais, vetores de ideias e de consciência.

A aculturação resultante do contacto com outros povos não implica uma perda de personalidade do angolano no contexto dos seus valores antropológicos materiais e espirituais (MACEDO, 2014:11).

Uma vez que a cultura angolana é passada de geração em geração por meio da oralidade, e a partir deste contato se materializa nas ações dos indivíduos que a compõem, é importante que se preste especial atenção às atividades comemorativas que aí se praticam, pois através do comportamento das pessoas e dos seus costumes conseguiremos nos munir de informação que nos ajude a compor as características da cultura de um país (Angola). No contexto das atividades comemorativas, o Carnaval aparece como uma festa onde se verifica um enorme esforço de preservação da africanidade da cultura angolana. É um espelho nacional de espécimes de danças, que enchem de beleza estética os olhos de quem as vê (MACEDO, 2014:11). As diferenças culturais não devem ser julgadas, mas sim, respeitadas, mesmo que não sejam claras ao nosso entendimento. Por outro lado, a religião desempenha também um papel de realce de preservação da cultura do país, uma vez que de certo modo é o efeito e a origem da cultura da oralidade. Através desta se contam as histórias de um povo e se enaltecem os valores praticados por um certo conjunto de indivíduos.

“O sol da minha terra
O seu tamanho
Entra em todos os olhos
 Mesmo nas fundas cacimbas sem futuro
É a única oferta.

O sol da minha terra
 O seu calor
Arde em todos os peitos
 Aquele fogo lento das masuika
É o único alimento.

O sol da minha terra
 A sua luz
Acende em todas as coisas
 O convite das cores de céu-folhas museke
É a única pureza.

O sol da minha terra
Às vezes é também
 Um relâmpago do meio-dia
E queima as sombras dos homens.

O sol da minha terra!
O sol da minha terra!”

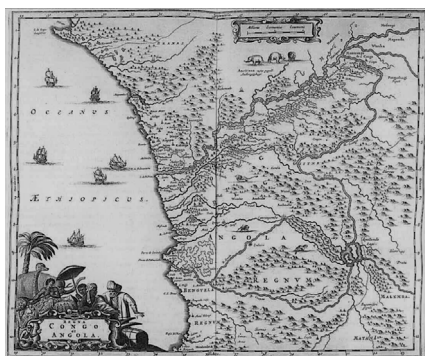
(SANTOS, 1977: 66-67)

ABORDAGEM GERAL AO **PAÍS**

III. ABORDAGEM GERAL AO PAÍS.

O primeiro capítulo do trabalho aborda as questões da descoberta do país e das relações que se estabeleciam entre o povo colonizador e colonizado, procurando, à uma escala mais geral, aferir o modo de viver destes povos e o que resultou desta interação. Do ponto de vista arquitetónico e urbanístico é revelante perceber que forma de arquitetura eram produzidas por estes dois povos e, finalmente, avaliar o produto da fusão destas duas culturas no que toca à produção de elementos arquitetónicos e no desenho do espaço público.

III.1 Descoberta



A expansão portuguesa iniciou-se em 1475, com a conquista de Ceuta no Norte de África. A conquista de outras terras foi motivada pelo desenvolvimento comercial da Europa, pela renovação religiosa e de pensamento e pelo progresso científico e cultural renascentista.

A presença portuguesa em Angola remonta ao ano de 1482, quando Diogo Cão chegou à Foz do Rio Zaire, na fronteira com o Congo. Durante este período que se estendeu até 1569 estabeleceram-se relações comerciais pacíficas entre a coroa portuguesa e Angola. O carácter da relação entre os dois povos mudou drasticamente depois desta data quando se passou à conquista militar (MARTINS, 2000,47). A partir desta data até meados de Oitocentos, a ocupação portuguesa em territórios africanos limitava-se à construção de fortes e fortalezas fluviais e costeiras, cujo propósito era defender o território da população local e das ameaças estrangeiras, já que o único interesse de Portugal aí era o comércio de escravos e outros bens (BONITO, 2011:49).

Pode-se caracterizar a ocupação portuguesa entre o século XV e o século XVIII por ter um urbanismo costeiro, relacionado ao comércio e às rotas transatlânticas, que assentava na defesa organizada em postos de reabastecimento distribuídos estrategicamente pelo território angolano. Este tipo de ocupação fazia-se de duas maneiras: uma ao longo da costa continental e a outra sob a forma de sistemas de ilhéus. Os pontos de reabastecimento originavam pequenas

Fig 1. Reino do Congo em Angola.

Fonte 1: Acervo do IPGUL

povoações de estruturação interna orgânica, com planos rígidos e de definição gradual, que tinham por base a cultura europeia mediterrânea medievo-renascentista (FERNANDES,2010:189).

Durante o período pombalino¹ verificou-se a necessidade de modernizar a colónia, partindo de uma visão mais ampla e estratégica dos territórios. Criaram-se novas povoações que à semelhança do que aconteceu em Lisboa logo após ao terramoto, dispunham de uma malha mais ortogonal e algumas povoações que já existiam sofreram transformações para poderem acompanhar a transição (BONITO, 2011:49).

Com a independência do Brasil houve uma mudança dos interesses portugueses quanto a Angola, pelo que entre 1860 e 1925 foram feitos vários estudos que visavam o conhecimento das terras angolanas a fim de intensificar as explorações. Pretendia-se unir por terra as duas costas africanas, Este e Oeste.

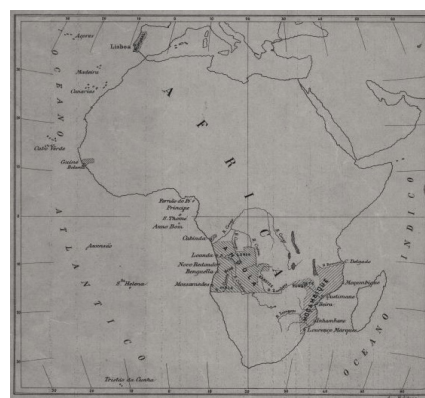


Fig 2. Mapa Português em África, ilustrativo do mapa cor-de-rosa.

Fig 3. Mapa do Continente africano com destaques para as colónias portuguesas.

Fonte 2. Acervo do IPGUL.

Fonte 3. Know net: Enciclopédia Temática.

^[1] Entre 1750 e 1780. Corresponde ao período em que Marquês de Pombal foi Secretário de Estado do Reino. Quando ocorreu o terramoto de 1755 a baixa ficou destruída e foi segundo as suas orientações e ideais que se planeou a planta da Baixa Lisboeta, agora dispondo de uma malha ortogonal com ruas mais amplas.

Contudo não foi possível devido ao acordo que se traduziu no “MapaCordeRosa”², em 1890. Este acordo impossibilitou a ocupação continua entre Angola e Moçambique (BONITO, 2011:50).

O último quartel do século XIX foi marcado pelo investimento em novas cidades como Lobito, Nova Lisboa (Huambo) e Sá da Bandeira (Lubango) (BONITO, 2011:50).

[2] Mapa de autoria portuguesa que define a ocupação portuguesa de todos os territórios compreendidos entre Angola e Moçambique. Tal mapa visava a união por terra das duas costas africanas. A execução deste plano não foi possível dado que aos ingleses interessava unir a África do Sul ao Egito por meio de caminhos de ferro. (<http://ensina.rtp.pt/artigo/ultimato-ingles/>)

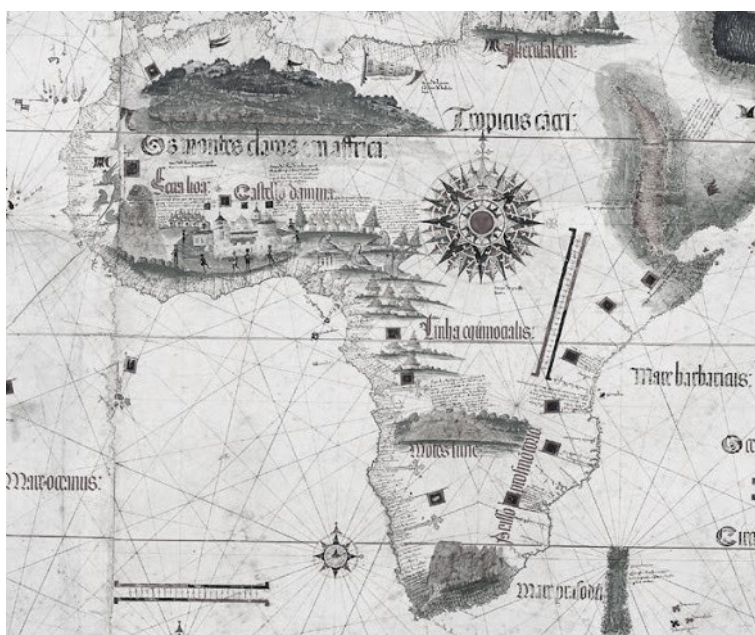


Fig 4. África no planisfério português de Cantino, 1502.

Fonte 4. Wikimedia Commons.

III.2 Primeiro contacto entre os povos.

Quando Diogo Cão chegou à Foz do Rio Zaire, em 1482, o navegador entrou em contacto com o maior reino bantu de África. Este reino apresentava semelhanças com o reino de Portugal no que concernia à população, à manufatura de tecidos e esculturas e do ponto de vista da soberania. Estes dois reinos divergiam no que respeitava a tecnologia militar e naval. (PÉLISSIER, WHEELER, 2011:59).



Diogo Cão encontrou aí um território organizado segundo reinos e Estados Africanos – aglomerados ou aldeias cujo espaço era ocupado por habitações dispostas à volta do palácio do rei (MARTINS, 2000:67).

Desde logo estabeleceram-se relações pacíficas entre ambos os povos. Ao povo português importava cristianizar e expandir a língua portuguesa, por sua vez o reino do Congo mostrou-se recetivo à influência portuguesa, estabelecendo com estes relações comerciais (PÉLISSIER, WHEELER, 2011:60). Estes Estados Africanos mantiveram a sua autonomia administrativa até serem dominados pelo processo de colonização que terminou apenas na segunda década do século XX (MARTINS, 2000:67).

Fig 5. Recepção do povo português no Reino do Congo.

Fonte 5. Educalingo.

III.3 Tipologias construtivas

No que respeita às tipologias construtivas que se realizavam nas colónias, predominavam a arquitetura militar e a arquitetura religiosa. A primeira era justificada pela garantia da defesa do território, pontuando-o com fortes e fortalezas ao longo a costa e em pontos estratégicos no interior. A segunda, a religiosa, surgia como modo de colonização, com a construção de igrejas e conventos (MARTINS, 2000:50).

Estas tipologias arquitetónicas deixaram de ser produzidas quando as questões de defesa se tornaram menores e, houve maior disponibilidade por parte dos engenheiros e mão de obra local bem como disponibilidade de tempo para a construção. Por esta razão a arquitetura de carácter público ou civil e doméstico só teve destaque a partir da segunda metade do século XVII (MARTINS, 2000:156).

A arquitetura civil traduzia-se na construção dos palácios dos governadores, casas de câmaras ou cadeias, as misericórdias e algumas infraestruturas de armazenamento e espaços fabris, e no caso das cidades portuárias, a alfândega (BONITO, 2011:49). Estes edifícios passaram a ser adornados com painéis de azulejos nos quais prevaleciam os motivos referentes à história da conquista de Angola, à sua flora e fauna, empregando-se usualmente materiais como os mármore e madeiras preciosas (MARTINS, 2000:67).

Por sua vez, a arquitetura doméstica fez-se sentir pela propagação de sobrados que se desenvolveram

durante o século XVII até ao século XIX; pela construção de casas nobres durante os séculos XVII e XVIII, pela casa térrea entre o século XVII e XVIII, a casa grande no século XVIII, os palácios entre os séculos XVIII e o XIX e os sobrados com Sobradinho entre o século XVIII e XIX (MARTINS, 2000:156).

A arquitetura doméstica é fortemente influenciada pela arquitetura portuguesa ajustada ao clima, e as suas características mais comuns são a simetria da composição, os múltiplos vãos e os telhados múltiplos ou em tesoura (MARTINS, 2000:157). A cobertura era feita em telhados múltiplos devido à carência de madeira que impossibilitava a cobertura de toda a área. Optou-se, portanto, por telhados de quatro águas em cada compartimento. À medida que o tempo foi passando o número de telhados começou a ser diretamente proporcional à riqueza do seu proprietário, sendo que quantos mais telhados em tesoura a casa tivesse maior o estatuto social do seu proprietário. (MARTINS, 2000:158)



Fig 6. Sobrado na Rua Direita do Bungo.

Fig 7. Telhados em Tesoura.

Fonte 6, 7: VENÂNCIO, 201:40.

III.4 Comunhão entre povos.

A fusão entre os povos angolano e português reflete-se em vários aspetos da vida do povo angolano, aproximando-se em aspetos como a língua que se fala, sendo o português a língua principal comum aos dois países; na gastronomia; na religião; legislação uma vez que a Constituição da República de Angola é baseada na Constituição portuguesa, salvaguardando os costumes locais; a forma de habitar e viver o espaço e também a forma de projetar os edifícios e a cidade.

Do ponto de vista da apropriação do espaço e a sua vivência, especialmente na forma de habitar a casa luandense, esta fusão resulta na existência de três espaços distintos: um de carácter mais público (social), outro de mais reservado e, ainda um que faz a charneira entre o ambiente privado e público da casa, que geralmente corresponde à cozinha. Estes espaços correspondem respetivamente ao quintal, ao interior da habitação, composta por quartos e sala, e, por fim, temos a cozinha que articula estas duas realidades (pública e privada).

“Os africanos indistintos, de que só conhecemos a origem e a profissão, estão instalados nos quintais, nunca em casas. Estas são reservadas aos brancos, ou aos mestiços, ou ainda aos africanos integrados no sistema de valores brancos. [...] Quer dizer que os africanos se encontram encerrados num espaço fechado, o quintal, que é, todavia, uma parte da natureza, pois não existe nenhuma cobertura, associando este grupo aos valores naturais. O quintal é assim vizinho da civilização, mas não ainda civilização [...]

O que, na lógica do romance, se pode compreender como uma oposição nítida entre os “homens da natureza”, carregadores, serventes e agricultores, e os “homens fora da natureza”, que são essencialmente comerciantes, proprietários e membros da administração.” (MARGARINO, 1980 in MURARO, Andreia Cristina. Revista África, nº 33-34, 2014: 28)

Absorveu-se do modo de viver europeu, a composição espacial interna da casa. A disposição e organização da casa. Do modo de viver africano herdaram-se as vivências dos logradouros, estando as cozinhas, à semelhança das habitações alentejanas “no centro” da vida social da família e, no caso desta realidade tropical, transformou-se na interseção entre o interior da casa -local de recolhimento- e o exterior, onde a vida social familiar acontece.

LUANDA



IV. Luanda

Este segundo capítulo prende-se às questões da cidade. O que é uma cidade e como se forma? Como se comporta? E, no caso de Luanda, importa aferir como esta cidade tão moça na sua existência tem evoluído ao longo dos tempos; que fatores impulsionaram ou inibiram o seu crescimento urbano e demográfico e, de que forma, as suas constantes transformações têm contribuído para a alteração das vivências e dos costumes das gerações ao longo destes 535 anos de História.

Fig 8. Fotografia da Baía de Luanda.

Fonte 8. FONTE, 2012.



Fig 9. Localização de Angola em África.

Fig 10. Localização de Luanda em Angola.

Fig 11. Província de Luanda

- 1 Luanda
- 2 Belas
- 3 Cacuaco
- 4 Cazenga
- 5 Icolo e Bengo
- 6 Quiçama
- 7 Viana

Fonte 9, 10: Autora; 11: com base na informação contida na Revista IPGUL N°6, 2014.

IV.1 Contexto Geográfico.

Luanda é a capital de Angola, uma das 18 províncias que compõem um país em vias de desenvolvimento, localizado na costa ocidental africana e integra-se na província de Luanda. Situa-se entre os rios Bengo e Kwanza, numa região semiárida e quente, com pouca vegetação e solo pobre.

A província de Luanda tem 18 828 Km² de área distribuída pelos seus sete municípios: Belas (1 077 km²), Cacuaco (335 km²), Cazenga (41 km²), Icolo e Bengo (3 083 km²), Luanda (113 km²), Quiçama (13 562 km²) e Viana (615 km²) (Revista IPGUL N°6, 2014: 48- 49).

A província de Luanda tem 18 828 Km² de área distribuída pelos seus sete municípios: Belas (1 077 km²), Cacuaco (335 km²), Cazenga (41 km²), Icolo e Bengo (3 083 km²), Luanda (113 km²), Quiçama (13 562 km²) e Viana (615 km²) (Revista IPGUL N°6, 2014: 48- 49). A legislação aprovada em 2011 relativa a nova divisão administrativa determina que o município de Luanda está dividido em seis distritos urbanos, sendo estes Ingombota (14,8 km²), Kilamba- Kiaxi (44,8 km²), Maianga (24,7 km²), Rangel (6,41 km²), Samba (10,39 km²) e Sambizanga (14,41 km²).

Luanda avança sobre o Atlântico sob a forma de baía com uma restinga que serve de proteção natural em relação às catástrofes naturais. Esta restinga estende-se para o interior apresentando um declive íngreme que forma um planalto cujas diferenças de cotas variam

entre os 40 e os 80 metros (Milheiro (coord.), 2015).

A cidade é descrita por Ilídio do Amaral (1968) segundo a sua topografia por dois planos: a Cidade Baixa, que se desenvolve entre o mar e as barrocas^[4], e a Cidade Alta que se situa no planalto e de onde a cidade se expande para sudoeste.

A temperatura média anual é de 24,4° C, sendo que no mês mais quente (Março) a temperatura média é de 27° C e no mês mais fresco (Julho) é de 20,2°C. O valor médio anual da humidade relativa é de 80%. Os solos são na sua maioria de composição argilosa (argila vermelha), no entanto são mais arenosos junto a costa e impróprios para a agricultura.



Fig 12. Topografia de Luanda

Declives
 <15 m
 Entre 15 a 30m
 Entre 30 a 45m
 Entre 45 a 60m
 > 60m
 Área de risco : deslizamento
 Linhas de água
 Lagoas
 Chafarizes inferiores a 1997
 Chafarizes de 1997
 Chafarizes de 1998
 C

Fonte 12: SILVA, 2016, p 21.

Fig 13. Distritos de Luanda

1 Ingombota
 2 Samba
 3 Maianga
 4 Kilamba- Kiayi
 5 Rangel
 6 Sambizanga

Fonte 13: Autora com base na informação contida na Revista IPGUL N°6, 2014.

^[4] Pequena porção de terreno, geralmente em declive e composto alternadamente de depressões e montículos. (<https://www.priberam.pt/dlpo/barroca>)

IV.2 Evolução Histórica

Para analisarmos a evolução a cidade de Luanda, importa que percebamos primeiro o que é uma cidade e segundo o dicionário de Língua Portuguesa Cidade é o Aglomerado populacional de importância superior à de vila, com determinadas infra-estruturas necessárias à essa condição, e no qual a maior parte dos habitantes se dedica ao comércio, à indústria, ou trabalha nos serviços⁴.

José Luís Sert (2010), defende que a cidade é parte de um sistema económico, social e político, à qual se subordinam as atividades de cariz psicológico e biológico do indivíduo e da coletividade. Estando o seu desenvolvimento intrinsecamente ligado à sua situação geográfica e topográfica, aos seus recursos económicos e à sua situação política. Portanto, concluímos que ao analisarmos uma cidade não podemos dissociar nenhum dos aspetos enunciados e como tal, enquanto arquitetos e, de forma a vermos o nosso trabalho de algum modo facilitado, nos debruçamos sobre documentos que sejam uma síntese de todos estes fatores aliados às problemáticas urbanas da cidade em questão. Estes documentos são os planos diretores das cidades. Documentos que na sua estrutura organizam a regulamentam a cidade.

No caso do continente africano pode-se dizer que a maior parte das cidades que o compõem são o resultado da

[5] Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Lisboa: Academia de Ciências e Editorial Verbo, 2001.

articulação entre os aspetos físicos e socioculturais como a economia, religião, cultura e realidade étnica. E o cariz das cidades variam em função da sua distribuição geográfica no continente africano, podendo ter influência europeia e ainda assim serem tipicamente africanas (TRINDADE, 2000:188-191).

As cidades africanas são, desde a sua origem, ponto de contato entre duas realidades opostas, ou se preferirmos duas sociedades estranhas uma à outra. Uma é caracterizada pelo individualismo e dá preferência aos bens materiais e a outra, prioriza o espírito comunitário, o peso da “tradição”, a solidariedade da linhagem, do clã, do grupo étnico. Por conseguinte, desta interação surge uma sociedade de natureza ambígua na qual os novos urbanizados não quebram radicalmente com as suas aldeias nem com o seu modo de vida e até o conservam, incorporando-o, na sua nova realidade. Esta situação, para alguns de transição, é para os outros uma resposta adaptada às suas dificuldades de inserção ou de existência, uma espécie de proteção mínima contra a incerteza do amanhã. (RODRIGUES, 2003:8)

Luanda, capital de Angola, é um país da região Central de África apresenta na sua composição urbana, uma história urbana pré-colonial que importa destacar, uma vez que a cidade se edificou sem levar em consideração o núcleo mais antigo de formação da cidade e os bairros que a constituem não se organizam nem em função da etnia do povo autóctone nem das crenças pelas quais se regem (TRINDADE, 2000:193).

Não obstante, reflete os valores culturais e económicos portugueses, combinando as duas realidades: a “cidade branca” e a “cidade negra”. Tendo esta sido uma colónia portuguesa torna-se relevante realçar que à semelhança de outras cidades fundadas pelo mesmo colonizador, também aqui o processo de desenvolvimento foi gradual e levou gerações. Todas as cidades portuguesas apesar de estarem sujeitas a diferentes condições atmosféricas e estarem expostas a diferentes culturas, que lhes conferia características bastante específicas, tinham os mesmos modelos de referência (Portugal), que admitia uma unidade entre todas elas (TEIXEIRA, VALLA, 1999:47-78).

“As cidades lêem-se como se leem os livros. Na geografia dos seus rostos, no traçado das suas avenidas, na arquitectura das suas construções.

Luanda não é, porém, uma cidade de fácil leitura. Faltam-nos algumas pistas. Nela se diluiu a memória dos anciãos, desapareceram as mais antigas avenidas, os velhos palácios senhoriais e raras são hoje as casas típicas de referência obrigatória. Mas a sua leitura é sempre um prazer e exercício necessário na reconstrução de cada época para reencontrarmos ainda debruçada sobre a Baía, harmonizando a vida confundida no rebuliço dos mercados mussequeiros, num Carnaval de cor onde o futuro se desenha no sorriso despreocupado das crianças a caminho das escolas.

Partir à descoberta de Luanda é o desafio que aqui deixamos” (Pepetela, 1990, p.7).

Como para o caso de estudo, a base cartográfica é limitada devido aos contratempos circunstâncias da História do país que deixam o acervo Histórico com algumas lacunas documentais, vamo-nos recorrer da nossa imaginação, baseando-nos em casos parecidos para tentar tirar as devidas conclusões.

“Luanda, cidade fundada por Paulo Dias de Novais e baptizada como São Paulo Da Assunção de Luanda em 1575, cresceu inicialmente a partir do morro de São Miguel, sobranceiro à Ilha do Cabo e à Baía. A condição atlântica e a topografia em anfiteatro suave, marcada pelo morro da fortaleza de São Miguel e pela colina do Miramar, determinam a raiz da sua estrutura urbana e a organização, cuja denominação ainda hoje se mantém: a Cidade Alta e a Cidade Baixa.” (MAGALHÃES, 2009:30)



Fig. 14. Vista da Cidade de Luanda em meados do século XVII, 1968.

Fonte 14: AMARAL, 1968:64-65.

A planta ao lado, apesar de apresentar um desfasamento de aproximadamente 70 anos, é representativa da data de fundação da cidade, deixando a descoberto o ADN das cidades de origem portuguesa, das quais fazem parte não só Luanda, mas também outras como o Rio de Janeiro e Olinda, por exemplo, em que há uma clara distinção entre a Cidade Alta: onde se concentrava o poder administrativo, político e militar que facilmente se justifica pela posição estratégica que ocupa na geografia e topografia da cidade. Por se situarem no topo do morro dispunham de uma visão privilegiada sobre a cidade e sobre a entrada por mar para a mesma, o que representava uma mais valia ao nível defensivo. Esta desenvolvia-se em volta de um eixo principal gerador de todas as funções e culmina no atual Hospital Maria Pia, construído no século passado.

Uma característica que importa apontar da expansão portuguesa e que acaba por transparecer na morfologia das suas cidades é a forma gradual como todo o processo se vai desenvolvendo ao longo de gerações. As diferentes condições ecológicas em que as cidades ultramarinas foram construídas, as diferentes culturas a que estiveram sujeitas e o papel específico de cada um dos aglomerados urbanos no quadro geral do projeto de colonização dotaram cada uma destas cidades de especificidades particulares, referenciadas a um conjunto de circunstâncias locais. Apesar disso, todas elas tinham o mesmo modelo de referência, o que lhes inculcia um carácter comum.

Os modelos de referência eram as cidades contruídas em Portugal (TEIXEIRA, VALLA, 1999:47-48).

As cidades fundadas pelos portugueses apresentam quase todas a mesma organização espacial. Geralmente são cidades em encostas, com uma topografia bastante acidentada. Apresentam plantas irregulares ou mistas, nas quais se combinam zonas de composição regular com outras menos regulares (JUNIOR, 2013:24). Na maior parte dos casos a sua estrutura apoia-se na Rua Direita, no rossio e nas igrejas (JUNIOR, 2013:16). Na parte superior da encosta, na “cidade alta” concentravam-se as funções

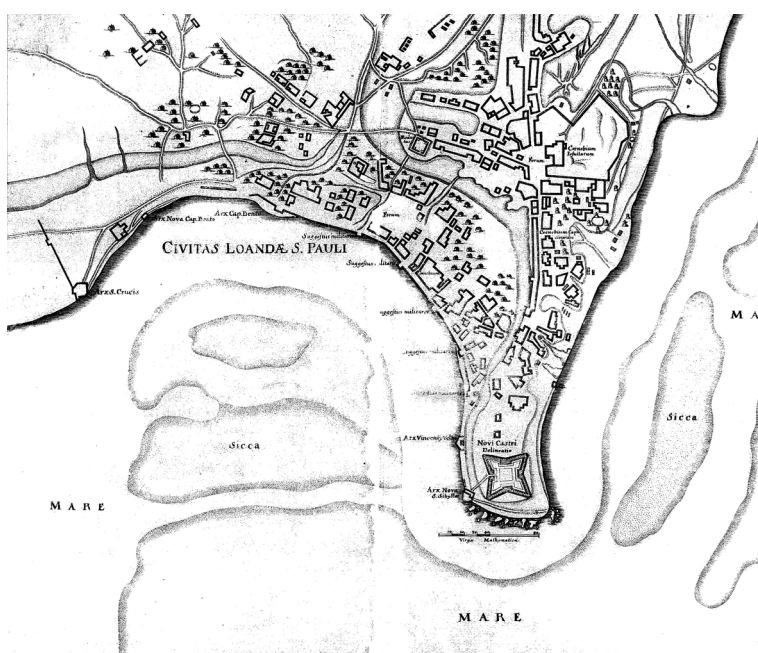


Fig. 15. Planta da Cidade de S. Paulo de Luanda, segundo Barlaeus, 1647

Fig. 16. Planta da Cidade de S. Paulo de Luanda, 1698.

Fonte 15 e 16: Acervo do IPGUL.

de defesa e administração da cidade e construíam-se as igrejas, os edifícios públicos e as residências senhoriais. Esta contrastava com a “cidade baixa” que se situava geralmente junto ao rio ou ao mar, em função do caso. Era nesta zona que se construíam o porto, os estabelecimentos comerciais e as residências populares (JUNIOR & LOBO, 2013:17-18).

A população da Cidade Alta era formada por aristocratas, clero e pelos seus criados e escravos com quem mantinham uma estreita relação de convivência. À semelhança do que acontecia nas casas senhoriais brasileiras também aqui se incluíam acomodações para os escravos domésticos nas casas apalaçadas (MARTINS, 2000).

Em continuidade ao recorte da baía temos a Cidade Baixa, onde predominavam as atividades comerciais e portuárias. Esta última por sua vez era plana e estrategicamente não precisava das mesmas especificidades que a Alta.

No entanto, esta planta de **1647**, apesar de ser representativa do modo de ocupação da cidade, destaca também um outro fator importante: o conjunto formado pela Cidade alta e a Cidade Baixa estava pontuado por fortes, igrejas e conventos, sendo que a maior parte da construção se concentrava na parte alta da cidade. Isto destaca a função defensiva da cidade e a necessidade de evangelização por parte da Igreja católica. Tal como nos referencia Fernando Mourão na sua obra, a Luanda desta data “incluindo a zona portuária,

onde se localizavam o comércio e os quintais de escravos aguardando o embarque, atingia 110 ha. O núcleo primitivo, que em 71 anos aumentou cinco vezes e meia, foi, pela leitura das cartas disponíveis, um núcleo de poder civil e religioso, antes que se viesse a configurar a cidade feitoria.” (MOURÃO, 2006:291)

Na planta da cidade que data de **1755**⁶, há um especial enfoque para a baixa da cidade, onde se pode comprovar que esta se desenvolveu bastante, depreendendo-se também que as atividades mercantis e portuárias se tenham desenvolvido. Conclui-se pela orientação tortuosa das suas ruas e à volta das quais a cidade se foi encorpendo, que estas resultam da construção e disposição aleatória dos edifícios.



Fig 17. Planta da Cidade de Luanda, 1755⁷

Fonte 17: Acervo Cartográfico do IPGUL, Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda.

⁶ Ano do terramoto em Lisboa. O terramoto de 1755 arrasou toda a Baixa lisboeta, obrigando à reconstrução da cidade com novo plano.

⁷ A vermelho estão as construções de pedra e cal e a amarelo as cubatas. As primeiras encontram-se junto à linha de costa enquanto as segundas são relegadas para segundo plano.

Nesta mesma planta, destaca-se rapidamente a divisão desta parte da cidade em quatro zonas: a da Cidade Alta e Ingombotas; o de Corpo Santo, desde a igreja com o mesmo nome até à de Nossa Senhora dos Remédios; a da Igreja da Nossa Senhora dos Remédios até ao Bungo; e a zona do Bungo até à Nazaré. O bairro dos Coqueiros apresentava-se como sendo dos mais populosos contrastando com o bairro da Nazaré, no extremo da cidade. O primeiro tinha tanto um grande aglomerado de construções de pedra e cal como de cubatas e quintais nas suas traseiras. Este bairro era detentor das mais fortes atividades comerciais na época. “A cidade e os seus arrabaldes das Ingombotas, da Maianga e do Alto das Cruzes, onde à noite costumavam passear leões, continuavam dentro da cintura de fortificações da segunda metade do século XVII”(AMARAL, 1968:44). Esta observação reforça as conclusões que a planta de 1755 nos permitiu intuir: que apenas a Cidade Baixa se desenvolveu, competindo com a extensão da Cidade Alta, deixando o resto da cidade entregue ao desconhecido.

Da planta de **1816** de Luís Motta Feo podemos concluir que a parte baixa da cidade cresceu tanto em tamanho como em poder, equiparando-se à Cidade Alta. Esta última manteve-se praticamente inalterada. De algum modo, esta planta lança já as diretrizes dos eixos de circulação que surgirão mais tarde, apontando a zona do Carmo como um ponto de referência; pronunciando-se como futuro urbanístico e circulação, fazendo a charneira entre os acessos norte e sul da cidade.

Passaram-se três séculos desde que Angola foi descoberta até ao momento em que se começou a investir na sua economia. Durante este interregno a cidade de Luanda, entre outras, remeteu-se à função de “acampamento onde se tinham os escravos que iam trabalhar nas minas do Brasil.” (LOUREIRO, 2000) Apenas a seguir a Independência do Brasil, em 1822, e a abolição das praticas escravagistas, Luanda começou lentamente a desenvolver-se.

Depois deste longo período, a informação cartográfica que temos data de **1862**, por F. Dutra. Nesta, Luanda apresenta-se com os seus limites praticamente inalterados, formando um triângulo entre a fortaleza de S. Miguel, o convento de São José dos Franciscanos e a Igreja da Nazaré (PEPETELA, 1990:68), embora alguns novos bairros



Fig 18. Panorâmica da Cidade e S. Paulo de Luanda, 1816, da autoria de Luís Motta Feo.

Fig 19. Planta da Cidade de Luanda, 1862, de F. Dutra.

Fonte 18, 19: Acervo Cartográfico do IPGUL.

excedam esta triangulação. Os espaços vazios entre as construções existentes iam sendo ocupadas e começa a registrar-se, também, o surgimento dos primeiros musseques⁸. Entre eles o Musseque Van Dunem, Musseque do Torres, Musseque Magalhães e Silva. É nesta planta que se começa a verificar um ligeiro aglomerado a formar-se acima da zona do Carmo, onde se formará o Bairro das Ingombotas, em direção ao Kinaxixe. Como nos chama a atenção Fernando Mourão (2006), na sua análise das mesmas plantas, nesta é marcante o volume construído à volta da área da grande praça da cidade baixa; vão surgindo praças e largos: praça da Nazaré, Praça de Afonso V, largo da Caponta, Praça do Noronha. Praça do Duque de Saldanha, praça do Falcão, permitindo à cidade baixa algum ritmo, intercalando os percursos com zonas de construções mais densas. O espaço inicialmente denominado por grande praça da cidade burguesa foi sendo apropriado por praças menores e reinventado, passando a ter os edifícios como referências ou os nomes dos seus proprietários.

Da planta da Cidade de S. Paulo de Loanda **(1900)** (MARTINS. 2000, 261) destaca-se a linha de caminhos de ferro que faz a ligação entre a estação do Bungo, na cidade baixa e o exterior da cidade, passando pela

⁸ Do quimbundo, significa areia vermelha, formação geológica mais comum na zona. Com a segregação social da população negra o termo passou a ser usado para designar os bairros de cubatas onde a população negra, rejeitada, se fixava. (PEPETELA, 1990: 68-69)

estação da cidade alta, que se situa na zona denominada cidade alta alargada, na outra margem do vale. Começa-se a perceber o desenho de infraestruturas viárias no Bungo em direção ao planalto; do centro da cidade baixa em direção à Maianga, através da Mutamba, e da zona do Kinaxixe para a Maianga através de um novo eixo que se desenvolvia. Assim se ia alterando o traçado urbano da cidade.

O “Esboço da Planta da Cidade de S. Paulo de Luanda” de **1926** é em tudo igual à de 1920, apresentando uma configuração urbana mais “ordenada” e familiar à dos nossos dias, onde as novas urbanizações estão devidamente assinaladas e denominadas. A cidade passa a ter uma visão dual: a cidade branca e a cidade

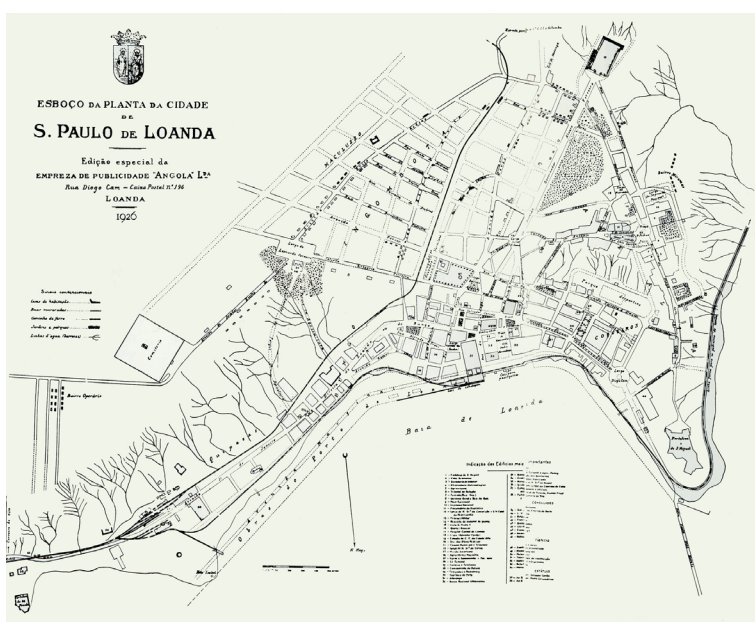


Fig 20. Esboço da Planta da cidade de S. Paulo de Loanda, 1926.

Fonte 20: Acervo Cartográfico do IPGUL.

africana, a Luanda dos musseques (MOURÃO,2006:307). Tal facto acontece porque uma se sobrepôs à outra. Não havendo espaço para a população africana se fixar esta foi ocupando os espaços livres que sobravam e aí foi criando raízes. A cidade baixa foi-se consolidando. Os antigos caminhos ganharam corpo e forma, transformando-se em ruas, avenidas e largos. Mantiveram-se algumas ruas, de entre elas a rua Direita de Luanda, ou rua do Bungo. É nesta altura que se começa a construir a avenida da Marginal. Desse modo, e com a construção de novos edifícios, a cidade baixa, aos poucos, foi assumindo uma nova configuração, com uma malha urbana ordenada e cheia de pontos de referência. A cidade baixa, de topografia pouco acidentada e situada junto ao mar, adquire a designação de Baixa, a cidade dos negócios e que se manterá assim até à atualidade.

A cidade alta por sua vez verifica algumas alterações cirúrgicas, passou a ter um parque zoológico limitado pela calçada do Casuno e pela rua Guilherme Capelo; projetou-se o futuro bairro dos Ferreiras entre a avenida Neves Ferreira e a avenida Governador Álvaro Ferreira, que ligava a Cidade Baixa ao Hospital Maria Pia; depois projetou-se o bairro das Ingombotas, que resultou mais uma vez na deslocação da população negra para outras zonas, nomeadamente para o primeiro Bairro Operário que foi projetado e que se situava depois do cemitério, na região do Alto das Cruzes.

A planta de **1939**, a “Planta Roteiro da Cidade de Luanda” é de suma importância no que respeita ao

projeto do bairro do Maculusso e nela se identifica pela primeira vez o Bairro Operário.

A planta do ano de **1949**⁹, destaca o recorte da baía de Luanda evidenciando os seus limites. O forte de São Miguel e porto de Luanda. Neste mapa aparecem também alguns núcleos urbanos, sobressaindo-se no Alto das Cruzes, o traçado do bairro Indígena. Na década de 50 a cidade cresceu devido ao aumento drástico da população motivada pelos incentivos do primeiro Plano de Fomento (1953-59).

Numa planta de **1977**, pouco depois da independência em 1975¹⁰, Luanda apresenta-se com os seus limites extrapolados e triplicados. Apesar do seu traçado urbano ter sofrido transformações na zona sul, onde surgiram novos bairros, a

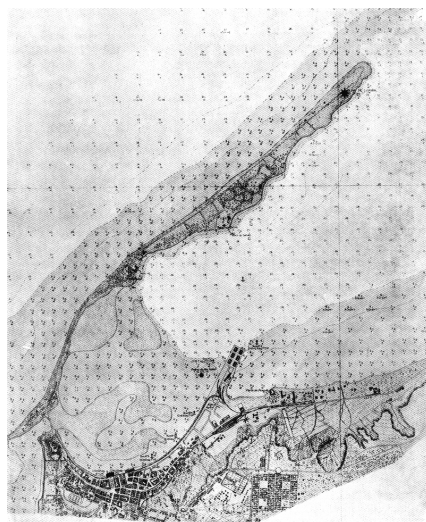


Fig 21. Mapa Turístico da Cidade de Luanda.
Fig 22. Estampa N° 50 Plano Hidrográfico do Porto de Luanda.

Fonte 21, 22: Acervo Cartográfico do IPGUL.

zona central manteve-se inalterada. Todas estas novas urbanizações coabitam com os bairros informais que desde sempre são uma realidade urbana na cidade e que surgem em qualquer espaço que à partida pareça favorável à fixação humana e facilite a comunicação com os serviços e centro da cidade. A cidade passou por reformas administrativas profundas, criaram-se vários municípios¹¹, bairros¹² e a toponímia das artérias passam a refletir um novo paradigma relacionado com a mudança dos ideais e com a afirmação do “ser africano”.

Nos **anos 90**, a cidade registou um crescimento imensurável em consequência do início da guerra civil (1991) que fez com que a população que vivia na periferia e nas outras províncias se deslocasse para Luanda à procura de segurança e melhores condições de vida.

No **início do século XXI**, há um novo redesenho dos limites da cidade motivados pelas iniciativas do pós guerra civil de reconstrução do país. Durante o período após

⁹ Planta de Luanda, ano de 1949: “Plano Hidrográfico do Porto de Luanda”.

¹⁰ Angola tornou-se independente no dia 11 de Novembro de 1975 do regime ditatorial português. Um processo que teve início em 1961.

¹¹ Municípios da Grande Luanda: Viana, Cazenga, Luanda, Icolo e Bengo, Quissama, Cacucaco e Belas.

¹² Bairros da cidade de Luanda: Quinanga, Maianga, Ingombota, Prenda, Maculusso, Cassequel, Golfe Operário, Terra Nova, Popular, Marçal, Rangel, Palanca, Cuca, Cazenga, N’Gola Kiluanji, Patrice Lumumba, Sambizanga.

a guerra civil (2002) até 2015, início da crise petrolífera, fixaram-se em Luanda muitos estrangeiros e nacionais vindos de outras províncias para trabalhar na capital.

Ao observarmos a atual planta da cidade, que data de **2015**, verificamos que esta é uma manta de retalhos que tal como diz Ilídio do Amaral é uma espécie de totalizador de vários séculos de evolução urbana (AMARAL, 1968:24), resulta da sobreposição de vários elementos sociais, culturais e políticos. A atual cidade de Luanda reflete a interação entre os diferentes intervenientes que nela atuam, sejam de vertente política, social ou cultural.

Em conclusão, apresenta-se o mapa síntese da autoria de José Manuel Fernandes, no qual se evidencia esta sobreposição de camadas de momentos históricos da cidade e que compõem o seu processo evolutivo, dando-nos uma visão mais clara do que estamos a tratar. O mapa apresenta cinco manchas distintas que representam as fases evolutivas da cidade. A Alta tradicional e a Baixa tradicional são contemporâneas e pode-se ver que a ocupação ribeirinha ocupa uma área muito mais significativa que a da Alta tradicional. Era na Baixa que se vivia a Cidade, onde se concentravam os comerciantes e pescadores, onde, no fundo, vivia a grande maioria da população. Enquanto que na Alta da Cidade se concentravam os Poderes Administrativos e a Igreja, que zelavam pelo controle e a segurança da cidade. Entre 1620 e 1930 o espaço entre estas duas manchas foi ocupado e os

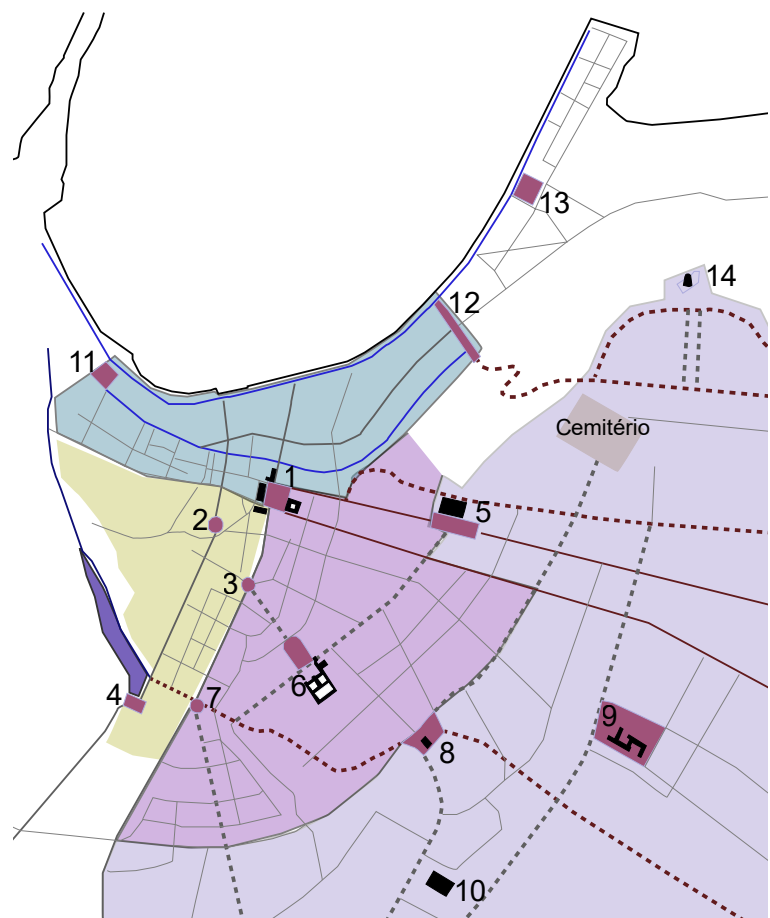
seus limites se expandiram até ao Hospital Josina Machel (anteriormente designado Hospital Maria Pia) e à rua Amílcar Cabral (Revolução de Outubro).

Os limites da cidade voltaram a ser redefinidos entre 1943 e 1950, ao agregarem ao tecido formal as zonas correspondentes aos bairros da Maianga, das Ingombotas e do

Fig 23. Mapa com sobreposição de momentos históricos.

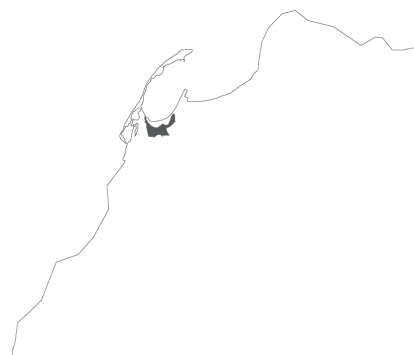
- Baixa Tradicional
- Alta Tradicional
- Área desenvolvida entre 1920-1930.
- Área desenvolvida entre 1940- 1950.
- Área desenvolvida entre 1960- 1970.

Fonte 23: Adaptação de FERNANDES: 2010,69.



Maculusso, começando levemente a penetrar na área do Cruzeiro. Entre 1960 e 1970, período em que a cidade mais cresceu, os seus limites alastraram-se em direção a Sul e Este em grande escala. Após a independência em 1975 e com o início da guerra civil no país, o crescimento formal da cidade estagnou, ganhando destaque a construção de teor informal em toda a cidade. Só após 2002, é que a parte formal da cidade se voltou a desenvolver com as apostas na criação de bairros sociais na periferia com o objetivo de alojar a população que vivia nos bairros informais. Assim, derivado destas iniciativas o perímetro da cidade de Luanda voltou a ser alterado, dando origem ao atual desenho da cidade.

O processo de desenvolvimento de uma cidade implica um ciclo contínuo de mudança, de construção e destruição, de transformação e permanência, tornando impossível a tarefa de datarmos integralmente e com precisão a cidade. Como tal, para compreendermos fielmente a forma urbana atual não podemos prescindir da leitura de todos estes tempos que a definem (CRUZ,2016:9).



Mapas da Evolução da Cidade.

Fig 24. Expansão da Cidade em 1755.

Fig 25. Expansão Cidade em 1862.

Fig 26. Expansão Cidades em 1926.

Fig 27. Expansão Cidade em 1952.

Fig 28. Expansão da Cidade em 1965.

Fig 29. Expansão da Cidade em 1975.

Fig 30. Expansão da Cidade em 1985.

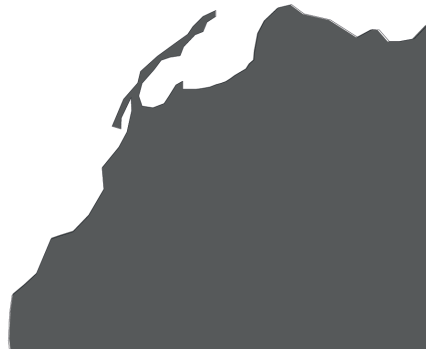
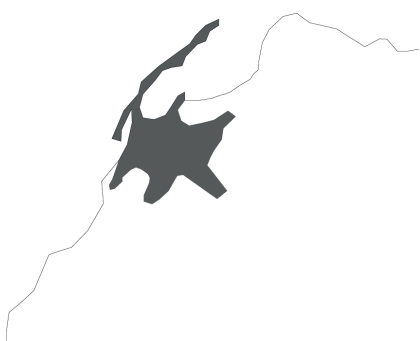
Fig 31. Expansão da Cidade em 1995.

Fig 32. Expansão da Cidade em 2000..

Fig 33. Exposição da Cidade em 2007.

Fig 34. Exposição da Cidade em 2013.

Fonte 24-34 :Autora.



IV.3 População: crescimento demográfico e suas características.

O crescimento demográfico da cidade de Luanda resulta da combinação de três fatores principais: a imigração europeia, o êxodo rural das populações locais; e o próprio crescimento natural da população residente. Estes aspetos refletem em função de cada época o dinamismo da economia e da vida interna de Angola em geral (TRINDADE, 2000:371).

Como já referido anteriormente, quando Luanda se formou constitui-se logo a cidade alta onde ficava o palácio do governador e a aristocracia e, a cidade baixa, com a atividade comercial e portuária, dispondo dos armazéns e quintais para os escravos. Por muitos anos Angola e, consequentemente, Luanda não teve grande interesse para a Coroa portuguesa à exceção do comércio de escravos e, por isso, esteve à margem do progresso que outras terras com o mesmo colonizador tiveram. No século XX, quando Angola começou a atrair as atenções estrangeiras, devido ao investimento no sector agrícola e industrial, começou a saborear-se alguma prosperidade económica, urbana, infraestrutural entre outras e, naturalmente, a população acompanhou este processo evolutivo. A presença europeia em Angola sempre esteve intimamente ligada à economia local. O desenvolvimento económico atrai naturalmente não só população da metrópole como indígena, vinda do interior, e são estas dinâmicas que influenciam o processo urbano e demográfico da cidade.

A primeira informação que temos referente à população de

Luanda, data do ano de 1621 em que era “cousa de quatro cientos vezinos” (AMARAL, 1959), além da população africana; em 1818 eram 4500 habitantes; em 1850 eram 12565 habitantes e em 1898 eram 28170 habitantes (AMARAL, 1959).

Com a abolição da escravatura em 1836, houve a necessidade do povo português se fixar em Angola, pois tornava-se necessário explorar outras fontes de rendimento que não a escravatura. Começam, pois, a dedicar-se ao comércio urbano. No século XX a população continuou a crescer (como se vê na tabela 35).

A sociedade angolana colonial e mais tradicional dividia-se segundo dois grupos: o grupo dos ocidentalizados que era constituído por brancos, crioulos e assimilados, usufruindo de cidadania e que viviam quase todos nas ciaddes. Ao outro grupo pertencia a população autoctone, que se associavam às atividades rurais e estava muito ligado à cultura tradicional (TRINDADE, 2000:272).

Em 1923 a cidade tinha um total de 22719 habitantes dos quais 3709 eram brancos. Em 1930 eram 6000, este ano

Anos	Branços	Mestiços	Pretos	Outros	Totais
1930	6 008	5 557	39 001	22	50 588
1940	8 944	6 175	45 884	25	61 028
1950	20 710	9 755	111 112	70	141 647
1960	55 567	13 593	155 325	55	224 540
1970	126 233	39 255	314 879	246	480 613

Fig 35. Tabela Rácica da População do Séc. XX.

Fonte 35: AMARAL; 1959.

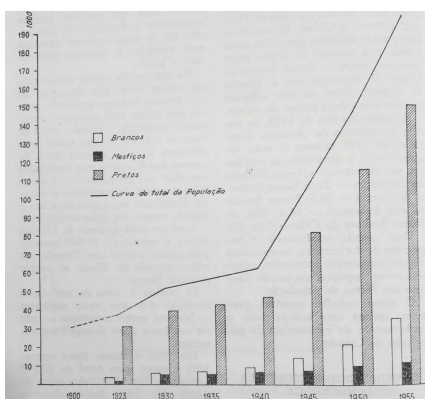
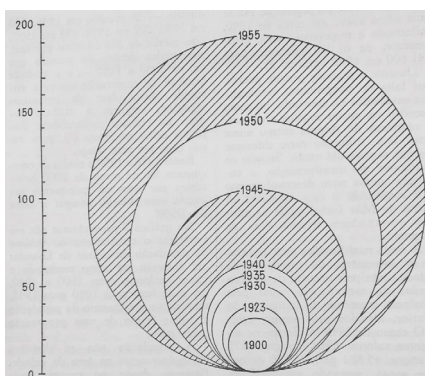


Fig 36. Gráfico Representativo do aumento populacional no séc XX

Fig 37. Gráfico da População em função do grupo racial.

Fonte 36, 37: AMARAL, 1959.

correspondente ao arranque da economia em Angola que muito se deveu ao Ato Colonial¹³, publicado no mesmo ano, e que definia muito claramente as bases orientadoras da colonização portuguesa em todas as suas colónias (TRINDADE, 2000:259); 8900 em 1940; 20710 em 1950 e em 1955 aproximadamente 34300 habitantes brancos (AMARAL, 1959).

O aumento desenfreado da população branca em território luandense deveu-se especialmente à Segunda Guerra Mundial. Luanda chegou a ultrapassar os valores de população branca de outras cidades africanas.

Durante este período também se aplicaram algumas medidas para estimular o desenvolvimento socioeconómico em Angola, destacando-se a apropriação das terras (que permitissem a implementação da agricultura de plantação); a criação de um sistema de manutenção de mão de obra (que foi evoluindo do tradicional sistema de trabalhos forçados até aos contingentes migrantes de trabalhadores assalariados); imposição de um sistema fiscal; e implementação de uma rede de estabelecimentos comerciais em certas povoações com o respetivo licenciamento comercial (para se combater o comércio ambulante- o funanço).

¹³ Sistema que consistia num compromisso entre as colónias e a Metrópole. As primeiras forneciam as matérias-primas (agrícolas e mineiras) à segunda e esta vendia-lhes os produtos manufaturados saídos dessas matérias-primas (TRINDADE, 2000:259).

Paralelamente a estas medidas fomentou-se a emigração portuguesa para Angola com vista o aceleração do seu desenvolvimento económico, principalmente a partir da década de 1950. Esta medida relaciona-se com a criação de três planos de fomento: o primeiro Plano de Fomento entre 1953-1958 e que permitiu que Angola conseguisse uma linha de crédito no valor de 125 milhões de dólares para a criação de infraestruturas (portos, estradas, vias férreas, entre outros) (TRINDADE. 2000:259); o segundo Plano de Fomento, de 1959 a 1964, definia que 3,5% do orçamento para os investimentos sociais se destinavam essencialmente para a assistência aos colonos que integravam a corrida do café (FONTE, 2012:32); o terceiro Plano de Fomento, entre 1968 e 1973, incide essencialmente no domínio das indústrias extrativas- o ferro, o petróleo e outros minerais não metálicos, e das indústrias transformadoras (têxteis, químicos, papel e borracha) (TRINDADE, 2012:266).

No gráfico 34 podemos constatar que a população em Luanda vai crescendo paulatinamente e sem grandes oscilações até ao ano de 1940, verificando depois um período de ascensão populacional constante que corresponde à Segunda Guerra Mundial em que se verifica um aumento populacional brusco. Há outro na década de 50, em que devido à implementação do primeiro Plano de Fomento se desenvolveram os caminhos de ferro e se verificaram novas transformações que na cidade, resultantes da implementação do segundo Plano de Fomento que previa o desenvolvimento da

economia agrária (nomeadamente da exportação do café), do comércio e da indústria (BONITO, 2011:55).

Durante este período a população que em 1940 era de 61000 habitantes passou para 141600 num período de 10 anos, pois os valores altos que o café angolano atingiu no mercado internacional e o desenvolvimento urbano que se registava na cidade aliado ao investimento nos equipamentos industriais fez com que todos os olhos estivessem postos em Luanda e aí convergissem pessoas da metrópole e do interior de Angola. (AMARAL, 1959)

É também nesta altura que, com os lucros provenientes do café, começam a surgir novos bairros e novas urbanizações. Começa-se a construir em altura e no centro. Arrasando a cidade antiga, desrespeitando a História e as raízes do sítio, manipulados pela especulação imobiliária e pela necessidade de dar uma nova roupagem à cidade, equiparando-a às cidades modernas da Europa e empurrando a população nativa e as suas cubatas cada vez mais para a periferia. Entre 1946 e 1955 constroem-se aproximadamente 1500 edifícios, em média 250 por ano, segundo Ilídio do Amaral (AMARAL, 1959:3). Por isso a distribuição da população não é uniforme. É densa no centro e dispersa na periferia.

Na década de 1950 volta a registar-se inflação da população devido ao grande número e pessoas que aí afluíam pelos

seus próprios meios, em busca de melhores situações financeiras, e por outro lado, houve também “uma intensificação do estabelecimento de colonatos com casais recrutados em todo o Portugal” (FONTE, 2012:31). Outro fator que fundamenta este aumento populacional é que durante a década de 50 o café passou a representar a maior fonte de receita do país o que favoreceu especialmente a cidade de Luanda, justificando o grande investimento feito na construção civil e a encomenda de novos edifícios (TOSTÕES, 2013:128).

O gráfico 35 da população é representativo da população em função dos grupos rracicos que a constituem, evidenciando a discrepância numérica patente entre os grupos- brancos, mestiços e negros. Pode-se concluir que nos últimos 30 anos da presença portuguesa em Angola a população cresceu a um ritmo muito acelerado. E, durante este mesmo período a população de origem europeia também cresceu a um ritmo superior ao dos anos anteriores. Tal facto também se deve à emigração da Metrópole atraída pela prosperidade económica. É bastante representativo desta realidade a relação proporcional entre europeus e africanos ter sido sempre decrescente. Em 1930 havia um europeu para cerca de 7,4 africanos, em 1940 e 1950 a razão era de 1 europeu para 5,8 africanos, em 1960 de 3,6 e em 1970 de 2,8. O grupo somático negro-africano estava em clara expansão e apresentava uma população muito jovem, contrastando com uma tendência de contenção e de uma estrutura etária de predominância dos adultos do grupo branco (TRINDADE, 2000:373).

Em termos urbanos, a principal consequência para a cidade foi a alteração a paisagem urbana, que se aproximava cada vez dos padrões europeus.

Em relação à distribuição da população pela cidade, a sua densidade e distribuição por grupos somáticos reflete a qualidade e prosperidade das diversas zonas da cidade, o nível de rendimento económico das famílias e o processo de chegada à cidade (em função das formas de migração) (TRINDADE, 2000:373).

Tendo em conta a divisão administrativa de Luanda em 1960 (que resulta do Diploma Legislativo nº 3043, de 11 de Maio de 1960), o segundo bairro é o mais populoso, contendo cerca de 63% da população de Luanda .



Fig 38. Distribuição da População em 1960.
Fonte 38: AMARAL, 1968.

Em função dos grupos somáticos e com base na mesma planta da divisão administrativa da cidade, podemos concluir que é no primeiro bairro que predomina a população europeia da cidade, com uma média de 47% de toda a população europeia de toda a cidade. O segundo bairro por se situar numa zona periférica e perto dos musseques tem na sua composição maior número de população africana e euro-africana (TRINDADE, 2000:375).

Em 1970, registou-se uma nova redefinição dos bairros administrativos da cidade e consequente redistribuição das suas dimensões.



Fig 39. Distribuição da População em 1970.
Fonte 39: Pires, 2014, P 72.

Comparando os mapas onde se verificam estas alterações (mapa 38 e mapa 39) conclui-se que o bairro que sofreu menos alterações foi o primeiro, continuando a predominar a população europeia em detrimento dos outros dois grupos somáticos.

Pela altura do 25 de Abril de 1974, Luanda tinha aproximadamente 475 mil habitantes. Este número aumentou drasticamente até à independência em 1975. E durante este período (de 1974 a 1975) a população chegou aos 600 mil habitantes. O aumento do volume populacional deveu-se em parte ao grande fluxo de funcionários administrativos à cidade que trabalhavam em toda a província nos vários postos administrativos que, entretanto, fecharam e não voltaram a abrir (TRINDADE, 2000:379). Com o processo de independência registou-se uma grande perda do número de habitantes, especialmente portugueses, da cidade. No entanto, com os conflitos que se seguiram entre os grupos parlamentares do MPLA e FNLA este número aumentou rapidamente, chegando ao milhão de habitantes.

Em 1990, derivado da guerra civil (1991-2001) que já se fazia sentir, Luanda tinha uma população que se aproximava dos 3 milhões de habitantes e isto devia-se ao contingente de deslocados da guerra.

No início década de 1990, houve um período em que os conflitos abrandaram e em que puderam ser implementados

pogramas de recuperação agrícola e com eles o regresso de muitas famílias para as suas terras de origem. No entanto, houve uma nova vaga de deslocados que aí afluíram quando de deram os confrontos de 1992. (TRINDADE, 2000:379)

Em 2001, com o fim da guerra civil em Angola, marcada pela morte do líder político da oposição, Jonas Malheiro Savimbi, o país entrou num processo de expansão económica, infra-estrutural e urbana imensurável pelo que voltou a regista-se um aumento populacional abrupto de pessoas que saíam do interior à procura de novas oportunidades e de estrangeiros que aí chegavam, muitas vezes contratados por empresas estrangeiras com investimentos no país. Este processo se verificou-se até, sensivelmente, 2015, quando se deu a crise da indústria petrolífera (principal fonte de rendimento) que voltou a marcar um impasse económico no país e, fazendo com que muitas empresas fechassem e, naturalmente, a maior parte da população estrangeira abandonasse o país.

IV.4 Planos Urbanísticos.

O subcapítulo que se segue é uma introdução ao *Capítulo V. 4.2 Planos Urbanísticos: Influência na Construção do Bairro*, serve para esclarecer em relação ao crescimento da cidade e perceber de que modo este processo de crescimento urbano num sentido mais geral se reflete depois na construção do bairro.

O Urbanismo é a atividade que visa a adaptação do espaço natural ao homem e à sua media, através da realização de obras de modelação do terreno, sua pavimentação e suporte, a infraestruturação e o seu equipamento social (TEIXEIRA, 2013:55).

O processo de urbanização e de recomposição social é um processo que deriva de uma longa duração no tempo e a coexistência de permanências e ruturas. A urbanização implica um movimento no sentido de adoção de novos modelos sociais e culturais, muitas das vezes mais próximos dos modelos ocidentais e influenciados pelo fenómeno da globalização (RODRIGUES, 2003:8).

As cidades africanas, e o caso de Luanda não é diferente, representam um espaço carregado de referências do meio rural e que se reformulam de uma forma muito particular.

Luanda foi crescendo de forma aleatória e o seu planeamento nem sempre o acompanhou. Os planos urbanos, no caso de Luanda, iam surgindo na tentativa de responder aos problemas de origem política, social e económica que

influenciavam a dinâmica urbana da cidade e com os quais esta se deparava. Faziam-se os planos e resolvia-se pontualmente uma ou outra situação que precisasse de especial atenção.

O processo de crescimento urbano em Luanda evoluiu tão vertiginosa e desordenadamente que culminou quase numa acumulação de problemas de organização urbana na qual se tornava urgente a implementação de estratégias, de planos de urbanização à escala das necessidades da cidade na época e que tivessem em conta as suas pretensões futuras.

Os planos de urbanização constituem orientações de carácter escrito e desenhos que visem a ordenação urbana de uma cidade com base nos seus valores políticos, sociais, culturais e infraestruturais. De forma simples, estes planos são o resultado de estudos das questões geográficas, socioeconómicas, ambientais dos padrões urbanos com o intuito de chegar à elaboração de propostas de estruturação do crescimento da cidade, munido de alguma flexibilidade para se adaptar às situações de transição.

Os problemas decorrentes da ordenação do território em Luanda suscitaram sempre grande preocupação aos arquitetos e urbanistas, pelo que foram elaborados no total 30 planos, no período de 1942 a 1974, conhecidos para a cidade, dos quais apenas seis chegaram a ser parcialmente implementados. É importante anotar que inicialmente os planos eram projetados à distância em Lisboa por técnicos que na



sua maioria desconhecia a realidade para a qual projetava. Em 1944, criou-se o Gabinete de Urbanização Colonial¹⁴, o GUC, responsável pela elaboração dos projetos das províncias ultramarinas na época, nomeadamente pelos planos da cidade de Luanda (MAGALHÃES, 2009:30). Neste capítulo serão abordados, a propósito desta análise, três dos 30 existentes: o plano de Etienne de Groer e David Moreira da Silva feito em 1942, que foi o primeiro e do qual derivam vários outros e que impõe conceitos próprios; no entremeio falar-se-á do plano de 1957 projetado por João António de Aguiar que fez a charneira entre o primeiro e o último, no qual se assume a real situação da cidade e, por fim, será abordado o plano de 1961-64 de Simões de Carvalho, que é de extrema importância uma vez que constitui um marco da nova forma de pensar a arquitetura e o urbanismo no contexto do território angolano e, por outro lado, Luanda passou a ter um gabinete de urbanização municipal, onde os planos passaram a ser elaborados por profissionais que conheciam o local. Ainda se explicará o plano da Cidade Satélite nº 3 de Vieira da Costa, planeado em 1948 por um arquiteto angolano, conhecedor da realidade e que apesar ser um trabalho académico induz já algumas linhas de pensamento modernas que serão tidas em conta na elaboração dos planos seguintes.

Fig 40. Vista da Baixa.

Fig 41. Luanda, Cidade Baixa.

Fonte 40, 41: FONTE; 2012:121.

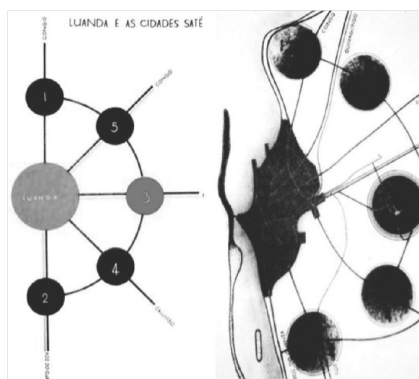
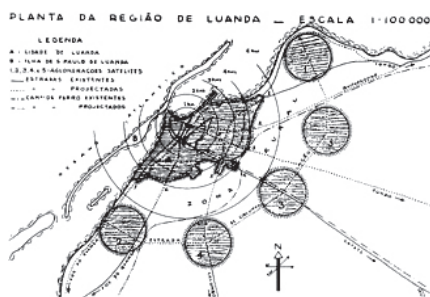
¹⁴ O Gabinete de Urbanização Colonial foi criado em 1944 por Marcelo Caetano, à época Ministro das Colónias. Em 1951 passou a denominar-se Gabinete de Urbanização do Ultramar e foi extinto no ano de 1957 (MAGALHÃES, 2009:78).

Em suma, estes três planos apresentam visões muito particulares de projetar o espaço público e a arquitetura no contexto luandense/angolano.

O primeiro **Plano de Urbanização da cidade de Luanda data de 1942**, e foi encomendado pela Câmara Municipal a Etienne de Groer¹⁴ e teve a colaboração de David Moreira¹⁵ da Silva . Sendo de Groer discípulo de Ebenezer Howard, pai da cidade-jardim, o plano preconiza os ideais, aproximando o seu esboço para Luanda à teoria da cidade policêntrica. Esta solução propunha uma nova organização espacial, social e económica da cidade e estabelecia uma nova forma de expansão da cidade com a sugestão de um sistema radial de cinco cidades-satélites ligadas entre si através de uma circunvalação, induzida pelo contorno radial da cidade e em cujos extremos se situavam as duas principais saídas de Luanda. Esta estruturação da cidade tinha como objetivo alojar a população nas restantes cidades satélite, transformando-as em dormitório, e produzindo um novo fluxo de entradas e saídas na cidade (FONTE, 2012:121).

¹⁴ (1882-1952) Arquiteto e urbanista de origem polaco-russa. Estudou arquitetura na Academia Imperial de Belas Artes de S. Petersburgo. Foi professor em Paris, onde lecionou no Instituto de Urbanismo em Paris até 1940, sobre a teoria da cidade-jardim. A convite de Duarte Pacheco fixou-se em Portugal e trabalhou no desenvolvimento de planos urbanos para Luanda, Costa do Sol, Sintra, Almada e Coimbra.

¹⁵ (1909-2002) Arquiteto e Urbanista, nascido na Maia. Estudou arquitetura na Escola do Porto e Urbanismo no Instituto de Paris.



Este modelo estabelece que os satélites estão separados da zona central por uma faixa rural de 2 quilómetros de largura que se destinaria a limitar a área, protegendo-a. De forma elementar, tinham sido propostas três bolhas residenciais, em função do estatuto social da população; admitia-se uma quarta bolha ovalóide que se destinava à expansão da população africana e ainda uma outra “bolha”, da qual faziam parte as zonas industrial, portuária, administrativa e comercial. Todas estas zonas estavam circunscritas pelo perímetro rural (MOURÃO, 2006:311).

Este plano previa o descongestionamento da cidade, no entanto a estruturação do plano induz as deslocações pendulares que se registariam das cidades-subúrbio para a cidade central e consequentemente provocaria congestionamento do tráfego.

O plano não chegou a ser implementado uma vez que a Câmara não dispunha dos quadros técnicos necessários para a sua execução e também por falta de consentimento jurídico. (MOURÃO, 2006:121)

No **Plano Geral de Urbanização de Luanda, de 1949**, projetado por João António de Aguiar, é assumido o real panorama da cidade de Luanda e o que resultou do seu processo urbano. À semelhança dos planos anteriores, faz-se um zoneamento do espaço, dividindo-o em zonas consolidadas, zonas para expansão, zonas industriais e zonas rurais, sendo

Fig 42. Esboço do Plano de 1942 de Etienne de Groer e David Moreira da Silva.

Fig 43. Esquema do Plano de 1942.

Fonte 42: FONTE;2012.

Fonte 43: FREITAS, 2015:30.

que as duas últimas se encontravam na periferia (FONTE, 2012:121). O objetivo deste plano era limitar o crescimento da cidade, expandindo-o radialmente para Sul e Este (BONITO, 2011:59), baseando-se no plano estabelecido anteriormente por Etienne de Groer (FONTE, 2012:121).

Foi durante os anos 50 que se desenhou o **Plano para a Baía de Luanda**, do Arquiteto Vasco Vieira da Costa, em que se previa uma nova frente contínua de edifícios, que por um lado rematava a cidade e por outro, a abrem, formando um sky line ondulante (FONTE, 2012:121-125).

Por último, debruçar-nos-emos, tal como dito, sobre o **Plano Diretor de Luanda, de 1961**, elaborado com a coordenação de Simões de Carvalho, integrando o Gabinete de urbanização da CML, cuja equipa era formada por mais de seis

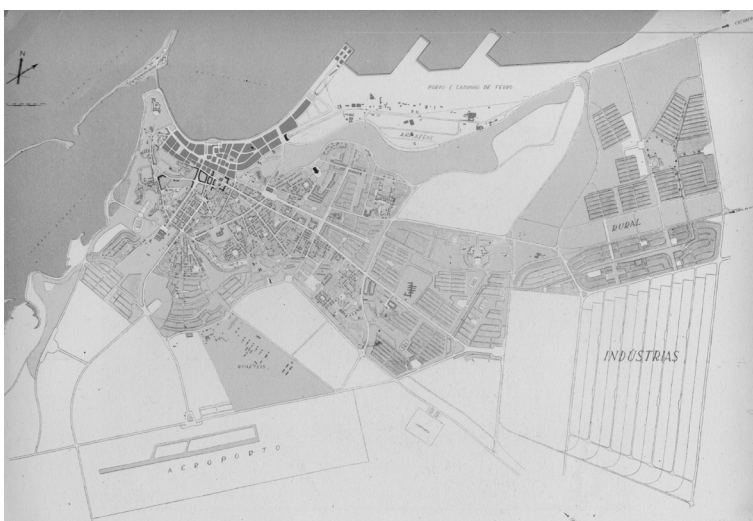


Fig 44. Plano de Urbanização de Luanda, Arq. João António de Aguiar.

Fonte 44: FONTE, 2012.

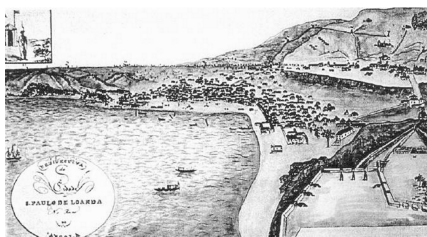


Fig 45. Panorâmica da Cidade, 1816.

Fig 46. Avenida Marginal antes do Plano de 1950 do arq. Vieira da Costa.

Fig 47. Avenida Marginal depois do Plano de 1950 do arq. Vieira da Costa.

Fonte 45: AMARAL, 1968:64-65.

Fonte 46: Arquivo Histórico de Luanda.

Fonte 47: FONTE; 2012:125.

arquitetos entre eles António Campino, Domingos Silva, Luís Taquelim da Cruz, Fernando Alfredo Pereira, Rosas da Silva e Vasco Morais Soares. Faziam parte da equipa também três engenheiros, dez desenhadores, um topógrafo, um maquetista e um pintor. (Fonte, 2012:125-126).

Simões de Carvalho, igualmente influenciado por Le Corbusier, assume uma postura completamente radical e contrária às anteriormente propostas. Por um lado, aproxima-se das propostas no que respeita à hierarquização viária, mas por outro lado quebra todas as barreiras do zoneamento social e dos serviços, tirando máximo partido da realidade miscigenaria que se vivia em Luanda.

Este novo plano visava inicialmente a constituição de um plano para a Baixa, dado que por esta altura tinha ainda muitos terrenos vagos e edifícios de poucos pisos. Portanto, a ideia de fazer um Plano Diretor para a cidade partiu do próprio, que pretendia evitar a ocupação desmesurada da Baixa devido à especulação imobiliária.

Ao analisar a cidade, detetou os seus problemas e as suas necessidades para em função destes criar soluções adequadas à realidade da cidade. Chegou à conclusão que o modelo de cidade radial que até à altura se seguia em nada ajudava no crescimento e expansão da cidade, antes pelo contrário, causaria aquilo que segundo Le Corbusier seria “a apoplexia do centro e a paralisia nas extremidades” (CARVALHO, 2012:127).

Em vez disso sugere o crescimento da cidade de forma linear, tendo em atenção todos os aspetos que a compõem e pensando nela como um todo sem se centrar unicamente numa parte, considerando que esta continuará inevitavelmente a desenvolver-se e a população a acompanhá-la (ou o contrário, a cidade é que é forçada a expandir os seus limites em função da população que a constitui). Por esta razão o plano é feito a pensar nas futuras dimensões populacionais. Com o intuito de substituir o modelo da cidade radial pelo da cidade linear que, segundo pretende, se estenderá naturalmente para sul. Determina uma área verde e 1,5 quilómetros de largura, onde se situaram os serviços gerais, tais como os hospitais, com o objetivo de balizar o crescimento em direção a Catete (VENÂNCIO, 2012).

Propõe, à escala regional, um sistema viário rápido, que une o centro da cidade ao interior da província através de dois eixos principais que lembram o Cardus e o Decumanus e que seriam tratados como autoestradas nos sentidos Norte-Sul e Este-Oeste. Estes eixos seriam atravessados por quatro vias rápidas em cintura em complemento da rede viária principal aparecem vias envolventes das Unidades de Vizinhança nas quais se divide toda a malha urbana (FONTE, 2012:128).

Sugere a transferência do Centro Ferroviário da Baixa para o Cazenga, até então denominado como zona industrial, mas sem qualquer construção. O objetivo era criar aí uma Estação Metropolitana Intermodal, para passageiros e mercadorias, que fizesse a ligação ponte com os transportes rodoviários



extraurbanos, ao porto e à zona industrial situada a sul.

O plano pretendia dividir a malha urbana em Unidades de que se orientavam em função das vias principais e dos equipamentos existentes, daí resultariam unidades com dimensões variadas cujo agrupamento determinaria um novo Bairro. Todas estas unidades de Vizinhança seriam dotadas de equipamentos comerciais, de lazer, industrial e educacionais, sendo que os últimos pela sua natureza poderiam abranger áreas mais alargadas (VENÂNCIO, 2012).

Por fim, recomenda que se erga um Capitólio, na Cidade Alta, que seria o centro governativo, onde se concentrariam



Fig 48. Plano Director de Simões de Carvalho, 1961.

Fig 49. O Edifício do Porto de Luanda no remate da marginal.

Fig 50. Avenida dos Combatentes- uma das maiores vias de Luanda.

Fonte 48, 49, 50: FONTE; 2012:125.

todos os ministérios da cidade. Para a Baixa sugere que se crie um Fórum, centro cívico, que implicaria a demolição de alguns quarteirões de edifícios antigos para dar lugar a duas praças: uma virada para o mar, em homenagem ao cais de desembarque, e a outra situar-se-ia na Mutamba, onde se concentravam os serviços públicos de maior afluência. E finalmente uma ponte elevada de acesso à Ilha, que permita tanto a passagem dos barcos como a corrente de Benguela, que impossibilita o assoreamento da baía (MARTINS, 2000:259).

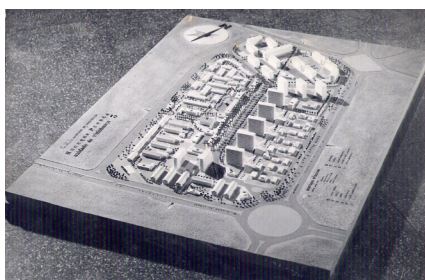
No entanto, o plano foi apresentado e a guerra civil iniciou-se em 1961. Como seria de prever, o Plano Diretor não chegou a ser implementado. Apenas alguns Planos Parciais de algumas Unidades de Vizinhança. Apesar do panorama da cidade e do país as principais orientações relativas aos eixos estruturantes da cidade foram respeitadas e esta cresceu, efetivamente, em direção a sul.

A maior parte dos planos elaborados sob o regime colonial ficaram na gaveta derivado à falta de aval jurídico, de instrumentos legais para os aprovar ou de técnicos capazes de os executar. Somente o Masterplan, último plano elaborado em 1973, pela empresa francesa Omnium Technique (MOURÃO, 2006:315), chegou a ser aprovado antes da Independência. Apesar disso, de cada um dos planos propostos, pequenas partes foram postas em prática. Isto traduziu-se em intervenções pontuais à escala do bairro. É o caso, por exemplo,

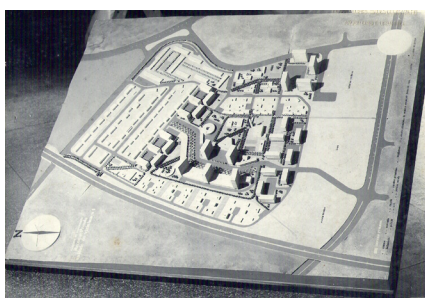


dos Bairros Operários¹⁶, dos Bairros Populares¹⁷, ou as Unidades de Vizinhaça¹⁸ (VENÂNCIO, 2012).

Não obstante, à explanação dos planos acima mencionados é crucial abordar o plano académico da Cidade Satélite nº 3, visto que este serviu de orientação para a enunciação dos planos que lhe seguiram, e estabelecendo algumas diretrizes para os futuros planos urbanísticos da cidade de Luanda.



O Plano da Cidade Satélite nº 3 desenhado, enunciado e proposto por Vasco Vieira da Costa¹⁹ foi elaborado no âmbito do Concurso para Obtenção do Diploma de Arquiteto (CODA), em 1948, no qual se propôs desenvolver uma das cidades-satélite propostas anteriormente, no caso a nº3, da



¹⁶ O primeiro foi construído em 1926, nos terrenos do musseque Burity, que depois deu origem ao Bairro do Cruzeiro. O Bairro Operário foi povoado por população que tinha sido forçosamente transferida do Bairro das Ingombotas para aí. No capítulo III abordaremos o Bairro das Ingombotas em detalhe. P.

¹⁷ Que eram destinados à população de média ou baixa renda. Bairro com arruamentos regulares e vivendas em tijolo.

¹⁸ Como é o caso da Unidade de Vizinhaça nº 1- Bairro Prenda- projetada por Simões de Carvalho e Pinto da Cunha.

Fig 51. Bairro Operário antes de 1960.

Fig 52, 53. Unidade de Vizinhaça nº1 e nº3.

Fonte 51: Por Dentro da África.

Fonte 52, 53: FONTE, 2012.

¹⁹ (1911-1982) Arquiteto e Urbanista, nascido em Portugal, mas crescido em Luanda-Angola, tendo se naturalizado luandense. Estudou Arquitetura na Escola de Belas Artes do Porto, onde apresentou o CODA: Cidade Satélite nº3. Estagiou no gabinete de Le Corbusier em Paris. É um dos arquitetos da geração africana que leva o Modernismo para Angola, onde tem um amplo espólio construído.

qual fazia parte o caminho de ferro de Malanje e a Estrada de Catete. Sugere a redução do número de habitantes e introduz nesta cidade-satélite equipamentos industriais relevantes, conferindo-lhe alguma autonomia. Viera da Costa por ser conhecedor da realidade do lugar, expõe no seu plano inquietações muito particulares relacionadas com a sociedade colonial e outras relacionadas com o próprio clima.

Influenciado pelo modo de pensar do modernismo europeu, de Le Corbusier, onde estagiou por quatro anos, criou um modelo de cidade respeitador dos princípios enunciados na “Carta de Atenas” e que deixava transparecer os paradoxos e incertezas que o próprio sistema colonial instituíra; procurou enunciar, por meio dos seus desenhos, transformações nos valores estabelecidos (MARTINS, 2000:264). O plano consiste no zoneamento da cidade em áreas definidas, separando de igual modo as diferentes tipologias de habitação, como veremos nos esquemas mais a frente. A cada núcleo de habitação europeu corresponde uma zona destinada a habitação indígena, separadas uma da outra por uma área rural. Considera que é responsabilidade do europeu despoletar no indígena as necessidades de conforto, apesar de manter uma certa distância de segurança derivadas das calamidades que estas aglomerações representam para a saúde (MAGALHÃES, 2009:30). A tipologia adotada na construção para os indígenas foi a das cubatas, cujos alicerces seriam edificadas pela Câmara e o resto ficaria a cargo dos residentes.

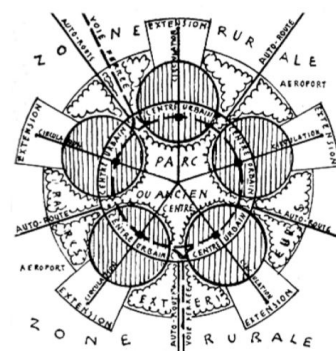


Fig 54. Esquema de um dos Satélites.

Fonte 54. FONTE, 2012.

Este plano sugere também a dissociação da circulação pedonal e viária, evitando que ambas se cruzem e isolando a última com corredores verdes. Os caminhos pedonais são claros e sombreados, ou seja, devolve a rua ao africano preocupando-se com a qualidade de vida dos seus percursos diários. Tal como Corbusier, critica a rua corredor por servir três funções: habitação, comércio e circulação e prefere ruas exclusivas, com apenas uma função. É facto, que por ser um projeto académico cujos constrangimentos eram apenas as vias de comunicação existentes, permitiu-lhe ser muito radical nos valores que defendeu.

Em suma, pode-se dividir o crescimento da cidade de Luanda em dois tempos: o primeiro, do início da sua fundação até aproximadamente 1950, e que pode se caracterizar por uma grande inércia quer do ponto de vista populacional quer do ponto de vista das suas atividades económicas e ainda do panorama do crescimento físico e espacial da cidade, chegando a assemelhar-se a um acampamento desorganizado até ao fim do século XVIII (TRINDADE, 200:392).

O segundo período, de 1950 até aos dias de hoje, caracterizado por um enorme boom urbano, que resultou na ultrapassagem, muito além do admissível, dos limites da cidade após a independência de Angola.

Para que se tenha uma noção do crescimento exponencial da cidade, em 1940, os musseques situavam-se a 1 quilómetro

de distância do centro da cidade (zonas das Ingombotas, do Maculusso e do Bungo). Somente depois do Primeiro Plano de Urbanização, em 1942, é que a cidade começou a conhecer regras de urbanização e planeamento, tais como novos edifícios de vários andares que substituíram velhas casas e armazéns; novas avenidas rasgaram a cidade; e infraestruturas importantes foram edificadas, como o porto de Luanda e a praia da baía, que foram ampliadas e modernizadas. Naturalmente que estas práticas se traduziram no aumento populacional de 270% que se verificou entre 1940 e 1960; no reforço da imigração, no aparecimento de novos e mais complexos problemas sociais e no crescimento dos limites da cidade. O processo do crescimento de Luanda e da sua vida urbana estão, portanto, relacionados com os ciclos da economia do país, em cada época. Isto é, o ritmo de crescimento obedece às cotações internacionais de produtos oriundos da agricultura de plantação, orientada para a exportação (café, algodão e sisal) e, recentemente, da exploração e exportação do petróleo (TRINDADE, 2000:393-394).

IV.5 Tipos de construções na cidade de Luanda.



Baseando-nos na atual planta da cidade é difícil definir e avaliar as tipologias da mesma devido ao processo de mussequização do qual todos os bairros são alvo. Os musseques, como já vimos anteriormente, estão em todas as partes da cidade e contrastam com a restante construção de betão. Aliás, Luanda, na gíria dos luandenses, é tida como uma selva de betão.



Luanda vive da relação que os diferentes bairros, com as suas diferentes características - tipológicas, morfológicas e construtivas-, estabelecem entre si, proporcionando uma certa riqueza e ritmo aos percursos urbanos. Este diálogo evidencia-se pela articulação entre bairros de cariz moderno, como os bairros operários que surgiram na década de 60; as unidades de vizinhança, como é o caso do conjunto de edifícios da Unidade de Vizinhança nº1, no Prenda; as moradias à volta das praças como é o caso da que temos perpendicular à Rua Comandante Che Guevara no Bairro do Maculusso; os bairros cidade-jardim, como a Vila Alice. Estes bairros comunicam entre si através de jardins, praças e largos que conferem alguma riqueza e dinamismo ao quotidiano urbano.



Fig 55. Vista Aérea do Bairro do Miramar.

Fig 56. Unidade de Vizinhança Nº1, Prenda.

Fig 57. Bairro Operário.

Fonte 55: Wikimapia.

Fonte 56: Património de Influência Portuguesa.

Fonte 57: Consultar Índice de Imagens.

Do ponto de vista arquitetónico predomina a arquitetura militar e religiosa até ao século XVII. Entre os séculos XVII e XIX, apostou-se na arquitetura de carácter doméstico que se fez sentir na construção de casas senhoriais, sobrados. A arquitetura de teor público teve maior desenvoltura no

século XX com a construção de equipamentos capazes de satisfazer as necessidades da população. Foi também neste século, entre os anos 1940 e 1960 que se construíram vários edifícios em altura. O século XXI, por sua vez, é marcado pela necessidade de dar à cidade uma nova imagem, mais dinâmica e moderna, e começaram a ser construídos edifícios que ronda entre os de 20 e 30 andares, contrastando com os restantes edifícios de altura inferior²⁰.

Os estilos construtivos dos edifícios variam entre o Barroco, predominante essencialmente nas igrejas, por exemplo a Igreja do Carmo; o Neoclássico sendo representativo deste estilo o edifício do Governo Provincial de Luanda, construído no ano de 1890 e que está inserido no bairro das Ingombotas; o estilo Eclético sendo o Palácio de Ferro uma referência em Luanda; a Arte Nova sendo um exemplo deste estilo construtivo o Palácio das Comunicações; Art Deco cuja representação é feita pelo Palácio da Pena; o Estado Novo também teve edifícios representativos do regime que se vivia, sendo o Porto de Luanda uma boa amostra da arquitetura que transmitia os ideais do governo; o Movimento Moderno sendo a Igreja de Nossa Senhora de Fátima uma referência deste estilo arquitetónico²¹.

²⁰ Com base no livro *Arquitecturas de Luanda*: MATINS, Isabel (coord). *Arquitecturas de Luanda*. Universidade Agostinho Neto. Luanda.

²¹ Com base no livro *Arquitecturas de Luanda*, que teve a coordenação da arquiteta Isabel Martins professora na Universidade Agostinho Neto.



Fig 58. Igreja Nossa Sra de Fátima.

Fig 59. Palácio das Comunicações.

Fig 60. Palácio de Ferro.

Fonte 58: Angonotícias.

Fonte 59: Soares da Costa.

Fonte 60: Consultar o Índice de imagens.

Por outro lado temos, como referido acima, as unidades de habitação, que preconizam as ideias do movimento moderno, com os edifícios elevados do solo e com múltiplos andares. Atualmente o skyline da cidade vai-se alterando com a construção de arranha-céus, muitos deles construídos no centro da cidade e no próprio bairro das Ingombotas, com o intuito de transformá-los em pontos de comércio e prestação de serviços.

Paralelamente aos aspetos urbanos e arquitetónicos mencionados, há outro aspeto que não nos escapa e ao qual não conseguimos passar indiferentes, quer sob o ponto de vista humano, social, político, económico ou cultural: os musseques. E, uma vez que Luanda é uma cidade que vive deste binómio cidade formal e informal, sendo a cidade informal aquela que vai desordenadamente acompanhando o crescimento planificado da cidade e, porque os musseques fazem parte da realidade quotidiana da cidade e, naturalmente, do bairro das Ingombotas, torna-se extremamente importante abordá-los.

Luanda é, portanto, uma manta de retalhos que, agregados, formam o tecido urbano que conhecemos.

IV.5.1 Os Musseques

As cidades africanas, na sua maioria, cresceram drasticamente a seguir à segunda Grande Guerra, e, posteriormente e de modo muito particular, a seguir à independência dos seus países.

Esta situação, aliada ao facto de muitas se terem tornado as capitais políticas e de terem atraído e centralizado as atividades políticas, governamentais, comerciais e as novas indústrias, capazes de aproveitarem a mão de obra local qualificada e ainda de muitas delas serem importantes portos marítimos, fez destas cidades importantes centros urbanos e tornou-as quase as únicas entidades empregadoras e fornecedoras de oportunidades a uma população urbana crescente, principalmente devido ao êxodo rural (TRINDADE, 2000:430).

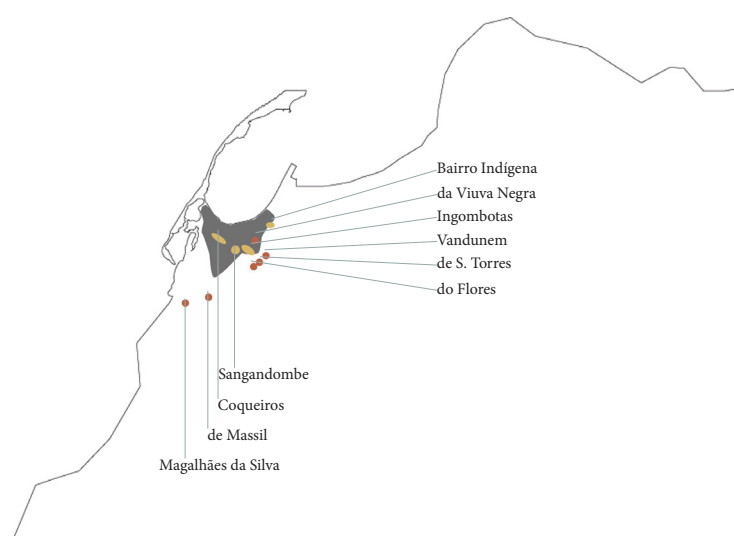


Fig 61. Luanda em 1900: Musseques e Aglomerados de Cubatas.

Fig 62 Áreas Formais e Informais.

Fonte 61: Autora.

Fonte 62: SILVA, 2016.

Esta situação, comum a todo o Terceiro Mundo, provocou uma enorme explosão demográfica, um forte crescimento das principais cidades para as zonas periféricas e o reforço da sua macrocefalia que se traduziu em arredores suburbanos de habitação clandestina, degradada e sem condições básicas de saneamento, higiene e habitabilidade.

Deste modo, em função do país, as grandes cidades têm nos seus arredores zonas que expandem a sua superfície cada vez mais com o objetivo de albergar uma grande quantidade de recém-chegados. O nome destas zonas varia em função do lugar, sendo denominada *favela* no Rio de Janeiro, *villas miseria* em Buenos Aires, *slums* em Nova Iorque e em Londres, *bustees* em Calcutá, *compounds* na África do Sul, *kampongs* em Jacarta, bairros de lata em Lisboa, *bidonvilles* em Paris, bairros de *caniço* em Maputo e *musseques* em Luanda (TRINDADE, 2000:431).

Musseques, que do dialeto nacional Kimbundo²², significa terra vermelha, é a denominação dada em Luanda para as zonas caracterizadas pela “ausência e organização urbanística, a precariedade e a insalubridade do povoamento, o amontoamento das populações miseráveis” (AMARAL, 1968:67), na grande maioria de origem africana.

²² Dialeto nacional de origem bantu. É falado no noroeste de Angola e inclui a Província de Luanda.

Trata-se da denominação angolana de favela ou slum, com as suas características que lhe são próprias e as que lhe são associadas devido ao contexto em que estão inseridos.

Apesar de aparecerem representados pela primeira vez apenas na planta de 1862, os musseques fizeram parte da fundação da cidade, pois nos quintais dos comerciantes que habitavam a Cidade Baixa se aglomeravam as cubatas dos escravos. Podemos constatar em plantas anteriores, como por exemplo a de 1755, que entre as construções de pedra e cal, havia muita habitação informal, especialmente nos Bairros dos Coqueiros, do Bungo, das Ingombotas e da Maianga. No entanto, por esta altura, eram denominados por bairros ou sanzalas e, até ao século XVII, o vocábulo dizia respeito às casas de campo dos altos funcionários e religiosos que se situavam nos terrenos de terra vermelha da cidade (MARTINS, 2000:276). Em meados do século XIX, a designação musseque começou a referir-se a bairros populares periféricos de casas construídas com materiais não definitivos como cartão, chapas, madeira, pau-a-pique, entre outros, habitadas por indivíduos de condições sociais e económicas desfavoráveis. (MARTINS, 2000:277).

A necessidade que existia de se aglomerar os escravos nas partes traseiras das habitações começou a alterar-se por volta de 1836, com a abolição da escravatura. E este foi também o início de uma nova linguagem na composição e organização do espaço da cidade. Os então escravos, e agora

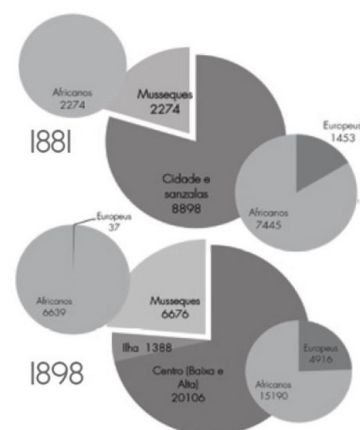


Fig 63. Distribuição da População pelas Tipologias de Áreas Habitacionais entre 1881-1989.

Fonte 63: VENÂNCIO, 2013:48.

cidadãos livres, foram obrigados a procurar zonas da cidade para se fixar, iniciando assim a segregação espacial da população africana. (PEPETELA, 1999:80)

A cidade colonial passou a ser um local de fixação e, como tal, a ter novas inquietações que concernem o urbanismo e as questões de salubridade da cidade. Uma vez que as cubatas eram encaradas como veículos de doenças, muitas delas foram demolidas, como é o exemplo de todas as que existiam nos Coqueiros e que em consequência de uma epidemia de varíola foram demolidas em 1864 (PEPETELA, 1999:79).

Deste modo, a população africana foi sendo expulsa do centro da cidade e arrastada para a periferia em prol das mais variadas razões, estando a “estética ou sanidade urbanas” (PEPETELA, 1999:80) no foco desta expropriação. Este processo proporcionou a apropriação do centro por indivíduos de maior poder económico em detrimento dos que tinham menor poder económico, arrastando-os para a periferia. Este é um processo que dura até hoje.

Os musseques foram surgindo na periferia da cidade colonial e foram adquirindo os nomes das grandes famílias tradicionais de Luanda, como é o caso do musseque do Flores, do Magalhães da Silva, de S. Torres ou do musseque Van-Dunem. À medida que a cidade de asfalto foi crescendo, alguns musseques perderam o seu carácter periurbano

mantendo-se dentro do perímetro da cidade colonial, ganhando densidade e estendendo-se.

O crescimento desmesurado do número de cubatas entre 1846/47 e 1847/48, evidencia o crescimento urbano que as zonas periféricas sofreram nesta época. A tipologia construtiva das cubatas, completamente marginalizadas em comparação com as outras modalidades construtivas, representava na altura 70,3% das habitações da cidade. As melhorias urbanas que se tem conhecimento sobre a cidade não beneficiaram a população toda. O défice habitacional era razão para inquietação e a cidade que se urbanizava a olhos vistos estava cercada por uma coroa de musseques (AMARAL, 1968).



Fig 64. Musseques na Década de 1950.
Fonte 64: Autora.

Apesar de no início do século XX Luanda ter abrandado o seu índice de desenvolvimento habitual, a partir da década de 1940 verifica-se um grande crescimento económico, consequência das apostas de uma Metrópole com novas políticas de colonização (AMARAL, 1983:299-300), da subida das cotações do café e o consequente investimento na construção civil. A fase próspera que se vive atrai pessoas de todos os lugares especialmente da Metrópole e das zonas rurais do interior de Angola. Por esta altura a área urbanizada ultrapassou os limites que se conhecia e começa a desenvolver uma nova forma de expansão na qual se estendem radialmente braços a partir da baía de Luanda em direção ao interior, atravessando a malha dos musseques e ocupando tudo, independentemente do que lá exista. Paralelamente a isto, os musseques desenvolvem-se, a sua malha condensa-se e constituem o lugar de ocupação da população de imigrantes de poucos recursos económicos e incapazes de habitar nas zonas urbanizadas. No período compreendido entre 1928 e 1960, a área ocupada sextuplicou (MARTINS, 2000:263).

Dado que a cidade não tinha capacidade para albergar nova população, na sua maioria jovem, do género masculino e com fracas qualificações profissionais, o desemprego aumentou, houve uma dispersão muito grande entre o custo de vida, os salários que se praticavam e o défice habitacional (AMARAL, 1968:79). Restava a estas pessoas construir a sua própria habitação nos musseques ou alugar uma cubata onde houvesse, enquanto esperavam por melhores

condições de vida. Enquanto esperavam, apoiavam-se nos familiares, nos amigos ou nos vizinhos desfrutando da tão característica solidariedade africana. Porém, enquanto para os recém-chegados esta era a única saída para os que os recebem, podia transformar-se num pesado fardo económico (MONTEIRO, 1973).

As habitações dos musseques são edificadas em terrenos abandonados ou subaproveitados que pertençam a instituições públicas ou privadas. Se de entidades particulares se tratar, a ocupação pode ter sido abusiva ou autorizada.

Assim sendo, cobra-se uma renda pelo terreno. Para a população que vinha do interior, que não estava familiarizada com o conceito de propriedade privada, torna-se complicado perceber porque motivo se deve pagar por um terreno que está desocupado. No caso dos terrenos que pertencessem ao Estado, as autoridades eram mais condescendentes uma vez que os próprios não conseguiam resolver o problema da habitação. Esta flexibilidade a lidar com o tema terminava apenas quando o terreno era apontado como valioso do ponto de vista imobiliário. (MONTEIRO, 1973: 253)

O que diferencia Angola dos outros países que foram colonizados por europeus é a inexistência de leis que determinassem uma segregação racial, pois esta existia até certo ponto enquanto segregação económica e social, adquirindo características de segregação social, se avaliarmos que a maior

parte da população que tem menos recursos era negra ou mestiça (VENÂNCIO, 2012:55). Deste modo, a população que compõe os musseques é altamente heterogénea, estando confinadas à mesma área geográfica pessoas de várias etnias do vasto território angolano e origens diferentes. Aí encontram-se pessoas provenientes de Portugal, São Tomé, Cabo Verde e Brasil (MONTEIRO, 1973:83). A quantidade de europeus que vivia nos musseques, na sua maioria portugueses, aumentou a partir de 1960. Estes preferiam fixar-se junto às principais vias ou perto das áreas urbanizadas, como os seus semelhantes (MONTEIRO, 1973:83). No que concerne às profissões de quem habita os musseques, encontram-se aí pequenos assalariados, pequenos comerciantes, industriais desempregados, muitos dos quais tiram o seu rendimento mensal de biscates que vão fazendo.

Como foi dito logo no início do capítulo, é-nos difícil estabelecer limites físicos para os musseques, da mesma forma que ao analisarmos a população verificamos que a segregação populacional não é clara. Por volta de 1926, a rua Brito Godins – atual Avenida Lenine – delimitava o asfalto e, posteriormente, a rua D. João II adquiriu a mesma função. (FERNANDES, 2010:61). Contudo, estes limites físicos foram temporários e diluíram-se com o tempo no processo de construção de casas de carácter definitivo nas vias circundantes aos musseques e de casas semi-definitivas e cubatas nos interstícios dos bairros urbanizados. (FERNANDES, 2010:61) É também de ressaltar que à medida que a área

urbanizada ia progredindo ficavam, muitas vezes, “bolhas” de musseques no seu interior²³.

As construções transgressivas de carácter definitivo desapareceram especialmente a partir dos anos 50. Este costume, levado por emigrantes europeus, inviabilizava que fossem levadas a cabo iniciativas públicas de substituição dos alojamentos precários por construções novas (MILHEIRO, 2012:215). A problemática da falta de ordenamento do território e de infraestruturas agravou-se e a Câmara Municipal foi forçada a incluir estas novas habitações nos planos que elaborava (AMARAL, 1968:118).

Estas zonas de residência, ou zonas de transição são lugares *sui generis*, onde habitam pessoas com poucos recursos económicos que se transformou em pontos de refúgio para os grupos economicamente desfavorecidos e socialmente excluídos e que sentiram o apelo da cidade e fugiram de uma agricultura de fracos rendimentos, de baixo índice tecnológico e de regiões desafortunadas pela erosão dos solos e condições climáticas adversas (TRINDADE, 2000:431). E, naturalmente, este tipo de realidade acarreta problemas como: prostituição, delinquência, a subalimentação, o sobrepovoamento e a degradação. Ainda assim é também um lugar gerador e difusor de cultura, com uma vida social extremamente intensa entre uma população heterogénea.

²³ Este fenómeno acontece por volta do ano de 1973, na maior parte dos musseques que estão representados na planta de 1964.

É no meio dos musseques que foram criados vários movimentos da música e da literatura do povo angolano, de igual modo foi aí que tomou corpo a resistência ao regime colonial (VENÂNCIO, 2012:57).

Nestes ambientes vive-se diariamente uma fusão de culturas e de hábitos do mundo rural africano com a cultura urbana luandense que está intrinsecamente ligada à forma de estar e de habitar do português. Estes espaços constituem, portanto, a charneira entre o rural e a cidade, um movimento que normalmente se pronuncia num único sentido. Há aspectos comuns aos musseques e estes são o sincretismo religioso, algumas formas de poligamia e até uma vida social dupla ou um comportamento social duplo. Isto é, dentro do musseque as pessoas têm uma determinada postura e fora dele

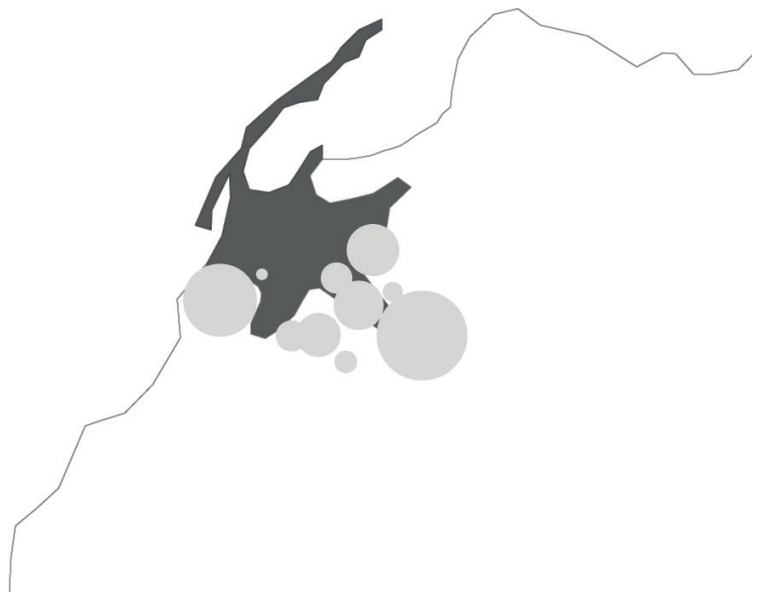


Fig 65. Musseques na Década de 1970.
Fonte 65: Autora.

assumem outra totalmente diferente. Da extensa família rural, que no fundo se comporta como unidade de produção, verifica-se uma transição gradativa para a família nuclear, unidade de consumo (AMARAL, 1968:38).

A organização espacial da cidade reflete a transformação social da sociedade. Num contexto rural, deparamo-nos com uma vida comunitária e uma economia agrícola e de permuta na qual se usufrui dos bens comuns. Estes valores não acabam por ser passados de geração em geração. Já num contexto urbano somos confrontados com uma noção de individualidade quer ao nível do próprio indivíduo, quer ao nível da casa. A individualidade da habitação traduz-se em privatizar os espaços exteriores contíguos às casas em formade logradouros e as dependências da mesma transformam-se em anexos. A tipologia de habitação que prevalece nos musseques corresponde ao binómio casa-quintal que em ambiente urbano corresponde ao regime de família nuclear.

Falaremos da organização espacial das casas dos musseques e da sua dinâmica infraestrutural dentro do próprio musseque mais tarde, no Capítulo V, que aborda o bairro com mais detalhe, nomeadamente a arquitetura no Bairro as Ingombotas, pois tratando-se este de um bairro que se formou a partir da fixação de indivíduos com pouca capacidade financeira. Deduz-se que as formas de construir que aí se praticavam se possam assemelhar às de um musseque comum, tendo as técnicas de construção naturalmente

evoluído e chegado às que reconhecemos atualmente dentro do bairro.

A título de conclusão, pode-se dizer que os musseques sempre fizeram parte da “espacialidade” da cidade de Luanda; acompanharam o seu crescimento e desenvolvimento, tendo, inicialmente, sob a forma de quintais, sido o local onde os traficantes de escravos acumulavam as suas “peças” para exportação, e posteriormente sob a forma de aglomerados de cubatas localizados nos Coqueiros, no Bungo, nas Ingombotas ou nas Maiangas, habitadas por africanos escravos libertos (TRINDADE, 2000:432).



Fig 66. Musseques em 2013.
Fonte 66: Autora.

BAIRRO DAS
INGOMBOTAS



V. Bairro das Ingombotas

O capítulo que se segue centra-se no Bairro das Ingombotas²⁴, procurando destacar a evolução do bairro.

O Bairro das Ingombotas conta, de certa forma, a história da evolução da cidade, do planeamento e da arquitectura ao longo dos séculos. Do mesmo modo que nos dá a conhecer como foram feitas as diferentes transições de realidades que sofreu, passando de zona rural a musseque, de musseque a bairro completamente homogéneo, no que respeita às tipologias construtivas que o constituem, e daí àquilo que conhecemos hoje: um bairro que tenta não sucumbir às enfermidades do tempo, adaptando-se às novas exigências da cidade e da sociedade.

²⁴ Do dialeto nacional Quimbundo, ngombota deriva da justaposição de duas palavras “ngombo” e “kutá”, significando respetivamente “*refúgio*” e “*local*”, portanto, local de refúgio. A palavra foi aportuguesada e originou Ingombota.

Fig 67. Vista Aérea do Bairro das Ingombotas, sec XX.

Fonte 67: Arquivo Histórico de Luanda.

V.1 O Lugar



O Bairro das Ingombotas está inserido no Distrito Urbano das Ingombotas, um dos seis que compõem o Município de Luanda, e onde se situa a sede do distrito. O bairro é definido pela Rua da Missão, a Norte, a Sul pela rua Kwame Nkrumah, pela Avenida Lenine a Este e a Oeste pela Avenida 1º Congresso do MPLA.

Os limites do bairro nem sempre foram os mesmos. Podemos observar nas plantas da cidade que este se foi estendendo e retraindo à medida que a cidade ia progredindo cronologicamente até chegarmos à nossa base atual. Pela observação da cartografia da cidade constatamos que a zona onde se formou o atual bairro das Ingombotas permaneceu um areal pelo menos até 1862 (data da planta) e apenas em 1929 surge nas novas plantas, perfeitamente identificado com o nome que nos é familiar e a sua zona de ocupação impecavelmente parcelada em quarteirões.

O bairro está assente sobre uma topografia de vale, correspondendo a zona mais baixa à Avenida Revolução de Outubro e as zonas mais altas, do lado direito, à Avenida Lenine e do lado esquerdo à Rua do 1º Congresso do MPLA. Quanto à qualidade dos solos, é característico desta os terrenos argilosos vermelhos e na zona de vale os terrenos são mais arenosos.

Fig 68. Fotografia Aérea de Localização do Bairro das Ingombotas na cidade.
Fonte 68: GoogleEarth 2018.

²⁵Do dialeto nacional Quimbundo, ngombota deriva da justaposição de duas palavras “ngombo” e “kutá”, significando respetivamente “refúgio” e “local”, portanto, local de refúgio. A palavra foi aportuguesada e originou Ingombota.

V.2 Evolução do Bairro

O aparecimento do Bairro das Ingombotas está intimamente ligado ao processo de êxodo dos escravos; à procura de um local de fixação que fosse relativamente perto das casas senhoriais, onde trabalhavam, e onde pudessem criar raízes e constituir as suas famílias. O vocábulo que deu origem ao seu nome existe desde o século XVII (MARTINS, 2000:230).

Na planta de 1698, na qual se evidenciam as construções de carácter religioso e defensivo, podemos ver a primeira construção do bairro “num alto «a que chamam Engombota», elevava-se [...] a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, construída em 1661” (AMARAL, 1968:40). Dentro do atual perímetro do bairro, encontrava-se apenas a igreja e um areal massivo de primitiva vegetação bravia e que aos poucos foi sendo ocupado por cubatas. Este espaço, onde viviam apenas escravos refugiados, começou a transformar-se por volta de 1869. Quando houve a epidemia da varíola e a população



Fig 69. Fotografia do Bairro das Ingombotas.
Fig 70. Bairro Indígena: Bairro das Ingombotas.
Fig 71. Igreja e Convento do Carmo.

Fonte 69, 70. Arquivo Histórico de Luanda.
Fonte 71: Património de Influência Portuguesa.



negra que vivia no Bairro dos Coqueiros teve de se transferir para a periferia, fixando-se no Bairro das Ingombotas e alguma parte no Bairro do Maculusso (NASCIMENTO, 2015:85-90). A zona onde se situava a igreja do Carmo e o Palácio do Governo demarcavam o início do bairro em conjunto com o Hospital de Santo António (construído em 1668) (RIBAS, 1997:127).

Após a construção da igreja do Carmo seguiram-se dois séculos nos quais não se registou qualquer edificação definitiva naquele pedaço de terra, pelo que apenas em 1890 se construiu o edifício da Câmara Municipal, atual Governo Provincial.

O bairro, como o conhecemos, aparece-nos pela primeira vez na planta de 1926 , na qual os seus limites estão bem claros, seu interior completamente parcelado em quarteirões e o seu sistema viário já demarcado. Portanto, antes disso, a única informação que as plantas da época nos fornecem é que este pedaço de terra, que corresponde ao Bairro das Ingombotas, era apenas um areal na zona do Carmo. E diga-se que, apesar deste ter sido o lugar onde, ao longo de vários séculos, a população de parcas condições se fixou, também representava, à semelhança do morro de S. Miguel, um lugar de destaque e até certo ponto de defesa, pois localizava-se no cimo de um morro, o que permitia controlar a costa e todo o seu movimento. Este bairro era pouco populoso e foi habitado por africanos “ruins e desordeiros que viviam em

Fig 72. Vista parcial da Cidade baixa, onde se vê o Bairro das Ingombotas.

Fonte 72: Arquivo Histórico de Luanda.

miseráveis cubatas” (MARTINS, 2000:230), aqueles que com o fim da escravatura foram obrigados a procurar algum lugar onde se fixar. Na segunda metade do século XIX as cubatas que o compunham foram gradualmente substituídas por habitações construídas pela câmara para albergar a população que tinha sido desalojada do Bairro dos Coqueiros, na Baixa (MARTINS, 2000:230). Segundo Pepetela (1990), a parte de capim que compunha o bairro dos Coqueiros foi completamente arrasada com o argumento de que a sujidade tinha que ser combatida e que aquele lugar era gerador de doenças (Pepetela,1990:79). Uma vez que a maior parte dos moradores das cubatas eram de origem africana, esta medida tinha o intuito de gerar alguma separação racial, natural de uma época em que a escravatura se estava a extinguir e em

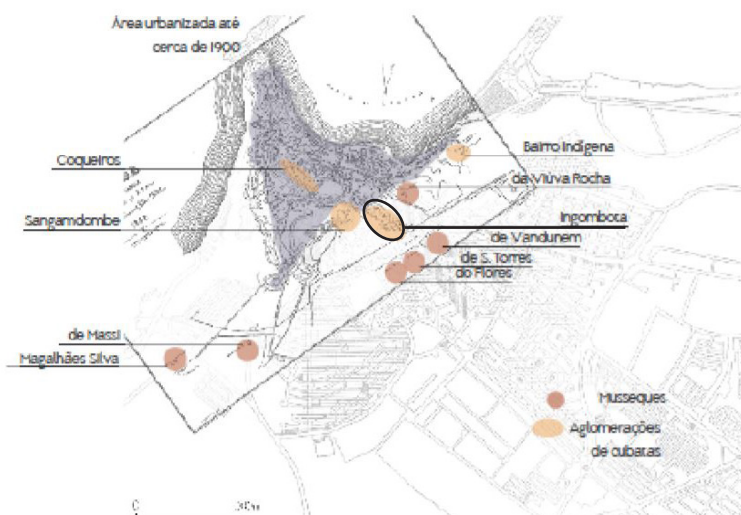
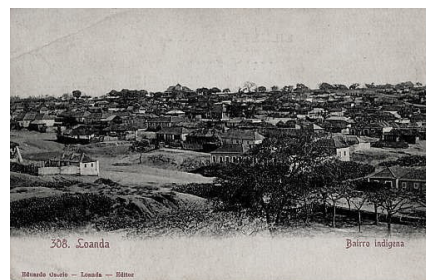


Fig 73. Bairro das Ingombotas em 1900.

Fig 74. Aspecto geral de um bairro indígena.

Fig 75. Bairro dos Coqueiros, 1800.

Fonte 73: VENÂNCIO, 2013: 48.

Fonte 72: Arquivo Histórico de Luanda.

Fonte 75: Kimbo Lagoa.

que viver perto do escravo não favorecia o senhor. Assumia-se a preferência de se viver junto dos seus semelhantes e iguais de estatuto (PEPETELA, 1999:80). A partir desta altura, instalaram-se no bairro as melhores e mais conhecidas famílias angolanas, tornando-o num bairro de elite africana e berço de movimentos culturais (MARTINS, 2000:230). Passou a ser um local de arruamentos regulares não pavimentados; um musseque no sentido sociológico, mas nunca assim denominado (VENÂNCIO, 2012:67). No entanto, este acontecimento marca também o início da segregação social das pessoas que têm menor capacidade financeira em direção à periferia, relegando o centro para as classes mais abastadas, facto que é transversal a todas as cidades. Este processo vai tornar-se mais intenso no século XX.

Aquela que começou por ser uma renovação dos bairros da baixa com vista à sanidade urbana, tornou-se numa nova abordagem à colónia. A cidade passou a ser vista pelos colonizadores como locais de permanência, para criarem raízes e, deste modo, também merecedor de algum investimento em função dos seus interesses e ideologias.

Em 1898 Luanda tinha um total de 28 170 habitantes, dos quais 20 106 viviam na Baixa e na Alta da Cidade; 6 676 nos musseques e na periferia; 1 388 na Ilha, sendo que apenas 3 114 dos 28170 habitantes eram europeus e os restantes 25 056 africanos (PEPETELA, 1999:80).

Todavia, é importante referir que o número de europeus não é fidedigno, pois o termo abrange tanto os brancos como os mestiços. A informação estatística revela que viviam 37 “europeus” nos musseques e 47 na Ilha, admitindo a possibilidade de se tratar de mestiços (PEPETELA, 1999:80). Os números que nos são apresentados expõem já a segregação social que havia, apesar de viverem dentro dos limites tradicionais da cidade cerca de 15190 africanos, especialmente nos bairros do Carmo, Ingombota e Maianga, que acabavam por ser os mais segregados em relação ao centro (PEPETELA, 1999:80). Assim, foram-se criando duas Luandas distintas: uma cada vez mais branca: a Luanda do asfalto, e outra cada vez mais negra: a Luanda dos musseques, da terra batida (PEPETELA, 1990:80).

Os últimos anos do século XIX foram de progresso para a cidade, no entanto estas expectativas saíram frustradas pouco



Fig 76. Panorama da Cidade de Luanda.

Fig 77. Bairro das Ingombotas.

Fig 78. Mulata habitante das Ingombotas.

Fonte 76, 77, 78. Arquivo Histórico de Luanda.



depois. Acreditou-se então que a Implantação da República em Portugal pudesse alterar o panorama que se vivia na colónia, mas tal não se verificou. Continuava-se a viver um período de quase estagnação económica ao mesmo tempo que a segregação social e racial aumentava de dia para dia, dando sempre preferência ao colono metropolitano, cada vez mais empenhados em manter a “pureza” rática (VENÂNCIO, 2012). O processo que se tinha iniciado no Bairro dos Coqueiros alastrou-se a outros pontos da cidade. Foram demolidos os bairros dos Cabindas e da Quitanda, na Baixa, e o de Sangandombe e a sua população instalou-se em barrocas. A população do bairro das Ingombotas, apesar de ser constituída por famílias africanas de renome, não escapou também a este processo de expropriação e foram transferidos à força para o primeiro Bairro Operário que surgiu.

Na planta de 1926, primeira em que o bairro aparece completamente definido no que respeita aos seus limites e ao ordenamento da sua malha, com ruas e quarteirões mais evidentes, podemos ler os nomes das ruas que o compunham que subiam para a Rua Brito Godins (actual Avenida Lenine) e podemos ler referências aos nomes de afamadas famílias africanas, como é o caso da Rua Vieira Dias, Álvaro Franco, Pinto de Andrade, entre outras. A toponímia das ruas estava intimamente ligada ao nome das famílias que habitavam o Bairro e que por sua vez tinham papel ativo no desenvolvimento político e intelectual não só do bairro como do próprio país, já que faziam parte dos seus moradores figuras

Fig 79. Um bairro Indígena.
Fonte 79: Arquivo Histórico de Luanda.

como Agostinho Neto (primeiro presidente de Angola), Mário Pinto de Andrade (Fundador e primeiro presidente do MPLA²⁶), Arnaldo Santos (escritor), Domingos Van-Dunen (escritor e dirigente da Liga Nacional Africana)(NASCIMENTO, 2015:89-90). Na primeira metade do século XX, o bairro, segundo depoimento de Mário Pinto de Andrade, morador, a Michel Laban (NASCIMENTO, 2015:89-90), é descrito como um local onde “(...) havia belos edifícios perto da Câmara, a igreja do Carmo e a linha férrea que ia até a estação da Cidade Alta (...) e depois havia o edifício da Liga Nacional Africana (...)” “Havia casas definitivas, outras de pau a pique, outras de meia-água” (ANDRADE, 1997). Pode-se acrescentar que aquele não era um bairro rural, era moderno apesar de conter algumas barrocas, contudo já se fazia sentir a pressão dos “edifícios dos funcionários e dos comerciantes brancos” (ANDRADE, 1997).

²⁶ MPLA sigla para Movimento Popular de Libertação de Angola. O principal partido do governo de Angola.

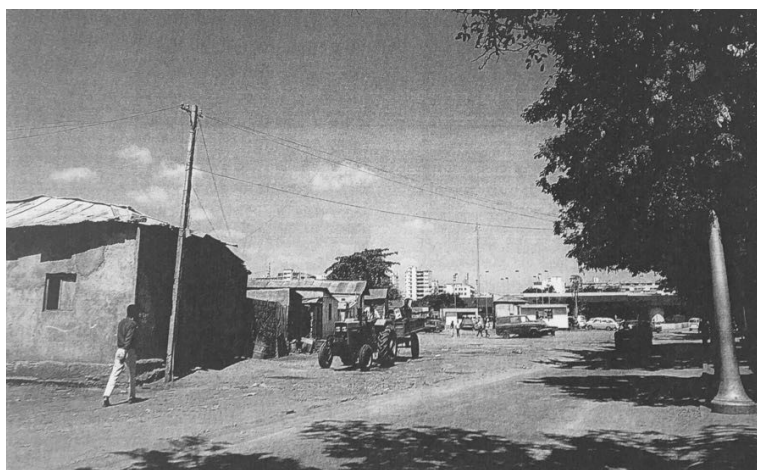
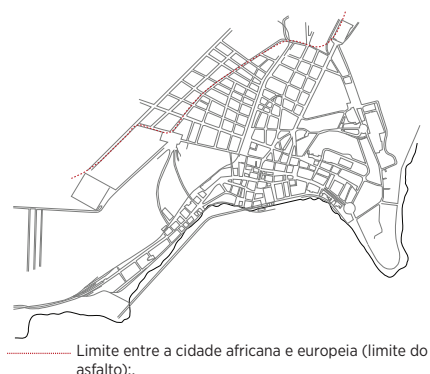


Fig 80. A “fronteira do asfalto”.

Fig 81. Planta representativa do limite da cidade africana e europeia.

Fig 82. Musseque das Ingombotas, início do séc. XX.

Fonte 80: PEPETELA, 1999.

Fonte 81: Autora.

Fonte 82: Por Dentro da África.

Evidencia-se nesta planta (1926) a criação do largo do Kina-xixe, assinalado, à data, como Largo de Leonardo Cerveira, e a criação da própria Rua Brito Godins, acima mencionada, que vai formar o limite entre as duas Luandas: a africana e a europeia. Para lá do arco da cidade urbanizada vão concentrar-se todos os musseques, ficando no interior do arco, até à Praia do Bispo a “cidade branca”.

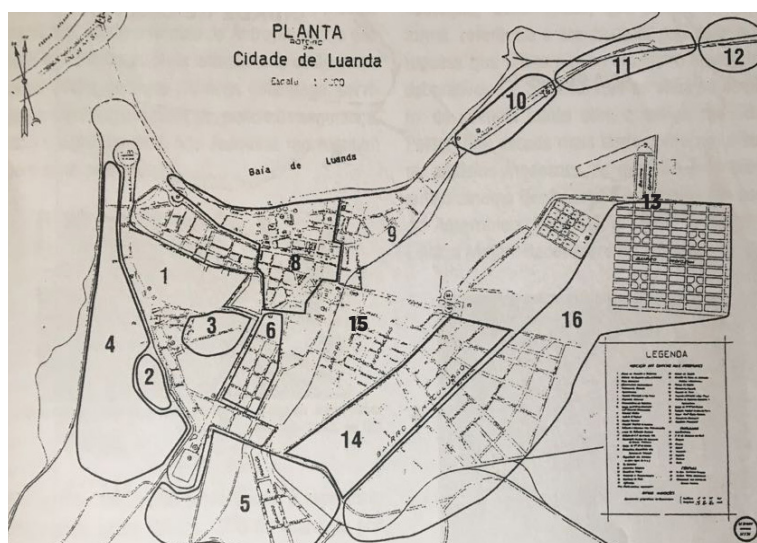
O panorama do bairro começou a alterar-se por volta dos anos 1940, com a chegada dos portugueses ao bairro. A população que aí vivia foi transferida para outras urbanizações, nomeadamente para o primeiro Bairro Operário (NASCIMENTO, 2015:91). A partir deste momento o bairro foi alvo de um processo muito forte de urbanização com a criação de novas ruas e toponímias (NASCIMENTO, 2015:91). Este facto pode ser verificado nas plantas que se seguiram à planta do

Fig 83.

- | | |
|-----------------|----------------|
| 1. Cidade Alta | 9. Bungo |
| 2. Miramar | 10. Nazaré |
| 3. Casuno | 11. Mãe Isabel |
| 4. Samba | 12. Penedo |
| 5. Maianga | 13. Operário |
| 6. Ferreiras | 14. Maculusso |
| 7. Cidade Baixa | 15. Ingombota |
| 8. Coqueiros | 16. Musseques |

Fig 83. Planta de 1939, representativa dos bairros.

Fonte 83: MARTINS, 2002:267.



ano de 1926. As suas ruas, denominadas anteriormente com nomes de famílias africanas, foram substituídas por outras figuras de destaque da História de Portugal. Assim, o bairro foi perdendo o seu carácter africano e foi-lhe sendo imprimido outro mais europeu, que indicava a diminuição da relevância da população africana na vida política, económica e social do país e do bairro (NASCIMENTO, 2015:91) ao mesmo tempo a população africana ia sendo afastada dos cargos que desempenhava anteriormente, pois devido às crises económicas e ao problema de desemprego entre os europeus, surgiu a necessidade de obstruir a concorrência dos nativos no mercado laboral (CASTELO, 2007:326). À medida que mais população portuguesa afluía para Angola, iam sendo feitas exigências no sentido de proteger os funcionários metropolitanos às quais a administração colonial cedia, e relegavam os funcionários africanos assimilados para posições subalternas (extinguiu-se a Liga Africana e o jornal Angolense) e deixavam os trabalhadores naturais da província em situações graves, uma vez que estavam impedidos de ocupar até os postos mais elementares de qualquer estabelecimento (CASTELO, 2007:326).

Outro fator que contribuiu para o afastamento da população africana do bairro foi o aumento do custo de vida, tornando-se difícil a sua permanência aí, dado que foram afastados das anteriores funções que desempenhavam (NASCIMENTO, 2015:92).



Fig 84. Largo do Kinaxixe, anos 70.

Fig 85. Bairro Operário, séc XX.

Fonte 84: geoview.info

Fonte 85: Por Dentro da África.

Atualmente, o bairro é majoritariamente constituído por edifícios do período colonial, que terminou há mais de 40 anos, cujo padrão de projeto responde ao modelo convencional urbano das cidades ocidentais. Grande parte dos edifícios estão em mau estado de conservação, em virtude da fraca manutenção. O grande crescimento populacional e a enorme procura originaram uma oferta e distribuição desajustadas. É, uma combinação de arquitetura histórica moderna com novos edifícios contemporâneos de grande envergadura, os quais, na última década, se têm propagado preenchendo terrenos livres, ou substituindo edifícios coloniais. (BETTENCOURT, 2011:60)

Com grande frequência se verificam alterações à estrutura original dos edifícios antigos com o objetivo de maximizar o uso dos espaços: elevação dos muros, construção de anexos, ocupação dos espaços vazios entre edifícios e entre casas, ampliação vertical das moradias, entre outros (BETTENCOURT, 2011:60)



Fig 86. Fotografia do Bairro das Ingombotas e Operário, 1969.

Fonte 86: Sabor Angola.

V.3 Retrato Social e Urbano do Bairro.

Segundo a descrição em Óscar Ribas (1997) “[...] a Engombota, lugar dos pretos [...]”, era “[...] um montão de mal alinhadas, mal construídas, sórdidas e imundas cobatas, sem ar, nem luz, nem condições algumas de habitabilidade e limpeza.” Acrescenta-se ainda nesta descrição que as cubatas de Angola eram, em comparação com as de Portugal, um lugar “nojento e hediondo”, enquanto que na metrópole, apesar das formas toscas da arquitetura estas tinham “feição demasiado sumptuosa [...]” (RIBAS, 1997:127).

Mais adiante descreve as cubatas, onde a população vivia como “Quatro balaustradas de bordão enterrado na terra, amarradas umas às outras com guia do matto, formam um espécie de toscos tabiques e que eles, depois de tudo coberto de barro amassado em agua, chamam pomposamente – as paredes! Estas, a principio lisas, estalam em milhares de boccados ao fim de poucos dias de sol esbraseador. O tecto é formado tambem com bordões ou paus estreitos de cajueiro, que depois cobrem de capim!

Uma porta estreita e uma ou duas janelas muito pequenas constituem os unicos ventiladores d’estes coutos da hediondez.

Aqui comigo, n’este bairro, habita a casta negra.

Apraz-me descrever-t’o, porque é muito possível que não tenha tão cedo ocasião de te falar n’elle.

O terreno onde este monte de casaria está assente é muito accidentado. Por aqui e por alli passeiam á solta porcos, gallinhas e gado lanígero.No meio do chão vêem-se esteiras

desdobradas, sobre as quaes estão deitados homens, mulheres e crianças, todos a fumar e a beber aguardente: as mulheres enrolaas em pannos, quasi sempre sujos; os homens embrulhados em suas tangas que os cobrem da cintura para baixo; e as crianças de ambos os sexos, até á idade de oito e dez anos, brincando todas nuas, por aquelle nojento bairro .”

Como se conclui pelas citações acima na obra de Ribas (1997), o bairro estava assente num terreno acidentado e era habitado por população negra. Também se deduz que a população vivia o espaço exterior com maior afinco que a população branca. Tais aspetos são naturalmente justificados se se considerarem os seguintes fatores: 1) da organização das vidas nas senzalas, onde as cubatas estavam reservadas apenas à função de dormitório e a restante interação se realizava no exterior das mesmas. Este modo de viver também se relaciona com o meio rural. 2) O facto de terem vivido durante muito tempo “armazenados” nos quintais das casas senhoriais, fez com que houvesse uma tentativa de reproduzir o *modo vivendis* tribal. 3) Quando por fim, se vêm livres da experiência escravagista surge a necessidade de adaptar o seu modo de viver e de construir ao modo de viver europeu, para assim se diminuir a diferença entre os povos.

À noite, uma vez que o bairro não tinha infraestruturas eléctricas, estava quase todo apagado, à exceção das luzes das fogueiras que se acendiam no interior das cubatas e que através das frestas das paredes se viam nas ruas e as

iluminavam (RIBAS, 1997:128).

A descrição de Luandino Vieira acerca do bairro reforça a descrição anterior e mais acrescenta que de um lado estavam as casas e no lado oposto estava uma pequena floresta, que em tempos de chuvas tinha no centro uma lagoa e cacimba no cacimbo (nome que se atribuiu à estação húmida em que não costuma chover e que decorre de Maio a Agosto).

“No antigamente viviam lá os três [...] numa cubata de capim toda ela, nos lados com barro em cima solto. E o sítio onde que estava era este, custoso de dar encontro hoje, só na lembrança de poucos e outros, os de lá: hora que a gente mirava o Makulussu, tinha a casa na direita, na esquerda a

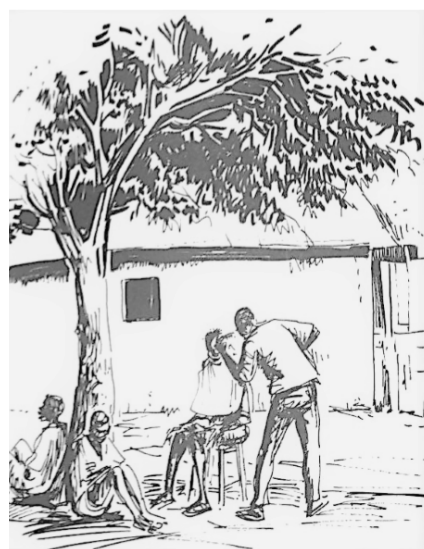


Fig 87. Envolvente de um bairro indígena.

Fig 88. Atividades social no bairro indígena: O barbeiro.

Fonte 87: PEPETELA, 1999.

Fonte 88: SILVA, 2016.

Floresta, pequena mata de mumefeiras²⁷, mupinheiras, acácias muitas, todas as espinheiras; e, em meio, a lagoa, lagoa nas chuvas, grande cacimba no cacimbo. Quem sabe me pode emendar diz: aí é kinaxixi.” (VIEIRA, 1986:165)

“Virou os olhos para o seu mundo. Do outro lado da rua asfaltada não via passeio. Nem árvores de flores violeta. A terra era vermelha. Piteiras. Casas de pau-a-pique à sombra de mulembas²⁸. As ruas de areia eram sinuosas. Uma ténue nuvem de poeira que o vento levantava, cobria tudo. A casa dele ficava ao fundo. Via-se do sítio donde estava. Amarela. Duas portas, três janelas. Um cercado de aduelas e arcos de barril. [...] E subitamente ficou a pensar no mundo para lá da rua asfaltada. E reviu as casas de pau a pique onde viviam famílias numerosas. Num quarto como o dela dormiam quatro irmãos do Ricardo... Porquê? Porque é que ela não podia continuar a ser amida dele, como fora em criança? Porque é que agora era diferente?” (VIEIRA, 1977:93-94)

“A cidade e os meus amigos da infância foram sendo afastados. O avanço do urbanismo fez com que todos esses amigos,

²⁷ Do quimbundo mufuma que deriva de kufumana, que significa ter fama; é uma alusão às embarcações. É uma árvore de folha caduca que pode atingir até 30 metros de altura, cujo caule, por escavação, era usado para o fabrico de canoas (RIBAS, 2002:360).

²⁸ Do quimbundo kuleka que significa escurecer, que é uma alusão à densidade da sua sombra. É uma árvore de seiva leitosa que pode atingir 25 metros de altura; de copa volumosa, hemisférica e muito ramificada (RiBAS, 1989:176).

esses companheiros da infância com as suas famílias, tivessem que se mudar cada vez mais para longe, enquanto que a situação de colonos de meu pai, doutros pais doutros angolanos brancos, nessa altura fizesse com que, entretanto, tivéssemos aforado o suficiente para não sair dali, esperar ali em pequenas casitas a chegada da cidade. Então, nós permanecemos no mesmo sítio. Nesse sítio, que corresponde agora a esta área ali onde está o Makulusu, portanto Makulusu, Kinaxixe, que era musseque [...]” (LABAN, 1977:14).

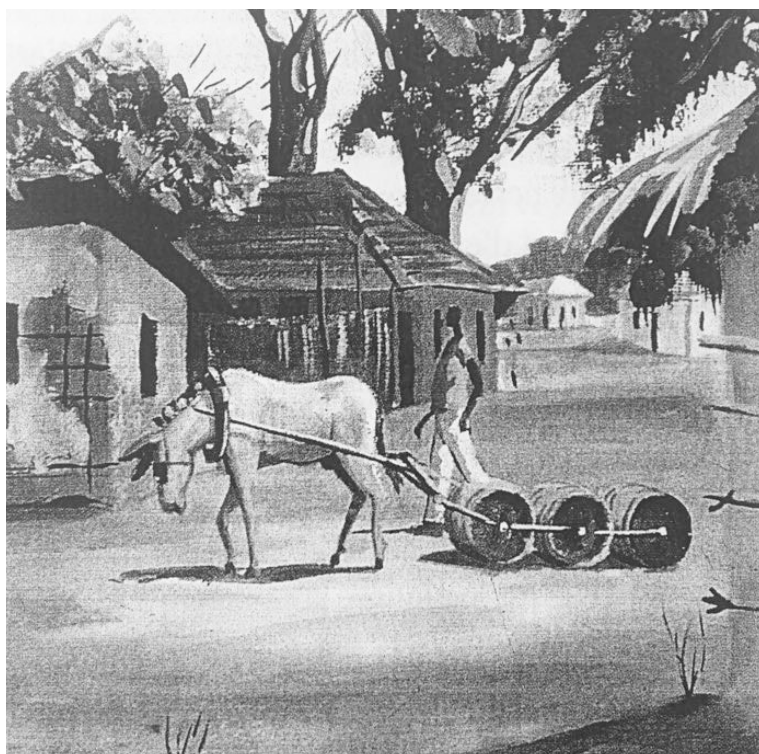


Fig 89. O carro-pipa para o transporte da água.

Fig 90. Kitandeira exercendo a sua função.

Fonte 89: PEPETELA, 1999.

Fonte 90: SILVA, 2016.

V.4 Agentes de transformação do território.

O planeamento e ordenamento da cidade de Luanda, como de qualquer outra, resultou e resulta da cooperação entre o Estado e os investimentos do sector Privado. Desta complementaridade resulta a modificação do território tanto do ponto de vista arquitetónico, urbanístico e as repercussões sociais que daí advêm.

Esta coordenação reflete-se em: Estado que atua essencialmente ao nível do ordenamento do território e controlo da sua ocupação, traduzindo-se na execução de planos directores e obras de arquitetura, nomeadamente equipamentos e edifícios de habitação. Dentro do Estado há um departamento que concerne à Administração Local cujo papel é mais presente ao nível das obras da arquitetura e da gestão urbana das cidades; ao sector privado compete a promoção arquitetónica do lote urbano, resultante da planificação anterior (FONTE: 2012,77-79).

Estas três categorias de intervenientes proporcionaram dois tipos de encomenda de arquitetura: a pública, do Estado e da Administração Local, no sentido do coletivo; e a privada, consequência de investimentos quer de particulares, quer de empresas, e a encomenda pública, decorrente do Estado e da Administração Local (FONTE: 2012,77-79). Ao Estado cabiam as grandes apostas e aos Privados a execução da pequena obra e, com este diálogo ia-se afirmando a imagem da cidade (FONTE, 2012:253).

A par do papel do Estado e da sua utilização dos territórios, estava a utilização dos terrenos por particulares. A sua utilização fazia-se segundo o pedido da sua concessão à Direção dos Serviços de Colonização e Terras, em requerimento e contra o pagamento de custas de processo e registo, com a obrigatoriedade de o terreno ser ocupado com construções de carácter definitivo, já que muitas vezes os terrenos eram ocupados de forma precária antes de serem concessionados²⁹. As demarcações das concessões de terrenos do Estado, bem como a organização do cadastro em geral, eram da responsabilidade dos Serviços Geográficos e Cadastrais, depois de auscultados os Serviços de Urbanização (FONTE, 2012:77-79).

Os investidores privados nas cidades abrangiam vários sectores, da habitação e comércio aos equipamentos. As propostas de habitação recaíam na habitação coletiva ou unifamiliar com tipologias variadas, e tentavam estipular o nível social dos moradores a quem se destinavam; os equipamentos coletivos, principalmente no que se refere ao entretenimento, recreio e lazer e ao turismo iam-se espalhando um

²⁸ Diploma Legislativo nº 270, de 1931 (Boletim Oficial nº 35 -1ª série, de 29 de Agosto de 1931) que confere aos cidadãos que tenham ocupado terrenos, o direito de fazerem os seus pedidos de concessão, num processo de legislação do que fora clandestino. Em 1948 foram canceladas as concessões de terreno do Estado, em algumas povoações, para evitar eventuais prejuízos à urbanização, sendo novamente retomadas a partir de 1953, segundo regras muito restritivas, numa clara preocupação em evitar o descontrolo do crescimento dos aglomerados. (Portaria nº8 103 de 21 de Janeiro de 1953 – Boletim Oficial – 1ª série – nº 3). (FONTE, 2012:425)



Fig 91. Os Obreiros. Desenho de Luandino Vieira.

Fonte 91: FONTE; 2012:254.

pouco por todo o território e assumindo um certo protagonismo, por estarem mais próximo das populações (FONTE, 2012:253).

Cada um destes tipos de encomendas produziu imagens que simbolicamente foram ganhando diferentes contornos em função do carácter público ou privado da propriedade (FONTE: 2012,77-79).

O Estado produzia uma imagem que transparecia o regime político vigente, traduzindo rigor e contenção, passado e representatividade; a Administração Local, produzia uma imagem de descoberta e futuro; os privados, por sua vez, intuía o arrojo associado ao futuro, despojamento e modernidade. A esta primeira distinção em função da natureza das entidades envolvidas, associa-se uma outra, baseada na mão de quem projetava e, em primeiro lugar, nos arquitetos (FONTE, 2012:254).

V.4.1 Gabinete de Urbanização Colonial.

Do ponto e vista do planeamento e ordenação do território, o processo de estruturação do território angolano acentuou-se com a governação de Norton de Matos³⁰ (FERNANDES, 2010). Entre 1920-30, a produção arquitetónica e urbanística das colónias era responsabilidade do “arquiteto-urbanista itinerante” que se encarregava da implementação dos ideais do regime (BONITO, 2011:42). Após a tomada de posse de António de Oliveira Salazar, em 1932, como Presidente do Conselho de Ministros, iniciou-se o processo de revitalização de Portugal e do seu Império Colonial. Em 1933, aprovou-se a nova Constituição, na qual se definiu o Ato Colonial, a Carta Orgânica e a Lei da Reforma Administrativa Ultramarina. Criou-se, portanto, uma unidade administrativa em que o poder central se expandia da metrópole ao ultramar, fazendo com que todos tivessem os mesmos direitos legais e de cidadania, com exceção dos “indígenas” (FERREIRA, 2008:19).

Em 1934, realizou-se a I Exposição Colonial Portuguesa, no Porto; em 1937, Portugal teve a possibilidade de participar na Exposição Internacional de Paris e em 1938 realizou-se a Exposição-feira de Angola, em Luanda. A cidade foi escolhida não só por ser a capital, mas principalmente por ser uma cidade moderna e com energia elétrica. Em 1939 participou-se nas Exposições de São Francisco e de Nova Iorque (FONTE, 2012:74).

³⁰ Norton de Matos [Ponte de Lima (1867-1955)], governador de Angola no ano de 1912 e Alto-Comissário em 1921.

Em 1940, a Exposição do Mundo Português, em Lisboa. A última exposição visava enaltecer o esforço colonizador e ilustrar as possessões portuguesas em África (BONITO, 2011:43). Criava-se, na altura a noção de que a capacidade económica, política e social de um país se media em função do número de territórios ocupados. Assim sendo, esta exposição tinha a maior pertinência, já que era a maior e mais envolvente de sempre, com especial realce para as matérias coloniais (FONTE; 2012:75).

Com a aproximação do fim da II Guerra Mundial o regime do Estado Novo, liderado por António Salazar, acelerou o investimento nos territórios coloniais com a intenção de impossibilitar as possíveis pressões independentistas, quer fossem de cariz interno ou externo (MILHEIRO, 2012:103)

Em 1944, criou-se o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) (MILHEIRO, 2016:11), pelo ministro das Obras Públicas Marcelo Caetano cujo intuito principal consistia na concentração de todos os projetos de arquitetura e urbanismo promovidos pelo Estado e destinados às colónias africanas numa só instituição pública que lhes desse resposta. Posteriormente o Gabinete de Urbanização Colonial passou a projetar também para as restantes colónias portuguesas (Índia, Timor e Macau) (BONITO, 2011:43). Este gabinete tinha sede em Lisboa, dependia do Ministério das Colónias (FERREIRA, 2008:27). As obras, por sua vez, também eram projetadas a partir de Lisboa, o que implicava, na maior parte dos casos,

desconhecimento total dos locais de implantação nas colónias, estando muitas vezes desadequadas para as realidades onde eram construídos. (BONITO, 2011:44).¹

Na década de 1950 criou-se a Delegação de Angola do GUC (FONTE, 2012:77-79), que após o fim da II Guerra Mundial e com o propósito de minimizar as pressões anticolonialistas alterou-se o nome do Gabinete de Urbanização Colonial (GUC) que passou a designar-se Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU), em 1951 (BONITO, 2011:46).

O Gabinete de Urbanização do Ultramar era dirigido pelo arquiteto João António de Aguiar e da sua equipa constavam vários arquitetos, entre eles Francisco Castro Rodrigues e Fernão Lopes Simões de Carvalho. Grande parte dos trabalhadores intervenientes deste gabinete acabaram por viver permanentemente nas colónias já que se apercebiam do potencial que estes sítios tinham tanto do ponto de vista do trabalho que podiam fazer como do ponto de vista de se radicar lá (BONITO, 2011:46).

João António Aguiar, subdiretor do GUC, responsável por um enorme número de planos nos territórios ultramarinos, tornou-se numa personalidade fulcral do Gabinete e foi um dos primeiros a conhecer os territórios presencialmente.

Durante a década de 1950, a produção do Gabinete centrou-se essencialmente em projetos de equipamentos públicos

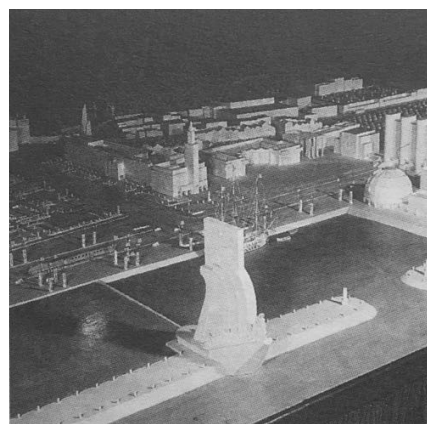
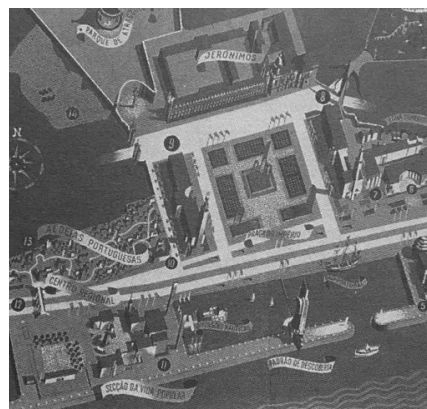


Fig 92. Planta da Exposição do Mundo Português, 1940.

Fig 93. Maquete da Exposição do Mundo Português.

Fonte 92, 93: FONTE, 2012.

(edifícios administrativos, hospitalares e escolares). Esta produção em grande escala reforçou a imagem nacionalista que o Estado Novo pretendia imprimir nas colónias, permitindo ao mesmo tempo que se desfrutasse de uma certa liberdade na criação e adaptação das tipologias ao clima tropical (MAGALHÃES, 2015:173).

Na segunda metade da década de 1950, o Gabinete de Urbanização do Ultramar, investe na formação especializada dos seus técnicos, incentivando-os a participar no primeiro Curso de Arquitetura Tropical ministrado pela Architectural Association (AA) em Londres. Estes arquitetos quando regressam ao Gabinete estão dotados de um conhecimento científico para projetar de acordo com as especificidades daqueles territórios, com especial enfoque nos temas da ventilação cruzada e da incidência solar do mesmo modo que procuram responder às soluções desenvolvidas pela arquitetura local (MAGALHÃES, 2015:174).

Foi nesta altura que se começou a fazer o Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal. Da mesma forma que se fazem estudos sobre as arquiteturas rurais no que respeita aos sistemas construtivos dos bairros indígenas locais que depois serão tidos em consideração pelos arquitetos e engenheiros do gabinete quando estes planearem os bairros populares ao longo dos anos 60 (MAGALHÃES, 2015:175).

No ano de 1956 extinguiu-se o Gabinete enquanto modelo centralizado em Lisboa e criou-se a Secção de Urbanismo na

Direção Provincial dos Serviços de Obras Públicas e Transportes. Em 1958 passou a nomear-se Direção dos serviços do Urbanismo e Habitação e passou a estar subordinado à Direção Geral de Obras Públicas e Comunicações do Ministério do Ultramar. Por volta e 1960 começaram a se feitos os Planos de Zonas de Ocupação Imediata (PZOI) e posteriormente ao ano de 1970 passou a denominar-se Serviços de Urbanismo (CORREIA, 2012). Pretendia-se com isto atribuir maior autonomia à produção de edifícios públicos e de planos que viessem a ser desenvolvidos a partir daquela data nas instituições dos territórios ultramarinos (FONTE, 2012:78).

Durante as décadas de 1960 devido ao intenso crescimento demográfico urbano começam a aplicar-se novas metodologias urbanísticas e de desenvolvimento. No início da década de 1970 este processo de planeamento das cidades e a execução de Planos Diretores será interrompido devido aos processos independentistas dos países africanos que pertenciam a Portugal. É por este motivo que o modelo urbano que prevalece nas principais cidades africanas de colonização portuguesa é aquele desde o início do GUC, que favorece a cidade setorizada, de organização radial e axial, de largas avenidas e com amplas áreas de habitação familiar, de baixa densidade. Pontualmente, em Luanda ou em Maputo, se desenvolveram alguns planos de pormenor que se enquadram conceptual e formalmente em modelos urbanos produzidos a partir da Carta de Atenas (MAGALHÃES, 2015:175).

V.4.2 Planos Urbanísticos: Influencia na construção do bairro.

No subcapítulo *IV.4* referente aos *Planos Urbanísticos* que influenciaram o desenho da cidade de Luanda se procurou responder às questões que se levantaram ao longo do século XIX e XX enquanto se projetava a cidade. Num sentido mais lato estudaram-se alguns Planos Urbanísticos de modo a perceber o crescimento urbano de Luanda. O foco do presente capítulo é análise e a evolução do Bairro das Ingombotas e para tal se abordarão alguns planos já explicados. No entanto, o enfoque deste capítulo é o Bairro das Ingombotas e por este motivo será analisado com mais atenção. Este capítulo e o acima mencionado complementam-se na medida em que um explica a cidade e o outro remonta à evolução do Bairro das Ingombotas.

O desenho e planeamento do Bairro das Ingombotas foi influenciado pelas diretrizes estabelecidas em três planos: o Esboço da Planta da Cidade de São Paulo de Luanda, que data de 1926, outro proposto em 1950 por João António de Aguiar e um terceiro coordenado posteriormente, em 1961, por Fernão Simões de Carvalho, por introduzir na cidade um novo conceito urbano e um novo modo de projetar a habitação (em altura), imprimindo uma linguagem mais moderna que marcou a imagem da cidade e que também teve influência no bairro e nos bairros adjacentes a este.

Estas novas formas de projetar a cidade, independentemente dos seus diferentes tempos cronológicos, implicam uma noção de modernidade imposta por estes novos modelos

e que pode ser entendida como uma alusão às instituições e formas comportamentais estabelecidas na Europa e que se tornaram virais devido à globalização. As transformações que as tendências globalizadoras impulsionam em África refletem-se especialmente nos meios urbanos, e resultam do enlace de acontecimentos e relações sociais do sistema global com os contextos locais, assistindo-se algumas vezes à criação de sínteses originais e intermédias. A cidade africana é, portanto, um espaço de sociabilidades novas onde se constrói uma sociedade civil em relativa autonomia em relação ao Estado (ainda não registadas em África), onde se desenvolvem atividades informais relativamente independentes do controle do Estado, apesar de organicamente ligadas aos sectores modernos e estatais (RODRIGUES, 2003:8).

Em **1926**, a pedido de uma empresa publicitária que pretendia mostrar com clareza as novas urbanizações da cidade de Luanda foi feito um **Esboço de Planta da Cidade de S. Paulo de Luanda** (MARTINS, 2000:262), e este pode assumir-se como um plano no sentido em que transparece também as pretensões para a cidade.

É neste esboço da cidade que o bairro das Ingombotas aparece representado pela primeira vez e coincide com primeira tentativa de urbanização da cidade; o seu desenho transparece a dualidade que se começou a viver por volta dos finais dos anos 20 e inícios dos anos 30 e que depois culminou no desenho da cidade em 1939. No fundo, este esboço

O bairro das Ingombotas aparece aí, não como era, mas como a intenção do que poderia ser. O que existia dele era apenas o conjunto de seis quarteirões no centro (assinalemos no desenho a vermelho) e tudo o resto existia apenas no plano das intenções; todos os outros lotes eram musseque, distinto dos outros pela sua organização. O desenho transparece a intenção da segregação social e racial na medida em que quando se passou do plano das intenções para o das ações, a população negra que aí vivia foi transferida para outros locais, nomeadamente os Bairros Operários, ficando aí somente aqueles que tinham possibilidades para pagar as rendas a que as casas passaram a estar sujeitas, seguindo-se



150

naturalmente um plano de reconstrução do bairro com casas de carácter mais definitivo. Este esboço leva-nos a abordar o **Plano de 1950 de João António de Aguiar**, no qual está evidente a intenção de expandir a cidade em direção a Sul e Este. Nele, a área das Ingombotas aparece consolidada quase na sua totalidade, estando por consolidar alguns terrenos no extremo Noroeste e outros na extremidade Sudeste. Este conjunto de espaços vazios constituem, portanto, as zonas de expansão dentro dos limites do bairro previstas no plano de João António de Aguiar. Este plano, ou as suas intenções, coincidem com uma altura em que Angola tinha a sua economia em alta. Na década de 1940 deu-se o boom do café, havendo fundos para grandes investimentos. Isto serviu de mote para a construção de bairros inteiros, repaginou-se a cidade e naturalmente que se refletiu no crescimento da



Fig 95. Plano de António de Aguiar, 1950.

Fonte 95: FONTE, 2012.



Fig 96. Vista Parcial da Baía de Luanda, anos 60.

Fonte 96: FONTE, 2012.

cidade e do próprio bairro.

Os limites do bairro presentes no esboço de 1926 foram tidos em consideração aquando do desenho deste plano.

No que concerne ao **Plano de 1961**, de **Simões de Carvalho** (ver explicação geral do plano no Capítulo IV.4 Planos Urbanísticos), em suma a cidade estava seccionada por vias principais e vias secundárias. As vias principais eram constituídas por dois eixos orientados um no sentido Norte-Sul e outro no sentido Este-Oeste, que funcionavam como autoestradas cujo principal intuito era unir a cidade ao interior da província. Estas eram a estrada de Catete e estrada da Samba. A primeira iniciava o percurso viário a Norte, unindo a Ilha de Luanda à zona da atual marginal (por meio de uma ponte elevada que permitia a passagem de barcos na parte inferior), passando em linha reta pelo Governo Provincial e seguindo em direção a Sul: Catete. A segunda via principal, a da Samba, constituía o eixo Este-Oeste, passava pelo atual Hospital Psiquiátrico, continuando até ao Largo Afonso Henriques (atual Largo Lumeji) e continuava em direção a Oeste. Ambas autoestradas se intersectavam na zona onde se localizam o Governo Provincial e a Igreja do Carmo (VENÂNCIO, 2013:102). As vias principais arrasavam alguns edifícios com a intenção de torná-las avenidas. Ao intersestarem-se num ponto onde se situam a Igreja do Carmo e o Governo Provincial teriam de destruí-los e assim se teriam perdido dois marcos arquitetónicos fundamentais da herança urbanística

e arquitetónica do bairro, já que ambos são peças fulcrais para a “reconstrução da memória” do Bairro das Ingombotas. As vias secundárias eram constituídas por quatro circunvalações que uniam as extremidades da cidade (FONTE: 2012:128).

A parte deste plano que contempla o Bairro das Ingombotas propondo-lhe uma reorganização urbana, está compreendida entre a primeira circunvalação (com início no largo do Baleizão, que subia pelo Palácio, cruzava-se com a Avenida Álvaro Ferreira (atual Avenida do Primeiro Congresso do MPLA) que ia ter ao hospital, descia a Maianga, subia



Fig 97. Plano de Simões de Carvalho, 1961.

Fonte 97: FONTE.



Fig 98. Vista para a Baía de Luanda.

Fonte 98: FONTE, 2012.

o Liceu Salvador Correia (atual Escola Mutu-Ya-Kevela), ia ao Kinaxixe, descia pela Rua Pinheiro Chagas e ia até à Igreja da Nazaré) e a orla costeira da cidade (VENÂNCIO, 2013:103).

O arquiteto Simões de Carvalho e a sua equipa propõem a construção de um Capitólio, ente o Palácio e o Hospital Josina Machel, aí se determina que seja o centro governativo da Metrópole com um edifício para cada ministério; a criação de um Fórum - centro cívico - que contempla duas praças: uma na Baixa, virada para a baía - a Praça das Portas do Mar, em homenagem ao cais de desembarcação com o mesmo nome que tinha existido ali antes da construção do Porto de Luanda. A outra praça situar-se-ia entre a Mutamba e o Largo D. Afonso Henriques (atual Largo Lumeji), onde se previa a concentração de todos os serviços de carácter público de maior afluência (VENÂNCIO, 2013:103).

A construção destas praças implicaria a demolição de vários quarteirões antigos para lhes dar lugar.

Um dos objetivos deste plano consistia em manter a Baixa com reduzida densidade construtiva. O seu autor defendia que não se deveria contruir em altura naquela zona, pelo que se realizou um estudo dos solos daquela área para se aferir onde se poderia construir em altura. O resultado definiu que só depois da avenida Brito Godins se poderia fazê-lo caso contrario se encontraria água ao escavar o terreno, já que o nível freático da Baixa era de 1,5 a 2m de altura. Por

outro lado, a Baixa não tinha estrutura viária que permitisse o fácil escoamento do trânsito. E, assim, a avenida Brito Godins passou a ser o limite entre a baixa e a alta densidade construtiva. (VENÂNCIO, 2013:102-103).

Este plano não chegou a ser executado, visto que coincidiu com o ano do início da luta armada no país. Tiveram que ser tomadas medidas mais pragmáticas que passaram pela execução de Planos Parciais (MILHEIRO, 2012:221), e alguns Planos de Pormenor, que obedeciam as ideias do plano de 1961, tendo alguns deles sido projetados por Simões de Carvalho. Exemplo disso é o Plano de Pormenor da Mutamba, onde se localizam os edifícios da Câmara Municipal, o Ministério das Finanças e o edifício da Mutamba (atual Ministério do Urbanismo e das Obras Públicas), projetado pelo arquiteto Vasco Vieira da Costa.

O edifício do Ministério do Urbanismo e das Obras Públicas (devidamente explicado no Capítulo V.4.3 Arquitetura e Urbanismo no Bairro) é bastante representativo das ideias do modernismo, partilhados pelos dois arquitetos em virtude de ambos terem estagiado no mesmo atelier de arquitetura e moldado o seu pensamento e modo de projetar a arquitetura em função dos ensinamentos de Le Corbusier (MAGALHÃES, 2015:212-221).

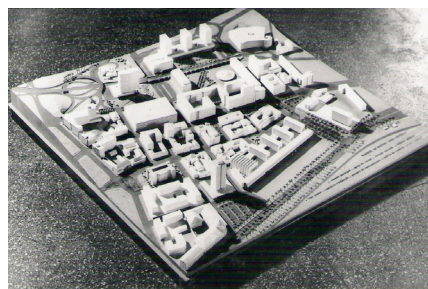


Fig 99, 100. Planos Parciais de zonas centrais da cidade, GUC, Arq. Simões de Carvalho.

Fonte 99, 100: FONTE, 2012.

V.4.3 Arquitetura e Urbanismo no Bairro.



Fig 101 Fachada Principal da Igreja do Carmo.

Fig 102. Fachada Tardoz da Igreja do Carmo.

Fonte 101: Arquivo Científico Tropical.

Fonte 102: Angola Bela.

O critério escolhido para abordagem dos exemplos que a seguir se apresentam prende-se com a seleção de edifícios de cariz histórico que nos permitam ter uma visão geral de como o bairro foi sendo ocupado e de que forma aos planos anteriormente explanados se traduzem no tipo de arquitetura que se fazia. Foram escolhidos exemplos que se destacam por terem sido dos primeiros a ser construídos – Igreja do Carmo e Camara Municipal - e, portanto, um marco da arquitetura do bairro, e outros pela importância que desempenham na dinâmica da própria cidade – Ministério das Finanças e Ministério do Urbanismo e Obras Públicas.

A **igreja de Nossa Senhora do Carmo (1660)** pertenceu ao Convento de Santa Teresa das religiosas Carmelitas descalças. Começou a ser construída em 1660, ficando a obra a sua obra apenas em 1689. Foi construída segundo o estilo barroco, apresentando na sua composição uma fachada austera e robusta de um só tramo, sem aletas; com frontão triangular, por cima da cornija, onde está o brasão da ordem (MARTINS: 51).

Esta é uma igreja bastante pequena, com apenas uma nave, capela-mor e dois altares laterais decorados com colunas salomónicas em alvenaria. Pode-se enquadrar a sua nave na tipologia de nave em forma de caixa. O interior da igreja está revestido por azulejos do século XVIII e a sua cobertura em madeira aplainada e a abóbada estão pintados com motivos marianos (MARTINS, 2000:175).

Durante as obras realizadas em 1951, descobriram-se arcos

de uma capela-mor e dois altares laterais revestidos por pintura a fresco que tinham sido emparedados. Diante desta descoberta, especula-se que anteriormente tenha existido neste mesmo local uma capela mais modesta e menores proporções (MARTINS, 2000:175).

Esta obra foi classificada como Monumento Nacional, pela Portaria nº 29 de 18 de Julho de 1945.

O Edifício da Camara Municipal (atual Governo Provincial 1890)

começou a ser construído em 1890, segundo o projeto de Artur Gomes da Silva e terminaram 21 anos depois, em 1911 (MARTINS, 2000:238).

O edifício situado sobre praça da Mutamba, estabelecendo uma relação com o terreno e a envolvente que lhe conferem monumentalidade e imponência. Apresenta uma fachada de expressão clássica com frontão central e vãos de arco circular. A entrada principal faz-se por uma escadaria ladeada por um jardim em patamares e apresenta uma estrutura de prefabricado de ferro, característica dos edifícios públicos da época (MARTINS, 2000:238).

A sua planta desenvolve-se ao redor de um pátio iluminado por luz zenital de onde surge uma escadaria interior em ferro fundido, que constitui não só um elemento decorativo como também distributivo, estando coberto por uma estrutura de pilares e arcos metálicos ogivais (MARTINS, 2000:239).

Esta obra foi classificada como Monumento Nacional, por despacho publicado no Diário da República nº 205, de 31 de Agosto de 1981.



Fig 103. Edifício da Camara Municipal de Luanda.

Fig 104. Enquadramento do Edifício da Camara Municipal de Luanda.

Fig 105. Edifício da Camara Municipal de Luanda. Atual.

Fonte 103: Arquivo Histórico de Luanda.

Fonte 104: Arquivo Histórico de Luanda.

Fonte 105: Portal de Angola.



Fig 106. Enquadramento Edifício da Fazenda.

Fig 107. Edifício da Fazenda, Vista aproximada. 1973.

Fig 108. Edifício da Fazenda Atualmente.

Fonte 106: Luanda Blogue.

Fonte 107: Arquivo Digital.

Fonte 108: Tukayana Blogue.

O atual edifício do **Ministério das Finanças (1953)** e antigo edifício dos **Serviços de Fazenda e Contabilidade de Luanda**, foi construído em 1953, ao abrigo do plano de urbanização de Luanda em vigor (o de 1952) e dava continuidade à linguagem que se pretendia e na qual se estabelecia que os edifícios públicos administrativos de Luanda deviam ter um carácter monumental (MILHEIRO, 2014).

O projeto é da autoria de João Aguiar e é uma evolução de uma proposta anterior (1952) que tinha sido atribuída ao arquiteto António Ribeiro Martins da Direção dos Serviços de Obras Públicas da Colónia de Angola (MILHEIRO, 2014; FONTE, 2012).

A versão final do projeto exprime os princípios do projeto inicial, mantendo a mesma organização da anterior. É óbvia a inquietação com a proteção solar, assegurando-a com a existência de uma galeria exterior que contorna o edifício, pontuada por arcadas sucessivas com vãos. A composição clássica, evidenciada pela simetria evidente, determina as



características gerais das fachadas. Apresenta uma cobertura em telha inclinada, diferente da versão inicial que fazia referência aos equipamentos africanos dos anos 1930 e 1940 (MILHEIRO, 2014).

O edifício tende a valorizar as características funcionais e construtivas, abrindo mão dos elementos decorativos. Aposta-se na austeridade figurativa que acaba por se tornar na imagem de referência dos edifícios administrativos do Gabinete de Urbanização Colonial. A sua resposta às especificidades do clima ficou comprometida devido às obras de remodelação feitas em 2003, tornando a varanda circundante ao edifício um espaço interior, ao serem transformadas em “marquises”.

Inicialmente designado **edifício “Alfredo de Matos”** e atualmente Edifício da Mutamba (1968), onde está sediado o Ministério do Urbanismo e das Obras Públicas. Foi construído em 1968 enquanto edifício de escritórios, comércio e serviços e ficou conhecido por se destacar no lado sul do largo com o mesmo nome (ARNAUT& TOSTÕES:2016).

O edifício situa-se no largo da Mutamba, na confluência da baixa de Luanda e do início da subida para a cidade alta, de construção mais recente.

Esta é uma obra acima de tudo urbana, que resolve o quarteirão e a praça, marcando-a em altura pelos seus 14 pisos. A sua volumetria é marcada por dois corpos distintos: um corpo vertical, composto por dois volumes laminares paralelos interligados, cuja fachada principal se orienta a Norte pelo



Fig 109. Edifício da Mutamba.

Fig 110. Envoltente do Edifício da Mutamba.

Fig 111. Pormenor do Edifício da Mutamba.

Fonte 109, 110: MILHEIRO, 2012:201

Fonte 111: Arquivo Digital

Largo da Mutamba, e resolvendo o quarteirão, através de um corpo horizontal de embasamento de planta em “C”, com três pisos, que se expande para as suas laterais (MAGALHÃES, 2015:221).

O embasamento está desenhado em conformidade volumétrica com a envolvente e é constituído pelo piso térreo e dois andares superiores, que se desenham em torno de um pátio interior com aproximadamente 300 m². A planta em “C” apresenta um desenho assimétrico: o braço Oeste é mais curto e estreito enquanto que o do seu lado oposto é mais comprido e largo. A pequena diferença de cotas entre as duas ruas laterais proporcionam a criação de um entrepiso



no lado poente e de uma galeria de duplo pé direito que contorna o edifício, protegendo do sol os acessos às zonas comerciais e de serviço que têm relação direta com a cidade e continua com a cidade (ARNAUT& TOSTÕES:2016). O acesso principal ao edifício é feito pela fachada Norte, virada para o Largo da Mutamba.

Os escritórios situam-se nos volumes verticais, estando os gabinetes orientados a sul ou a norte a partir de uma longa galeria comprimida entre os dois volumes (MAGALHÃES, 2015:221). A galeria de distribuição corresponde a um sistema de ventilação e iluminação passivo, enquadrada nos topos este e oeste por um painel reticular de betão que permite a passagem do ar e a entrada de luz. A eficácia da galeria é potenciada pela sua dimensão, inferior à dos volumes de escritórios e pela diagonal introduzida nestes mesmos volumes que permite captar com maior facilidade os fluxos de ar. Instalaram-se pequenas janelas nos sobre as portas dos corredores dos escritórios para que houvesse arejamento constante através das correntes de ar transversais em todo o edifício.

Do ponto de vista do sistema de sombreamento, os volumes verticais estão envolvidos por uma segunda pele constituída por elementos verticais e horizontais organizados numa malha rendilhada que funcionam como brise-soleil Na fachada principal, virada a Norte, a malha é interrompida por sete varandas em “caixa” de betão que marcam os pisos inferiores e uma *fenêtre-longueur* a meia altura do alçado quebra a regularidade da composição (MAGALHÃES, 2015:221).



Fig 112. Escola Mutu Ya kevela (Liceu Salvador Correia)

Fig 113. Escola Mutu Ya kevela(atual).

Fonte 112: Jacinto Rodrigues, retalhos bibliográficos.

Fonte 113: Jacinto Queiroz, via Linked in.



Neste edifício, Vasco Vieira da Costa, adota a monumentalidade moderna como elemento capaz de representar o equipamento coletivo com sentido iconográfico, explorando os sistemas de controlo passivo como o ponto de partida para atingir uma gramática operativa e ao mesmo tempo expressiva.



Para além destes edifícios há ainda outros mais recentes, construídos após 2001, e que se destacam devido ao facto de levarem uma nova forma de construir. São estes as novas torres que vão sendo construídas diariamente, em função da especulação imobiliária, e que contrastam com a sua envolvente em por causa da discrepância altimétrica entre umas construções e outras. Estas novas torres ocupam lugares onde outrora estavam construídas habitações unifamiliares. Não obstante a existência destes edifícios dentro dos limites do bairro, estão outros que apesar de não se inserirem nele são fronteiriços e geram percursos pendulares para dentro e fora do bairro. Estes edifícios são o Hospital Josina Machel (antigo Hospital Maria Pia), a escola Mutu-Ya-Kevela (antigo Liceu Salvador Correia), Ministério da Comunicação Social, Assembleia Nacional, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Universidade Lusíada, entre outros.

Estes edifícios e a forma como se relacionam entre si representam o confronto que existe entre a cidade antiga, a cidade moderna e a cidade contemporânea, espelhando as transformações que vão sofrendo as edificações de todas as épocas a uma velocidade galopante.

Fig 114. Hospital Josina Machel (Maria Pia)

Fig 115. Hospital Josina Machel (atual).

Fonte 114: Arquivo Científico Tropical.

Fonte 115: Interlusófona.

V.5 Uma Casa no Bairro das Ingombotas.

As habitações no bairro das Ingombotas, tal como se viu anteriormente (*Capítulo V.3*) eram de carácter muito humilde. Construíam-se com os materiais que estavam disponíveis na natureza e que eram de fácil acesso, manuseamento e manutenção, em função das técnicas que cada um dominava.

Segundo a descrição de Óscar Ribas (1977) as casas em que as pessoas viviam tinham quatro cercas cobertas por barro, enterradas no chão e amarradas umas às outras, que faziam a vez das paredes, que por serem de barro tinham inúmeras fissuras. O teto era feito com pequenos gravetos de cajueiro e cobertos com capim. Por fim, as portas eram pequenas e estreitas aberturas. Havia em toda a habitação entre uma a duas janelas pequenas que asseguravam a ventilação do espaço.

“As paredes eram todas de barro estalado; aos cantos, em forma de estante, algumas tábuas [...]. Do tecto, que era de capim, segundo o costume tradicional, pendiam, juntamente com as muitas teias de aranha, umas cordas que sustentavam algumas dúzias de maçarocas de milho!” (BATALHA, 1950:11-12)

Estas duas passagens de Oscar Ribas em *Dicionário de regionalismos angolanos* (1997), permitem-nos concluir que aquele modo de construir se assemelhava muito à habitação dos musseques, que por sua vez é uma evolução da habitação tradicional de Luanda que se praticava nos séculos



anteriores. Este tipo de habitação que agora se produz é, portanto, uma fusão entre o meio rural e o urbano luandense que tem fortes influências do modo de habitar europeu. E é também o reflexo das transformações sociais que se vivem no país. Estas transformações sociais espelham-se na organização espacial das habitações.

A habitação no bairro, em função dos relatos aos quais se teve acesso por meio bibliográfico, resulta da dualidade entre a habitação tradicional de Luanda e a habitação portuguesa e do binómio interior-exterior. Como dito no Capítulo III.4 esta dualidade traduz-se na existência de três espaços distintos que fazem parte de um mesmo universo: zona interior, zona semi interior- semi exterior e zona exterior, sendo respetivamente os espaços de recolhimento familiar, a cozinha que é uma extensão da zona exterior (quintal): expoente máximo do convívio familiar e onde se situam os anexos, se existirem.

Fig 116. Uma habitação nas proximidades de Luanda. Pau-a-pique. Paredes rebocadas com argila clara, alisada. Rodapé castanho escuro. Três divisórias inferiores. Modelo tradicional aculturado.

Fig 117. Uma casa num bairro indígena.

Fonte 116 REDINHA, 1964.

Fonte 117: SILVA, 2016.



O quintal é um elemento fundamental na dinâmica da vida familiar. Geralmente localizado na parte posterior da casa, é aí que os seus habitantes cozinham, lavam a loiça e também as roupas; onde tomam banho, fazem as refeições e descansam à sombra de uma árvore. É o espaço eleito para receber familiares e amigos; onde se improvisam oficinas ou se criam galinhas ou porcos para um rendimento familiar extra. A privacidade do espaço é garantida por meio de uma cerca que varia entre 1,5 ou 2,0 m de altura. Geralmente são feitas com tábuas, troncos, chapas zincadas, esteiras de luando (esteiras grossas de papiro), aduelas ou arcos de ferro de barris. Apesar do clima tropical favorecer este tipo de dinâmica do espaço, alguns autores acreditam que este tipo de vivência deriva do “saudosismo da vida campestre” e que pode ser um forte empecilho à adaptação da vida urbana (MONTEIRO, 1973:35-36).

As casas, portanto, resultam da aculturação urbana da habitação tradicional angolana, as quais prevalecem as casas de planta retangular, com dois ou três compartimentos, com pé direito geralmente baixo e coberturas de duas ou quatro águas. Os vãos adquirem valor meramente decorativo. (REDINHA, 1973:35-36) “A história da casa angolana, a partir da modesta cubata, é uma história de movimento, de forma e até de cor.” A sua migração para a cidade tira-lhe a personalidade e deixa-a à mercê da” [...] sua promoção a casa com materiais definitivos, em moldes de aglomerado urbano [...]” (REDINHA, 1973:35-36).

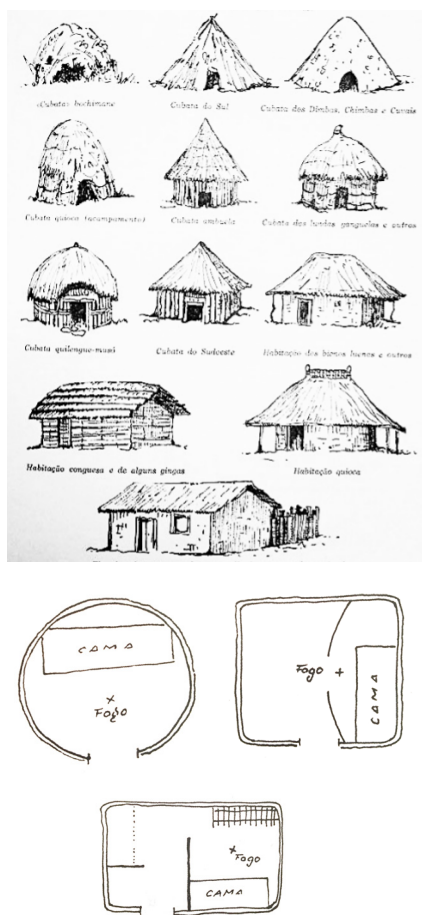


Fig 118. Evolução da organização espacial das cubadas:

Redonda sem divisória (cama no chão);
Habitação quadrafa (cama sobre tarimba);
Retangular com divisórias (cama ou camas sobre tarimba e bancada com troncos para utensílios.

Fig 119. Evolução da habitação tradicional.

Fonte 118, 119 REDINHA, 1964.

As características construtivas com base na tradição desapareceram em detrimento de um modelo comum, sóbrio e utilitário. Aliaram-se os materiais de construção europeus aos tradicionais e, paralelamente começou-se a aderir à individualização da habitação, fazendo-se a transição da casa rural para a casa suburbana. (REDINHA, 1973:33)

Os materiais que se usavam dependiam do clima e da própria disponibilidade com que apareciam. Os mais frequentes eram tijolos (usados nas paredes) e telhas (nas coberturas) imitando as construções definitivas de influência europeia. Em 1973, recorria-se ao uso de pau-a-pique para as paredes e folhas de ferro zincada para a cobertura e o pavimento era em cimento. (MONTEIRO, 1973:257)

O hábito das construções definitivas foi levado pelos europeus. No entanto não é o mais adequado para o proprietário do terreno uma vez que o fisco passava a cobrar uma tributação. Nesta altura, preferiam-se as casas em madeira pré-fabricadas, construídas com caixas de automóveis e desmontáveis, caso fosse necessário mudar para outro sítio. (REDINHA, 1973:21)

A seguir proceder-se-á a descrição de uma casa no bairro, que se acredita que seja datada da década de 1930, correspondendo à altura em que o bairro aparece pela primeira vez definido nas plantas (1926) e também pela estrutura da sua construção. Esta casa, que resistiu aos tempos, se acredita que tenha sido uma das primeiras de carácter definitivo a ser construída e que ainda hoje existe, embora se encontre num

estado de degradação avançado.

A casa localiza-se na Rua Reverendo Agostinho Neto, junto ao Largo das Ingombotas (do lado direito) e é perpendicular à Avenida de Portugal. Esta, em conjunto com outra, está atualmente confinada entre dois edifícios de altura superior a dez pisos, numa rua de carácter terciário, devido ao seu tamanho e à sua função na distribuição do tráfego do bairro . Acredita-se que anteriormente o quarteirão onde esta casa se insere, era formado por lotes de casas térreas, dispostas lado a lado, e por algumas moradias com mais um piso.

Os atuais proprietários permitiram que se circulasse apenas pelas zonas sociais da casa; não se tendo mostrado disponíveis para qualquer diálogo e recusando-se a que se fotografasse o interior da mesma, pelo que as fotografais do seu interior não têm grande qualidade. Os desenhos que exemplificam a planta correspondem a aproximações ao que



Fig 120. Casa no Bairro das Ingombotas Fachada Principal.

Fonte 120: Autora.

existe da casa, recorrendo ao conhecimento da arquitetura que se praticava nos anos 1930 e fazendo a ponte com o conhecimento das construções das cubatas das tribos africanas.

Os usos a casa variaram entre habitação, habitação e oficina automóvel e, atualmente, é apenas habitação, embora apresente um estado de degradação avançado.

O corpo principal da habitação é formalmente constituído por um “L” que ocupa o lote longitudinalmente.

A entrada para a propriedade é feita por um portão na fachada principal e que induz as pessoas a uma circulação à volta do núcleo central (casa). A parte lateral esquerda, entre a parede onde se localiza a entrada para a casa e o muro que faria a divisão da propriedade à esquerda, há um espaço equivalente ao comprimento e à largura de dois automóveis dispostos longitudinalmente um atrás do outro. Na zona

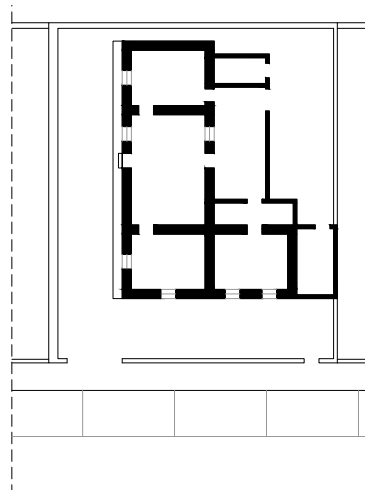


Fig 121. Simulação da planta da casa.

Fonte 121: Autora.

frontal da propriedade, virada para a via, entre a fachada principal e o portão, há um espaço equivalente ao descrito acima, diferindo apenas a disposição dos automóveis que aqui estariam paralelos à via. Do lado direito e tardo da propriedade há apenas espaço para circulação pedonal .

O interior da casa é acedido lateralmente, à esquerda, por uma porta de madeira que nos leva para uma sala que tem em cada extremidade uma dependência (que possam ter as funções de quartos). Paralelamente à porta de madeira, pela qual se acede à sala, há uma outra que comunica com a cozinha (exterior).



Na fachada posterior da casa, e do seu lado direito, há um conjunto de anexos que se acredita que possam estar a ocupar a área útil do quintal, agora inexistente .



Fig 122 .Casa no Bairro das Ingombotas| Cozinha.

Fig 123.Casa no Bairro das Ingombotas| Percursos Exteriores..

Fonte 122, 123: Autora.

Acredita-se que quando foi construída por volta de 1930 o seu núcleo principal fosse constituído apenas pelo núcleo formado pela sala e as duas dependências adjacentes lateralmente e que hoje desempenhem a função de quartos. A forma deste núcleo assemelha-se a um “L” perpendicular à via em que a casa está inserida.

O seu primeiro acrescento poderá ter sido feito na década de 1960 . O alvo desta intervenção foi a criação de um novo limite para a cozinha exterior e duas dependências laterais adjacente à cozinha na parte tardoz e frontal do quintal.

Crê-se que o acrescento date da década de 1960 uma vez que a parede mais exterior da cozinha apresenta na sua fachada um muro em cobogó. Apesar de este tipo de expressão decorativa da arquitetura ter sido inventada na década de 1920, atingiu o seu expoente máximo com o Movimento Moderno. Foi muito usado porque permitia um maior controlo da incidência solar num determinado local, assegurando a sua ventilação e privacidade, apesar da permeabilidade visual que lhe está associada (DELAGUA, 2015).

Os restantes acrescentos são mais recentes e em conjunto com os anexos que se situam junto ao perímetro do lote, acabaram por suprimir todo o espaço exterior de convívio da casa.

Pela análise desta habitação unifamiliar e da sua organização

espacial podem-se concluir alguns aspetos que derivam por um lado: não só do modo de viver do povo africano nos quintais das casas senhoriais e, posteriormente, da forma como se organizaram nos musseques; e, por outro lado, há esta relação muito forte com os hábitos e costumes importados do povo europeu. Aqui verificam-se aspetos como a criação de anexos nos quintais; a cozinha surge como um elemento central da própria casa. Isto pode-se verificar pela dimensão que esta ocupa relativamente ao resto da casa. Esta é a parte da casa que ocupa a maior área e com ligação direta para o quintal. Estes aspetos estão diretamente relacionados com a habitação suburbana que “[...] é familiar, no sentido restrito, procurando resumir em si, em quintal e anexos, as antigas serventias, logradouros e dependências da tribo.” (REDINHA, 1973:43)

Esta organização espacial da casa assemelha-se às cubatas “[...] de pau-a-pique, rectangular, de dimensões a partir de 4 metros de comprimento, atingindo o dobro e mais, rebocada de argila, e com uma cobertura de duas águas, repartida em três, quatro ou mais divisões.” (REDINHA, 1973:14) que se construíam frequentemente entre Luanda e Malanje. Estas casas costumam fazer-se acompanhar por anexos (os quintais cercados) onde se localizam as cozinhas. O uso do quintal, acompanhando a casa, prevê a individualização dos anexos, que na vida das tribos representam as dependências comuns a todos. Esta casa poderia corresponder ao modelo de casa-quintal descrito por José Redinha (1973:17-18)

“Modelos tradicionais [...], evoluindo para o tipo e construção europeia. Materiais mais definitivos ou mesmo definitivos. Quintal ligado à casa. Anexos. Ausência de dependências colectivas. Cozinha sob alpendrada ou coberto (no quintal), ou numa divisão da casa. Como inovação inclui fossa ou recinto para banho. Beneficia de iluminação eléctrica [...]”

A casa, como se pode ver segundo as fotografias, foi construída com materiais muito elementares como varas, troncos ligeiros e de maior porte, madeiras, alvenaria, chapas metálicas, cimento, tijolos, podendo se dizer que a sua estrutura é composta por elementos de alvenaria e madeiramentos e as suas paredes caiadas. (REDINHA, 1973:22-



Fig 124. Casa no Bairro das Ingombotas. | Materiais.

Fonte 124: Autora.

V.6 Análise Urbana.

Os **bairros** são fragmentos da cidade, com maior ou menor dimensão, conforme a sua morfologia, concebidos como se se estendessem sobre duas dimensões (LYNCH, 1979:313). Podem estar organizados do ponto de vista interno e podem, em algumas situações, servir de ponto de referência para externo, quando alguém passa por eles ou os atravessa no seu percurso (LYNCH, 2017:70).



A análise do traçado do bairro, portanto, resultará da sua decomposição elementar, isto é, da análise dos elementos: rua, praça, quarteirão e parcelário, segundo (COELHO, 2013:14). As características físicas que determinam os bairros são as associações temáticas de inúmeras variantes como a textura, o espaço, a forma, o detalhe, o símbolo, o tipo de edifícios, as utilizações, as atividades, o número de habitantes, o estado de conservação, a topografia (LYNCH, 2017:71)

O Bairro das Ingombotas apresenta na sua constituição uma **malha reticular irregular** fruto do desnível topográfico de aproximadamente 40 metros entre o ponto mais alto e o mais baixo. A diferença de cotas dentro dos limites do bairro e no seu interior proporciona a criação de zonas de “vale” que confluem para a zona costeira da cidade. A topografia do terreno insinua uma heterogeneidade na organização da malha urbana, impossibilitando o prolongamento dos quarteirões geométricos regulares e permitindo uma organização radial em determinadas zonas mais acidentadas, criando nos pontos de união pequenas “deformações urbanas” que

Fig 125. Esquema do Traçado Urbano em função da topografia do terreno.

Fonte 125: Autora.

correspondem a pequenos ajustes do traçado pré concebido ao relevo onde vai ser inserido (FERNANDES, 2013:39)], resultantes da pendente da encosta onde esta se implanta, produzindo ruas radiais que se desenvolvem perpendicularmente ao declive e ruas em forma de “arco” que reproduzem o formato da encosta, pelo contorno das curvas de nível (FERNANDES, 2013:46) e que estão harmoniosamente ligadas entre si, gerando uma riqueza e fluidez do tecido urbano, embora a sua organização viária não nos permita retirar o maior partido da transição entre os bairros.

Fig 126. Planta do Traçado Urbano.

Fig 127. Planta da Malha Urbana.

Fonte 126, 127: Autora.



O **traçado urbano** do bairro resulta da conjugação das diferentes especificidades do relevo que estimulou diferentes formas de ocupação. E a sua coesão é assegurada por um sistema de praças, largos e ruas que estabelecem a transição entre os espaços distintos da malha. O traçado urbano depende da configuração da malha urbana da cidade. Num sistema de cheios e vazios, a malha urbana corresponde aos cheios e o traçado urbano aos vazios da cidade (vias, praças, etc).

A configuração da **malha urbana**, isto é, do conjunto de quarteirões organizados em lotes do bairro pouco variou desde a primeira vez que apareceu desenhado (planta de 1926) por isso o seu desenho segue a mesma matriz de outrora, mantendo-se as mesmas características viárias e as mesmas praças e largos, embora estes elementos tenham ganho maior ou menor dimensão e se tenham adaptado à topografia do terreno. Embora atualmente o bairro se encontre perfeitamente integrado na malha da cidade comunicando, em total conexão com as urbanizações envolventes e com o exterior da cidade, quando surgiram as primeiras intenções da sua construção isto não se verificava. A zona das Ingombotas, outrora, parte nova da cidade, tinha uma linguagem que contrastava com a restante cidade. Os seus quarteirões, ao contrário dos do resto da cidade, tinham dimensões muito superiores à dos restantes, apesar de sugerirem uma continuidade da malha e o desejo de coesão, fazendo com que um pertencesse ao outro. Das intenções

expostas na planta de 1926 ao Plano de Simões de Carvalho em 1961, o bairro sofreu algumas transformações significativas, especialmente porque ao boom do café, cujas receitas permitiram grandes investimentos no sector da construção e da indústria, possibilitaram que a cidade crescesse e isto refletiu-se também no bairro. Portanto, a década de 1960, a seguir a todo este investimento, mas ainda na sua continuidade, e devido ao grande crescimento populacional que se verificou devido à imposição dos três Planos de Fomento- como explicado anteriormente, o primeiro (1953-1959) consistia na criação de infraestruturas, o segundo (1959-1964) primava pela assistência aos colonos que integravam a corrida ao café e, por fim, o terceiro (1968-1973) sugeria o desenvolvimento do sector industrial, designadamente da indústrias extrativas e transformadoras (FONTE, 2012), tentou-se através do plano de Simões de Carvalho implementar uma nova imagem na cidade, com uma nova definição dos usos da cidade e do bairro (Ver *Cap. V.4.2 Planos Urbanísticos: Influência na Construção do Bairro*).

Ao admitirmos que a maior parte dos edifícios na cidade se ergueram depois de 1940 e que em 1960 a população de Luanda cresceu exponencialmente, obrigando a intensificação do urbanismo com a construção de infraestruturas capazes de suportar a população que aí afluía, podemos concluir que na década de 1960 a cidade foi quase toda construída, ou seja, a maior parte dos espaços expectantes da cidade foram ocupados e, em alguns casos, foram demolidas

algumas moradias para dar lugar a novos edifícios, já que anteriormente a tipologia construtiva que predominava era a de moradias construídas segundo os ideais da cidade jardim preconizado por Ebenezer Howard e que também teve algum impacto em Luanda. Na década seguinte (1970) o país tornou-se independente (1975), o sector da construção estagnou, portanto a imagem que tinha será semelhante à atual excetuando a existência dos edifícios com mais de 15 andares que foram sendo construídos de 2002 até a atualidade.

É, pois, evidente, que a imagem do bairro não se manteve imutável ao longo do século XX e, com o fim da guerra civil no país (2002) este fenómeno se acentuou.

Num território como este, em que se atingiu o expoente máximo da sua expansão, já não é possível que se construa de raiz a menos que nos permitamos demolir o existente. Neste caso, somos forçados a posicionar-nos segundo dois ideais opostos: 1) manter o existente porque faz parte da imagem construída da cidade, ou 2) mantemos o elemento construído porque associada à sua imagem histórica há um uso que lhe é atribuído e que pelo seu grau de importância no desenvolvimento da cidade faz parte da memória coletiva dos seus habitantes.

O tecido urbano deriva da diversidade morfológica e morfogenética do elemento predominante da sua constituição:

a rua. Definem-se ruas todos os elementos do espaço público da cidade que constituam um canal ou corredor (PROENÇA, 2013:101). Fazem parte deste elemento rua “a rede de linhas habituais ou potenciais de deslocação através do complexo urbano, constituem os meios mais significativos através dos quais o todo pode ser organizado. As principais vias deveriam ter uma qualidade particular capaz de as demarcar dos canais circundantes: a concentração de qualquer hábito ou atividade ao longo das suas margens, uma qualidade espacial característica, uma textura especial do pavimento ou das fachadas, uma estrutura particularmente clarificadora, um conjunto único de cheiros ou sons, um pormenor típico ou um modo próprio de distribuição das plantas” (LYNCH, 2017:99).



Fig 128. Avenida do 1º Congresso do MPLA (principal).

Fig 129. Rua Amílcar Cabral, 2017 (rua de carácter principal).

Fonte: 128: Márcio Fernandes.

Fonte: 129: Autora.



são as de maior fluxo, sendo estas a Rua da Missão, a Avenida do 1º Congresso do MPLA, a Avenida Lenine e a Rua Amílcar Cabral (antiga Rua Serpa Pinto). As três primeiras são limítrofes enquanto que a última atravessa o bairro em toda a sua extensão e situa-se na confluência entre a topografia mais acentuada e a mais plana do bairro. Destas vias, consideradas principais, a Rua da Missão, a Avenida do 1º Congresso do MPLA, onde se localizam à direita vários serviços e que culmina no Hospital Josina Machel (anteriormente designado Hospital Maria Pia) e a Rua Amílcar Cabral, têm uma faixa de rodagem com duas faixas em cada sentido. A Avenida Lenine (antiga Brito Godins) é a única que apesar de ser considerada principal tem apenas uma faixa em cada sentido. Atualmente esta rua tem edifícios novos de altura superior aos 10 pisos que contrastam com a restante imagem da rua, que tem moradias e edifícios entre 3 a 5 pisos nas suas extremidades.



Fig 130. Hierarquia Viária.

Fig 131. Perfil da Av. Revolução de Outubro.

Fonte: 130, 131: Autora.

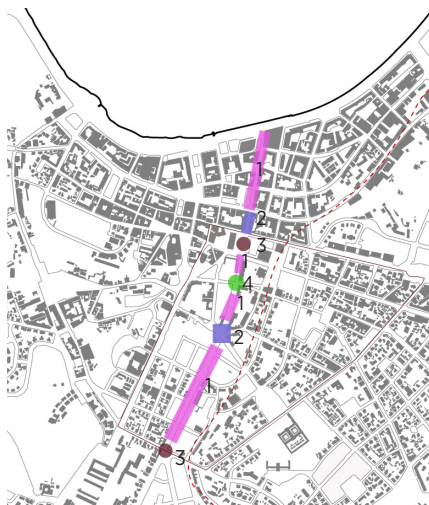


Fig 132: Momentos na Rua Amílcar Cabral.

1. Primeiros Momentos.
2. Segundos Momentos.
3. Terceiros Momentos.
4. Quarto Momento.

Fig 133. Paragem de Taxis na Mutamba, 1974.

Fig 134. Antigo Largo da Maianga.

Fig 135. Paragem de Taxis da Maianga.

Fonte 132: Autora.

Fonte 133: Arquivo Digital.

Fonte 134, 135: mapio.net

A rua Amílcar Cabral é perpendicular à Avenida da Marginal e tem quatro momentos distintos: o primeiro entre a marginal e o cruzamento com a rua Rainha Ginga em que não se verifica qualquer tipo de atividade, sendo apenas uma zona de passagem e cruzamentos. O segundo momento é entre o cruzamento com a rua Rainha Ginga e o cruzamento com a rua da Missão. Este quarteirão é rico em atividade comercial. Este momento repete-se na envolvente do largo Amílcar Cabral. O terceiro momento é na zona da Mutamba, que tem muito tráfego automóvel e coincide com um interface de transportes viários. À semelhança do que acontece aqui também no nó com a rua Kwame Nkrumah, onde anteriormente se situava o largo da Maianga, há uma paragem de táxis (candongueiros, que são as carrinhas Toyota Hiace, comumente denominadas táxis) e muito tráfego viário desordenado. No entremeio da rua Amílcar Cabral, há um quarto momento, na interseção desta com a Rua Guilherme inglês (outrora, Capelo Ivens). Este cruzamento constitui um momento de paragem obrigatória devido ao enorme fluxo de automóveis que por aí passam diariamente.

Destacam-se outras três: a Avenida de Portugal e as ruas



Guilherme Capelo (antiga rua Capelo Ivens que no seu prolongamento se liga à rua Kwame Nkrumah) e a Alexandre Peres pelo seu grau secundário e de extrema importância no escoamento do tráfego e pelas ligações que permitem a outros pontos da cidade. Este conjunto de ruas tem apenas um sentido, exceto a Avenida de Portugal, rua ampla que atravessa longitudinalmente o bairro e a cidade, ligando o Bairro dos Coqueiros à periferia da cidade; tem dois sentidos e duas faixas em cada um e, que devido às suas dimensões se poderia equiparar a uma rua principal, mas que em função do papel que desempenha na organização viária da cidade não o é. Esta faz apenas a ponte entre as ruas locais (terciárias) e as principais. Todas as outras vias que se situam no miolo do bairro são de cariz terciário. Algumas delas desembocam nas vias principais. A maior parte destas ruas interiores têm apenas um sentido (PORTES, 2012).

A toponímia das ruas surge geralmente associada a um elemento de composição urbana que, por sua vez, se relaciona com factos históricos ou situações quotidianas do bairro, partindo do princípio que a principal exigência de um utilizador da cidade seja encontrar-se “a utilidade da diversidade

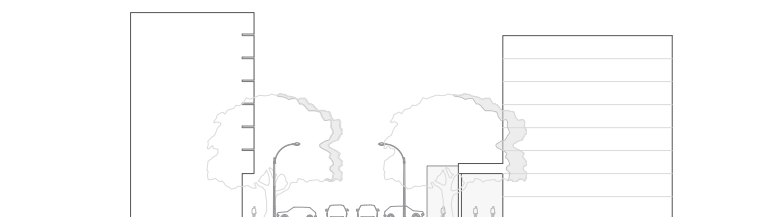


Fig 136. Avenida de Portugal (rua de carácter secundário).

Fig 137. Rua José Rodrigues (rua de carácter local).

Fig 138. Perfil da Av. de Portugal.

Fonte 136, 137: Márcio Fernandes.

Fonte 138: Autora.



lexical das designações é evidente quando contribui para o reconhecimento dos lugares que designam e mesmo para o enriquecimento do léxico morfológico do com que a cidade é edificada. Assim, mais importante que a recuperação das designações toponímicas é o seu uso adequado, ou seja, a coerência entre a designação que é dada e as características do elemento morfológico que é nomeado. Essa coerência depende do contexto cultural urbano em que os elementos e a sua designação toponímica estão inseridos para não resultarem desprovidos de significado. Ignorar este princípio básico progressivamente conduzirá à erosão do seu sentido e da própria legibilidade da cidade a partir do seu espaço público.” (PROENÇA, 2013:121).

No que respeita a toponímia do bairro, acontece o mesmo que acontece em toda a cidade. Há uma necessidade de adaptação da toponímia à atual situação política do país. Depois do fim da independência as ruas que anteriormente tinham nomes de aluziam à história de Portugal, agora fazem referência a pensadores e líderes africanos bem como a momentos políticos do país, como é o caso da Rua Kwame Nkrumah³¹ e da rua do 1º Congresso do MPLA.

O bairro em si sofreu várias vezes transformações

Fig 139. Pontos Nodais.

Fonte 139: Autora.

³¹ Kwame Nkrumah (21 de Setembro de 1909- 27 de Abril de 1972), foi um líder político africano; um dos fundadores do Pan-Africanismo; desempenhou a função de primeiro ministro do Gana entre 1957 e 1960 e entre 1960 e 1966 de presidente do mesmo país.

toponímicas, servem para isso exemplo as plantas de 1926 e a de 1949. Na primeira, havia uma forte referência a famílias africanas (caso da rua Vieira Dias e da rua Pinto de Andrade) e na planta de 1952 estas referências são substituídas por outras da História de Portugal.



Os **pontos nodais ou nós** são pontos estratégicos da cidade ou do bairro onde o observador pode entrar; coincidem com pontos em torno dos quais o observador circula e muitas vezes estão associados aos pontos de paragem do sistema viário (LYNCH, 1989:313) -intersecções de maior importância ou terminais e que através da sua forma poderiam reforçar os momentos críticos de um percurso (LYNCH, 2017:87). Os cruzamentos, coincidem em grande parte com os largos e os jardins. Atualmente os pontos nodais do bairro são, portanto, o largo Amílcar Cabral que se encontra no primeiro troço da Rua Amílcar Cabral. No prolongamento desta rua temos um outro ponto nodal que corresponde à zona da Mutamba, onde se encontra a praça de táxis, em frente ao edifício do Ministério das Finanças. Anteriormente aos investimentos que acompanharam o fim da guerra civil do país, haviam mais nós de importância estratégica dentro do bairro, sendo estes o largo do Kinaxixe que fazia a charneira entre a parte velha da cidade e a periferia e o largo da Maianga, que distribuí a circulação viária em vários sentidos. Estes nós encontravam-se nos limites viários do bairro. o primeiro situava-se na rua da Missão e o segundo na junção da rua Guilherme Capelo com a rua Kwame Nkrumah.



Fig 140. Largo Amilcar Cabral,

Fig 141. Largo Amílcar Cabral (2018).

Fig 142. Mutamba, 1972.

Fonte 140: SALVADOR, 2007.

Fonte 141: Autora.

Fonte 142: Arquivo Digital.



Fig 143. Jardins e Praças.

Fonte 143: Autora.

As **praças/jardins** constituem elementos integrantes da estrutura, da composição e da identidade das cidades. A sua diversidade relaciona-se com o local em que está inserida, dependendo das suas características urbanas, das formas e designações, que resultam da relação entre o homem e o lugar (SILVA, 2013:83).

As praças são produto do tecido urbano e do próprio edificado e da sua interação com as pessoas. Proporcionam espaços de diferentes tipos e condições de uso, em função de critérios precisos. Os espaços que se geram são caracterizados pelos seus valores sociais e arquitetónicos nos quais as praças, enquanto elementos relevantes na organização da cidade, reforçam o sentido identitário compreendido em cada ação do tempo, na singularidade do sítio e da sua história (SILVA, 2013:83).

Ao analisarmos as plantas da cidade podemos constatar que praticamente só existem dois elementos que poderão ter sido considerados praças; excluindo o jardim defronte à Escola do Mutu Ya Kevela (antigo Liceu Salvador Correia) por termos informação iconográfica relevante na qual nos podemos apoiar no que respeita ao seu uso. No entanto, em relação aos espaços que se encontram paralelos às fachadas principais do edifício do Governo Provincial e à Igreja do Carmo, a informação que temos não é precisa, contudo, pelo lugar que ocupam, acredita-se que, eventualmente, tenham sido e continuam a sê-lo, praças, embora agora não se perceba claramente. Os espaços livres afetos aos edifícios

do Governo Provincial e da Igreja do Carmo aparecem na Planta de 1926 com a toponímia de Largo Alexandre Herculano. Antes disso não há qualquer referencia à toponímia do espaço, uma vez que o espaço circundante era baldio. Assim sendo, estes elementos urbanos, à semelhança de outros com as mesmas características na mesma época, podem ter desempenhado as funções de ênfase do elemento arquitetónico, de convívio social ou de espaço cívico do bairro. Por haver uma praça mesmo à frente do edifício e sem grande ornamentação (mesmo que fosse um jardim) realçava o valor do edifício ou do conjunto de edifícios à sua volta. Nos dias de hoje estes mesmos espaços não desempenham grande papel no contexto da vida social do bairro, são meros espaços para estacionamento automóvel e não se relacionam com os edifícios à sua volta. Ao suprimirmos a utilidade social e cívica das praças e dos restantes elementos



Fig 144. Jardim "ferradura" de Salvador Correia.

Fig 145. Jardim à frente do Governo Provincial (Largo Irene Cohen)

Fig 146. Vista Aérea Parcial do largo Irene Cohen.

Fonte 144: SALVADOR, 2007.

Fonte 145: Márcio Fernandes.

Fonte 146: Autora.

urbanos que compõem a cidade, afastamos as pessoas de viver o espaço urbano que passará a ser um elemento estranho muito próximo.

Segundo Camilo Sitte, como referido em CHOAY (1989), a única razão pela qual os locais públicos existem prende-se com “proporcionar mais ar e mais luz e em romper a monotonia dos oceanos de casas. Às vezes eles também valorizam um edifício monumental, ao desobstruir suas fachadas”, ao comparar com as praças da Antiguidade refere que aquelas “eram uma necessidade de primeira ordem, pois foram o teatro das principais cenas da vida pública, que ocorrem hoje nas salas fechadas” menciona ainda a “praça do mercado, que era um segundo centro de atividade dos nossos antepassados, subsistiu, é verdade, até nossos dias. Mas tende, cada vez mais a ser substituída por grandes mercados igualmente fechados.”

O **quarteirão** ocupa um espaço único entre os elementos da morfologia urbana com a singularidade de ter um papel na conceção da cidade e de, ao mesmo tempo, fazer a ponte entre as escalas que possam existir (COSTA, 2013:123).

Este é um momento no desenho urbano que diz respeito à concretização do lugar de determinado modelo de sociedade, na conceção de modos de vida, na conformação do espaço e da arquitetura que constrói a cidade, em que se admitem variações na relação entre o público e o privado, entre o usufruto do solo e o habitar, entre a tipologia edificada e a arquitetura singular, entre a infraestrutura e o sistema

ecológico.

O quarteirão, enquanto elemento de morfologia urbana adquire um papel central no desenho da cidade contemporânea, prestando-se a sucessivas reinterpretações conceptuais e de desenho, dissociadas da esfera ideológica e orientadas para a otimização das soluções espaciais e ambientais que podem ser tidas em consideração em qualquer momento do ato de projetar o desenho urbano da cidade. O quarteirão é, portanto, um dos elementos mais poderosos da morfologia urbana porque a sua relação com os elementos rua, praça e traçado influenciam a forma da cidade (SILVA, 2013:124-130).

Os quarteirões no bairro das Ingombotas seguem a tipologia de quarteirão que partilha a parte tardoz, sendo que só têm frentes na sua composição. Rara é a situação em que no bairro se apresentam quarteirões com o “miolo” acessível pela rua, pelo que são, na sua grande maioria, quarteirões fechados.

Nas zonas cuja topografia é menos acidentada há tendência para que os quarteirões sejam ortogonais enquanto que em zonas com grandes declives estes assumem formas irregulares.

A **parcela ou lote** reporta-nos para uma componente morfológica essencial do espaço urbano privado da cidade, pois materializa a divisão de propriedade, rural ou urbana, demarcando uma forma que determina um traçado real que muitas vezes não é claro, porém configura um dos principais

suportes (regulares ou irregulares) ou condicionadores da organização e evolução espacial (LEITE, 2013:146-147).

O tecido urbano sofre a ação dos diferentes modos e formas de agrupamento da parcela, contudo também pelas diversas configurações e densidades que resultam das combinações internas entre o edificado e a parcela. Através da organização parcelar é possível identificar os conjuntos homogêneos, mas também as áreas de quebra morfológica. Deste modo, a estrutura parcelar contribui para o carácter da identidade de uma determinada área, conservando aos seus limites por um período de tempo logo, mesmo quando se verifica uma renovação do edificado ou a sua substituição em diferentes processos de sedimentação (LEITE, 2013:146-147).

Os lotes dos quarteirões no bairro mantiveram a sua matriz quase na íntegra, notando-se algumas variações no seu cadastro apenas após o ano de 2002. A seguir a esta data, alguns lotes foram agregados para darem lugar a novos edifícios cuja estrutura assim o exigia.

Este, à semelhança de vários outros bairros da metrópole angolana, detém uma forte miscigenação relativamente à oferta da **ocupação dos solos**. Podemos dividi-lo atualmente em quatro zonas principais e que se destacam umas das outras, em função da sua **altimetria**, sendo estas zonas da Mutamba, zona das moradias, zonas de edifícios altos (10 pisos) e o “miolo” do bairro, onde se concentram a maior parte de edifícios que têm entre 6 a 8 pisos.

Podemos assim dizer que há quatro zonas bastante claras,

apedar da transição entre elas nem sempre ser clara.

A zona da Mutamba, onde, no fundo, se concentram alguns edifícios relevantes do ponto de vista das decisões do país, como o Edifício das Obras Públicas, o Ministério das Finanças, a Câmara Municipal. Esta zona corresponde àquela em que no Plano de Simões de Carvalho de 1961, se situava a praça cívica e onde se concentravam os ministérios.

Estes edifícios determinam fluxos de entrada e de saída do bairro, tornando esta área muito movimentada durante a semana e muito mais calma aos fins de semana, uma vez que as repartições públicas não abrem aos fins de semana.

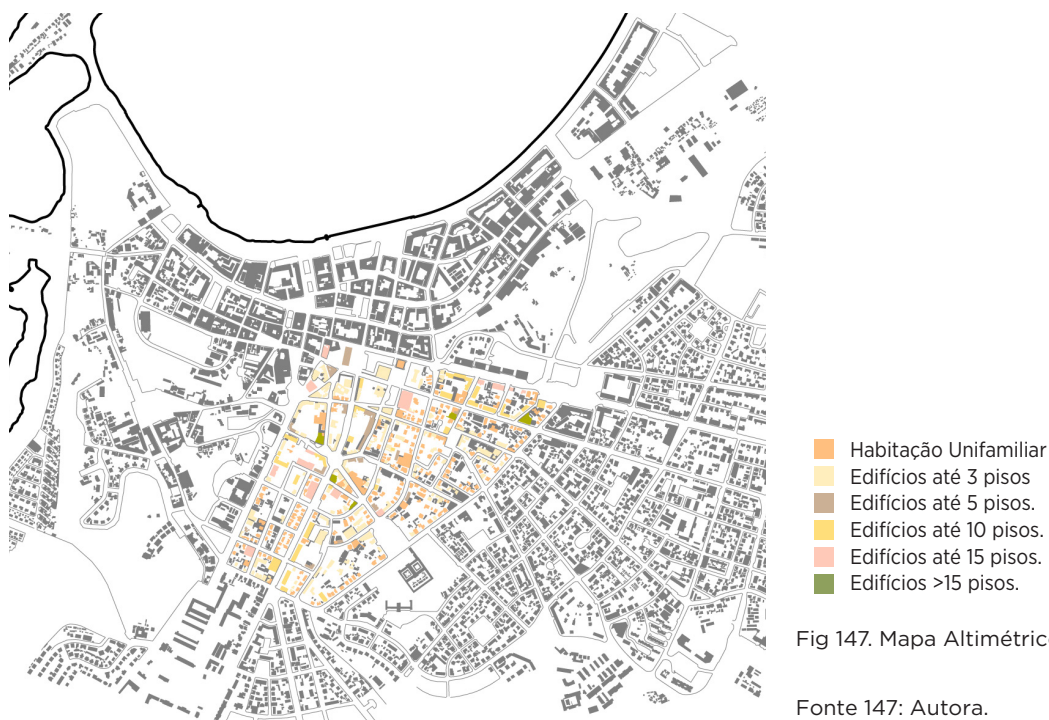


Fig 147. Mapa Altimétrico.

Fonte 147: Autora.



Por outro lado, estes edifícios estão inseridos num contexto de uma praça e numa zona de vale, estando o edifício do Governo Provincial num plano superior, assumindo uma posição de destaque em relação aos outros e os restantes num plano inferior. Neste plano os edifícios estão a um afastamento dos outros que lhes permite “respirar”. Esta será das poucas partes da cidade, e quiçá a única do bairro, em que os edifícios estão desafogados em relação aos outros. A organização espacial desta zona do bairro destaca-se das demais não só pelos aspetos acima mencionados como também pela própria topografia. A zona da Mutamba coincide com uma zona de vale em que numa das margens há uma zona planáltica mais alta, o que ajuda a colocá-la numa posição de destaque em relação aos outros edifícios do bairro. É também nesta zona que está a maior praça de táxis da cidade, o que por si também revela a importância desta área não só para o bairro como para a cidade, em geral.

As outras três zonas que à partida se notam na composição do bairro são: a zona das moradias - em toda a área do bairro cuja topografia é menos acidentada e onde a maior parte dos edifícios têm, aproximadamente, entre dois a três pisos, salvo algumas exceções. As zonas das moradias localizam-se: 1) na confluência para o largo Amílcar Cabral (antigo largo Serpa Pinto) e a outra zona situa-se ao longo de toda a Avenida Lenine. Em toda a extensão da Rua da Missão e na Rua do 1º Congresso do MPLA, no limite do bairro, junto ao largo Lumeji, encontra-se a zona dos edifícios altos, em

Fig 148. Rua da Missão. Zona de edifícios altos.

Fonte 148: SALVADOR, 2007.

que grande parte tem aproximadamente 10 pisos. Também na rua Revolução de Outubro temos edifícios com estas características, intercalados com algumas moradias. O miolo do bairro tem edifícios que variam entre os 5 e os 8 pisos, fazendo a transição entre as construções de menor e maior estatura. Localizam-se na sua grande maioria em zonas algo acidentadas. Atualmente, vão sendo construídos alguns edifícios cujo número de pisos ultrapassa os da envolvente do bairro, e como tal, vão alterando a paisagem do bairro que era de edifícios maioritariamente baixos, passando a ter outros muito mais altos. A imagem das Ingombotas é bastante heterogénea, não havendo uma unidade nem continuidade entre elementos arquitetónicos construídos, uma vez que a imagem das fachadas dos edifícios muda de quarteirão para quarteirão tanto em termos de composição como de ornamentação. Pode-se dizer que é um dos bairros da metrópole angolana que a paisagem construída mais tem variado nos últimos 15 anos e isto pode relacionar-se com a proximidade ao centro histórico e com o desejo de transformar a Baixa da cidade e a sua envolvente no centro de desenvolvimento financeiro da cidade .

Este é um bairro em que do ponto de vista do **uso dos solos** predominam os usos de habitação e de comércio, em detrimento dos restantes. Ao avaliarmos o bairro quanto à sua oferta de equipamentos e serviços podemos afirmar que: O bairro apresenta alguns estabelecimentos de ensino, com diferentes níveis, e alguns centros infantis; Centros médicos

de pequenas dimensões; apenas um equipamento religioso; Implantada na rua Kwame Nkrumah, numa das ruas secundárias do bairro, podemos descobrir a 4ª Esquadra da 1ª Divisão de Luanda; Pode-se encontrar por todo o bairro estabelecimentos bancários e alguns serviços de atendimento ao cidadão.

Os **fluxos comerciais** de grande escala dentro do Bairro são em direção ao supermercado Maxi, em frente à ao edifício da Estação de Caminhos de Ferro da Cidade Alta, e para o super mercado “EAT EAT”, num edifício em gaveto situado



junto ao largo Amílcar Cabral. Excetuando estes supermercados não se verificam dentro do bairro grandes superfícies comerciais. O bairro tem uma forte componente de comércio de rua, usufruindo de muitas lojas de pequenas e médias dimensões ao longo de toda a sua área. Por outro lado, o comércio informal está fortemente enraizado no quotidiano do bairro, pelo que grande parte da população adquire o seu sustento por meio deste exercício, havendo uma predominância deste tipo de atividade junto às vias de comunicação onde a maioria das construções aloja estabelecimentos comerciais. Derivado deste fator cultural, as próprias habitações são adaptadas para que possam servir este propósito de venda.

Os **marcos visuais** são elementos marcantes que constituem pontos de referência considerados exteriores ao observador. Podem ser elementos físicos cujo tamanho é variável (LYNCH; 2017:81). Estes elementos estão intimamente ligados às referências que se vão criando do bairro. Estas referências fazem parte da memória visual de quem habita e de quem passa pelo bairro e às quais se recorrem para se orientar nos bairros. A característica fundamental de um ponto de referência é a sua singularidade, o modo como contrasta como seu contexto (LYNCH, 1979:316). No caso do bairro das Ingombotas, os marcos visuais que se destacam à uma escala mais abrangente são o Liceu do Mutu ya Kvela e o jardim à sua frente e a zona da Mutamba com os seus edifícios modernistas e o edifício do Governo Provincial, o antigo largo



Fig 150. Comércio Formal.

Fonte 150: Autora.

do Kinaxixe (que atualmente está a ser transformado em Centro Comercial do Kinaxixe), por contrastarem com a escala dos edifícios das áreas envolventes; o Largo Amílcar Cabral destaca-se devido à sua localização. Está situado num ponto onde as pessoas são obrigadas a tomar decisões acerca de qual o percurso que devem seguir.

Esta zona pode ser considerada um elemento marcante, memorável e único no seu contexto, servindo de referência para os observadores por se destacar do restante pelas suas características singulares (COELHO (coord), 2013).



Fig 151. Marcos Visuais no Bairro das Ingombotas e na sua envolvente.

Fonte 151: Autora.

Os pontos de referência não têm que assumir uma posição de destaque devido a sua dimensão, contudo a sua localização é de extrema importância (LYNCH, 1979:316).

O bairro apresenta um déficit de **espaços verdes** muito acentuado ao longo de toda a sua malha. Algumas ruas e avenidas têm árvores, no entanto são insuficientes em proporção às dimensões das ruas em que se encontram. Atualmente o bairro não tem jardins nem espaços públicos de entretenimento e lazer ao ar livre. O bairro tem dois jardins. Um deles está localizado em frente ao Liceu Mutu Ya Kevela (conhecido no tempo colonial por jardim ferradura de Salvador Correia), e encontra-se em obras. O outro é traseiro ao edifício do Governo Provincial, em frente ao edifício do Ministério das Finanças. Este jardim desenvolve-se através de um jogo de cotas que pretende vencer o desnível entre o ponto mais alto e o mais baixo do jardim. Sendo que entre estes dois pontos há uma diferença topográfica de 10 metros. Para além destes dois jardins, o largo Amílcar Cabral dispõe de um arranjo de topiaria, que em conjunto com os dois jardins constituem o total de espaços verdes do bairro.

Analisando cartografia do bairro constatamos que para além destes jardins existiram mais dois: o largo à frente da igreja do Carmo e o largo Irene Cohen à frente do edifício do Governo Provincial (que poderá ter sido uma praça por se situar imediatamente à frente do edifício do Governo Provincial), que hoje desempenham o uso de estacionamento



automóvel. Pelas fotografias aéreas datadas da década de 1950, aproximadamente, verificamos que existia na cidade uma preocupação relacionada com a existência de espaços verdes, verificando-se manchas verdes no decorrer das ruas e das avenidas. O interesse pela criação de zonas arbóreas nas cidades, especialmente em cidades de climas tropicais, é de extrema importância porque asseguram o sombreamento das ruas, permitindo um maior conforto para os peões; contribuem para a redução da temperatura atmosférica em zonas muito áridas; funcionam como filtros dos gases tóxicos produzidos pelos automóveis, especialmente em cidades como Luanda, em que a rede de transportes públicos ainda é deficiente e a maior parte das pessoas circula à pé ou, podendo, circula de automóvel. Por outro lado, os espaços verdes na cidade constituem excelentes espaços de lazer e confraternização dentro da cidade.

O bairro tem na sua composição alguns **lugares** que foram **apropriados** e desempenham uso diferente daquele a que estavam sujeitos quando foram projetados. Um exemplo claro deste fenómeno é a Estação de Caminhos de Ferro da Cidade Alta, que em tempos fez parte dos Equipamentos Urbanos mais significativos da Cidade de Luanda. A presença deste edifício (cujo autor é desconhecido) construído entre 1888 e 1889 pode ser comprovada na Carta da Cidade de Luanda de 1926. A estação que se localiza na atual rua João Rodrigues deixou de desempenhar a sua função em 1951, quando os caminhos de ferro foram desviados do centro,

Fig 152. Lugares Apropriados pela população.

Fonte 152: Autora.

por imposição do desenvolvimento urbano da cidade (ARAÚJO, 2017:119-120).

É um elemento singular no bairro. Outrora estação de caminhos de ferro ao serviço da população branca, hoje é um ponto de concentração e miscigenação de indivíduos provenientes de diferentes países e com diferentes culturas. Poder-se-á dizer que este é o melhor exemplo de apropriação do espaço dentro do bairro. É como se dentro do bairro existisse um outro bairro habitado por pessoas que viviam no interior do país e em países vizinhos que se fixaram neste local pelas mais diversas razões, sendo que a principal é a guerra. A guerra foi o principal impulsionador deste tipo de transformação e apropriação do espaço. Este, pode-se dizer, é um local com os seus costumes e as suas crenças, muitas delas alheias às crenças do local (Ingombota a uma escala mais aproximada e, de Luanda, se estivermos a considerar uma escala mais abrangente) em que estão inseridos.

Da estação de Caminhos de Ferro da cidade Alta hoje pouco resta, não fosse o letreiro lateral da estação que indica o seu uso anterior. No momento presente este edifício desempenha as funções de igreja, mercearia, habitação e algum comércio informal. Defronte da fachada principal, na esquina da margem oposta da mesma rua está a antiga casa do mestre da estação. Ambos os edifícios se encontram com num avançado grau de degradação (ARAÚJO, 2017: 130).

Esta análise descritiva do bairro ajuda-nos a compor a ima

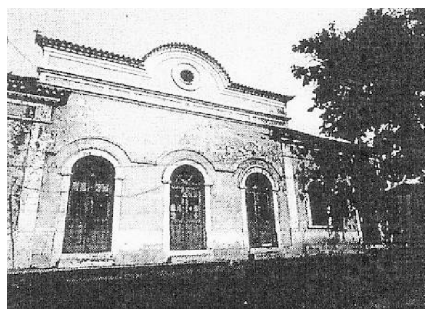


Fig 153 Estação de Caminhos de Ferro da Cidade Alta (atual).

Fig 154. Estação de Caminhos de Ferro da Cidade Alta.

Fonte 153: Autora.

Fonte 154: PEPETELA, 1999:75.

gem do bairro especialmente ao longo do século XX, fazendo sempre que possível referência às informações cartográficas e iconográficas que nos permitam fazer a ponte entre a sua imagem atual e as diferentes imagens que foi adquirindo durante o tempo da sua existência e permanência, não só no contexto da cidade mas também na memória de quem nele viveu ou por ele passou.

VI. Considerações Finais.

Sendo Angola um país colonizado por Portugal é expetável que a sua presença se reflita nos hábitos, nos costumes, nas várias áreas e atividades quotidianas do povo colonizado, no caso o angolano. Deste modo, as suas influências fazem-se sentir ao nível da língua que se fala, na gastronomia, na legislação, forma de vestir e até de se comportar e, consequentemente, também no urbanismo e na arquitetura.

O bairro das Ingombotas é singular por toda a história que a ele se associa. Acredito que este, em conjunto com o bairro do Maculusso (que tem a mesma génese), possam oferecer algum conteúdo relevante na tentativa de montar o puzzle da evolução da cidade de Luanda e da reconstituição das transformações do *modus vivendi* angolano (mais ligado às tribos) conjugado com o português. Para o efeito, procedeu-se à análise urbana do bairro e de uma casa, que se acredita que tenha sido a primeira a ser aí construída.

A finalidade da habitação em arquitetura consiste numa “forma de escapar à alienação, de permitir ao homem a realização da sua identidade- a correspondência entre o interior e o exterior, entre a alma e o corpo, entre a casa e o mundo [...] a identidade do homem pressupõe a identidade do lugar, a criação de um sentimento de pertença ao cosmos, de presença ao Ser” (RIBEIRO, 1993:8-9). Neste sentido, ao analisarmos a casa no bairro que foi escolhida devido à sua permanência no conjunto urbano e por ser das mais antigas construções aí existentes, e que, consequentemente nos

dará informação mais consistente no que respeita à organização espacial das habitações da época, aos exemplos de materiais usados, à sua adaptabilidade com o passar do tempo e, remetendo à memória e à informação que fomos adquirindo ao longo do processo de investigação, aquela que nos poderá ilustrar e dar resposta a uma das inquietações deste trabalho que é perceber de que modo as culturas de colonizadores e colonizados se fundiu e quais são os registos de ambos no quotidiano das nossas relações com o espaço habitado: a casa em que vivemos.

É de conhecimento geral, que a maior parte da população angolana prefere a habitação unifamiliar, as moradias, para criar as suas raízes. E este aspeto é transversal a todas as camadas sociais da população. Após a investigação aferiu-se que tal predileção tem raízes na vida das tribos e o modo de habitar o espaço doméstico também nos obriga a recuar no tempo e imaginar como seria a vida dos indivíduos naquela época, uma vez que o que se pratica hoje não é mais, se não o que se fazia naquela época, mas com o seu grau de evolução associado. Não obstante, a atual casa angolana tem fortes referências ao povo nativo como ao povo colonizador. Estas influências prendem-se principalmente com o uso e da dependência exterior da casa: o logradouro ou quintal e, por outro lado, há também a necessidade de criação de anexos neste espaço. Na vida comunitária das populações nativas essas dependências exteriores (os anexos) serviam para se armazenar mantimentos e utensílios. Atualmente, são usa-

dos com a função de armazenamento, no entanto, há uma outra função que lhe está associada e que se intensificou muito especialmente durante o período da guerra colonial, principalmente nos musseques; durante a guerra civil eram usados como quartos de apoio para os familiares que chegavam à capital angolana e não tinham onde ficar. Na altura chegavam a viver nestes pequenos compartimentos famílias inteiras (ver Subcapítulo IV.5 Os Musseques). Hoje esta situação ainda ocorre nos musseques, do mesmo modo que também ocorre fora deles na organização espacial das famílias de maiores posses, no entanto os usos a que são submetidos são diferentes.

Assim, os quintais e os anexos constituem parte do legado arquitetónico dos povos nativos, e o desenvolvimento da vida social da família no exterior das casas (nos quintais) faz parte do legado social e do modo do viver e da apropriação do espaço que nos foi também deixado.

As características culturais, os costumes e os hábitos dos povos são fatores que devem ser tomados em consideração ao projetar-se uma habitação, independentemente da sua dimensão, para que não se entre em conflito com os seus futuros utilizadores. A cultura dos utilizadores é determinante neste processo imaginativo de adivinhação da evolução da cidade e do impacto que determinada atitude ao nível do planeamento vai ter no contexto urbano.

Do mesmo modo, quando se projeta um edifício residencial, deve-se ter em consideração os mesmos aspetos, porque os hábitos culturais do indivíduo vão influenciar a utilização do espaço.

O bairro das Ingombotas foi sendo marcado por sucessivas transformações. Num primeiro momento foi espaço rural ao abandono; depois espaço de refúgio para os escravos e posteriormente região de fixação definitiva, numa primeira instancia para a população portuguesa a que foi viver para Luanda e, num segundo momento, após a independência, local de fixação e abrigo para os habitantes da cidade que foi sofrendo alterações (e ainda as sofre) que alteram não só o *skyline* da cidade por ser um bairro central, mas também as vivências entre os bairros. Com o fim da guerra civil e com as novas apostas no mercado imobiliário este tem-se transformado substancialmente na tentativa de responder às necessidades dos seus habitantes e ao desejo de prosperidade do país que acaba por se vincular a uma nova imagem também da cidade e que se espelha no bairro.

A análise que se procurou fazer do bairro consiste em grande parte na catalogação dos elementos de composição urbanística que existiram e perceber os que persistiram no traçado urbano do bairro. Verificou-se, portanto pela análise cartográfica que se dispunha que a sua matriz se mantém quase inalterável. Somente a seguir a 2002 (fim da guerra civil) se começou a alterar a imagem da cidade, sendo estas

alterações pouco significativas à escala do bairro. Demoliram-se algumas moradias do início do século XX, alguns edifícios dos anos 50 e 60 para se construírem edifícios mais recentes, mais altos e capazes de atrair mais pessoas para o centro da cidade. Ainda assim, a imagem do bairro pouco se alterou.

A reconstituição social do bairro só foi possível através de passagens de romances de alguns autores angolanos que descreviam nas suas obras como era a forma de estar e as relações dentro do bairro e o seu próprio aspeto.

Encarar esta nova fase de mudança no panorama da cidade causa algum descontentamento porque custa abrir mão do que nos é familiar em prol do novo e desconhecido, especialmente quando se consegue avaliar um conjunto de soluções para que os edifícios e restantes elementos urbanos continuem a fazer parte da vivência e dinâmica da cidade. Apesar disto, é natural que se registem estas perdas já que também elas fazem parte da evolução da cidade. Este processo verifica-se em todas as cidades em todas as partes do mundo e também já aconteceu anteriormente em Luanda em inúmeras situações. Particularmente no Bairro das Ingombotas aconteceu no início do século XX quando se expulsou a população nativa para os bairros operários, posteriormente em 1940 quando houve as apostas no setor imobiliário com as receitas provenientes do café e outros produtos; em 1960 quando houve a nova vaga de portugueses que chegaram à

Angola incentivados pelo segundo Plano de Fomento e agora com as novas apostas no setor económico e imobiliário.

Este é, portanto, um exemplo claro de um bairro que tenta não sucumbir às enfermidades do tempo, adaptando-se às novas exigências da cidade e da sociedade, transformando-se e reinventando-se ano após ano.

*«nosso coração africa no peito batucando
ritmo*

*nosso sangue áfrica amor vermelho
feito rio
pra nossa sede*

*carapinha savana membros mulemba
veia nilo cuanza Níger zaire
olhos trópico vida amor tórrido
vida contra a escuridão
nós africa*

*áfrica nosso ritmo
nosso sentido de existir»*

Nós África in MACEDO, 1977: 38

“É um povo de afetos, gregário. Os africanos são todos primos mesmo que o não sejam. Os escravos que serviam o mesmo amo tornavam-se parentes de sangue.”

“A maior riqueza de um povo é a sua memória. Se ninguém contar e escrever, tudo fica esquecido.”

Óscar Ribas

Bibliografia

- AMARAL**, Ilídio do (1959). Subsídios para o estudo da evolução da população de Luanda. Junta de Investigação do Ultramar.
- AMARAL**, Ilídio do (1978). Contribuição para o Conhecimento do Fenómeno de Urbanização em Angola. Separata de Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia. Vol. XIII-25.
- AMARAL**, Ilídio do (1983). Luanda e os seus “muçequês”. Problemas de Geografia Urbana. Finisterra, vol. XVIII, nº36, Lisboa: CEGUL.
- AMARAL**, Ilídio do (1968). Luanda- Estudo de Geografia Urbana. Junta de Investigação do Ultramar. Lisboa.
- ANDRADE**, Mário Pinto de. Mario Pinto de Andrade, uma entrevista dada a Michel Laban. Lisboa: Ed Sá da Costa, 1997 in NASCIMENTO, Washington. Das ingombotas ao bairro operário: políticas metropolitanas, trânsitos e memórias no espaço urbano luanense (Angola, 1940-1960). in Locus Revista de História. 2015. Nº 2.
- ARAÚJO**, Sara (2017). A Estação da Cidade Alta de Luanda e a linha de Ambaca: comparação com situações semelhantes em Portugal. Tese de Mestrado pela Faculdade Lusitana de Lisboa. Lisboa.
- BATALHA**, Fernando (1950). A Arquitectura Tradicional em Luanda. Edição do Museu de Angola.
- BATALHA**, Fernando (1963). Em Defesa do Património Histórico e Tradicional. Centro de Informação e Turismo de Angola. Luanda.
- BETENCOURT**, Andrea (2011). Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas- os musseques de Luanda. Tese de Mestrado pela FAUTL-Lisboa.
- BONITO**, Jéssica (2011). Arquitectura Moderna na África Lusófona. FAUTL. Dissertação de Mestrado.
- CASTELO**, Cláudia (2007). Passagens para África- O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974). Edições Afrontamento. Porto.
- CHOAY**, Françoise (2010). A Alegoria do Património. Edições 70. Lisboa.
- COELHO**, Carlos Dias (2014). “Os tempos da cidade: Uma Metamorfose Imperfeita” in COELHO, Carlos Dias (Coord). 2- O Tempo E a Forma, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da Cidade Portuguesa. Argumentum. Lisboa.
- COELHO**, Carlos (2013). “O Tecido- leitura e interpretação” in COELHO, Carlos Dias (Coord). 1- Os Elementos Urbanos, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da Cidade Portuguesa. Argumentum. Lisboa.
- CONNERTON**, Paul (2012). Como as Sociedades Recordam. Celta Editora. Oeiras. 1999.
- CORREIA**, Maria Alice. O Património do movimento moderno- Luanda 1950-1975. TESE de Mestrado pela FAUUSP.

COSTA, Alexandre (2000). “Então e Portugal, hein?... Cheira Bem!”, Lisboa, *Jornal de Arquitectos*, nº 197.

COSTA, João Pedro (2013). “O Quarteirão- Elemento Experimental no Desenho da Cidade Contemporânea” in COELHO, Carlos Dias (Coord). 1- Os Elementos Urbanos, *Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da Cidade Portuguesa*. Argumentum. Lisboa.

CRUZ, Catarina (2016). Entre a História e a Contemporaneidade - Requalificação Urbana da Área Monumental Belém-Ajuda. Tese de Mestrado pela FAUTL-Lisboa.

DELAQUA, Victor [em linha]. 2015. [Consultado a 17 de Janeiro de 2018]. Cobogós: Breve História e Usos. Disponível em WWW: < <https://www.archdaily.com.br/br/768101/cobogo> >

Development Workshop (DW). Diagnóstico de Riscos Ambientais nas Áreas Periurbanas. 2000. Obtido em Outubro de 2017, de Slides Share: https://pt.slideshare.net/DevelopmentWorkshopAngola/dw-research-gis-riscos-ambientais-luanda-2000?next_slideshow=2

Development Workshop (DW). Obtido em Outubro de 2017. https://angolaenglish.wordpress.com/2013/01/03/new-political-administrative-division-of-luanda-province/luanda_antigadpa/#main

Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea. Lisboa: Academia de Ciências e Editorial Verbo, 2001.

FERNANDES, José Manuel (2011). África: Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa. *Caleidoscópio*. Lisboa.

FERNANDES, José Manuel (2010). Angola no século XX: Cidades, Território e Arquitecturas 1925-1975. *Maisimagem*.

FERNANDES, José Manuel (2005). *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*. *Caleidoscópio*. Lisboa.

FERNANDES, Sérgio (2013). “O Traçado, o Sítio e a Forma” in COELHO, Carlos Dias (Coord). 1- Os Elementos Urbanos, *Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da Cidade Portuguesa*. Argumentum. Lisboa.

FERREIRA, André Faria (2008). *Obras Públicas em Moçambique- Inventário de Produção arquitectónica executada entre 1933 e 1961*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

FONTE, Maria Manuela (2012). *Urbanismo e Arquitectura em Angola*. *Caleidoscópio*. Lisboa.

JÚNIOR, José, **LOBO**, Manuel (2013). *Urbanismo de Colina: uma tradição luso-brasileira*. sersilito-Empresa Gráfica Ida, Maia.

- LABAN**, Michel (1977). José Luandino Vieira e a sua obra- estudos, testemunhos e entrevistas. Edições 70. Lisboa.
- LEITE**, João Silva (2013). “A Parcela – Um Instrumento de Leitura dos Elementos Lineares Emergentes ” in COELHO, Carlos Dias (Coord). 1- Os Elementos Urbanos, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da Cidade Portuguesa. Argumentum. Lisboa.
- LOUREIRO**, João (2000). Memórias de Angola. Mais Imagem-Comunicação Global, LDA.
- LYNCH**, Kevin (1989). “Estrutura da Percepção Urbana” in CHOAY, Françoise. O Urbanismo, Utopias e Realidades- Uma Antologia. Perspectiva. São Paulo.
- LYNCH**, Kevin (1982). A Imagem da Cidade. Edições 70. Lisboa.
- LYNCH**, Kevin (2017). A Imagem da Cidade. Edições 70. Lisboa.
- MACEDO**, Jorge (1977). Clima do Povo. Edições 70. Lisboa.
- MAGALHÃES**, Ana (2015). Migrações do Moderno: arquitectura na diáspora – Angola e Moçambique (1948-1975). Tese de Doutoramento em Arquitectura pela Universidade Lusíada de Lisboa.
- MAGALHÃES**, Ana (2009). Moderno Tropical. Arquitectura em Angola e Moçambique, 1948-1975. Tinta da China. Lisboa.
- MARTINS**, Isabel (2000). Luanda: a cidade e a arquitectura. Tese Doutoramento pela FAUP-Porto/Luanda. (policopiada).
- MATINS**, Isabel (coord). Arquitecturas de Luanda. Universidade Agostinho Neto. Luanda. s/d
- MILHEIRO** (coord.) (2015). Optmistic Suburbia? The students’ Perspective. ISCTE-IUL, CIAMM, FCT, UTANGA, DINAMIA’CET. Lisboa.
- MILHEIRO**, Ana Vaz (2016). Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”. Relógio D’Água. Lisboa ISCTE.
- MILHEIRO**, Ana Vaz. (2012). “Fazer Escola: A Arquitectura Pública do Gabinete de Urbanização Colonial para Luanda” In PRADO, Roberto; MARTÍ, Paz. La Modernidad Ignorada- Arquitectura Moderna de Luanda. Fundação Geral da Universidade de Alcalá.
- MILHEIRO**, Ana Vaz (2012). Nos Trópicos sem Le Corbusier. Relógio D’água editores. Lisboa.
- MILHEIRO**, Ana Vaz. Património de Influência Portuguesa [em linha]. Lisboa: 2014. [Consult. 24 de Novembro 2017] Ministério das Finanças (antigo edifício dos Serviços da Fazenda e Contabilidade de Luanda). Disponível em WWW: < URL: <http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=2284> >
- MONTEIRO**, Ramiro (1973). A Família nos Musseques de Luanda. Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola. Luanda.

MOURÃO, Fernando (2006). Continuidades e descontinuidades de um Processo Colonial Através de uma Leitura de Luanda: Uma interpretação do desenho urbano. Terceira Imagem. Rio de Janeiro.

MURARO, Andreia C. No país do Tempo que foi: os quintais de Ernesto Lara Filho in Revista África. nº 33-34. São Paulo. 2013/2014. P 27-36.

MUZIO, Giovanni (2010). “Formas Novas de Cidades Modernas.” In RODRIGUES, José (coord). Teoria e Crítica de Arquitectura Século XX. Caleidoscópio. Lisboa.

NASCIMENTO, Washington (2015). Das ingombotas ao bairro operário: políticas metropolitanas, trânsitos e memórias no espaço urbano luandense (Angola, 1940-1960) in Locus Revista de História. Nº 2.

PÉLLISSIER, René, & **WHEELER**, Douglas (2011). História de Angola. Tinta da China. Lisboa.

PEPETELA (1990). Luandando. Elf Equitaine Angola.

PORTES, Raquel [em linha]. 2012. [Consultado a 17 de Janeiro de 2018]. Espaço Urbano: Circulação (hierarquias). Disponível em WWW: < https://fundamentosar-qeurb.files.wordpress.com/2012/05/aula_fundurb_vias.pdf >

PROENÇA, Sérgio (2013). “A Rua-Os Tipos Morfo-toponímicos de Lisboa in COELHO, Carlos Dias (Coord). 1- Os Elementos Urbanos, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da Cidade Portuguesa. Argumentum. Lisboa.

PROENÇA, Sérgio (2014). “ A Resistência da Forma Humana. A Persistência dos Traços na Forma da Cidade” in Os tempos da cidade: Uma Metamorfose Imperfeita” in COELHO, Carlos Dias (Coord). 2- O Tempo E a Forma, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da Cidade Portuguesa. Argumentum. Lisboa.

REDINHA, Jose (1973). A habitação tradicional angolana: aspectos de sua evolução. Edição do CITA (Fundo do Turismo e Publicidade).

Revista IPGUL Nº6. Luanda. 2014. P 48-49.

RIBAS, Óscar (1997). Dicionário de regionalismos angolanos. Contemporânea. Matosinhos.

RIBAS, Óscar (1989). Ecos da Minha Terra. Edições ASA. Porto.

RIBAS, Óscar (2002). Temas da vida angolana e suas incidências. Caxinde. Luanda.

RIBEIRO, Irene (1993). Raul Lino: Pensador Nacionalista da Arquitectura. Tese de Dissertação em Filosofia. Faculdade de Letras do Porto. Porto.

RODRIGUES, Cristina (2003). Recomposição Social e Urbanização em Luanda. CE-A-ISCTE. Lisboa.

- RODRIGUES**, José Manuel (coord) (2001). Teoria e Crítica de Arquitectura- Século XX. Caleidoscópio. Lisboa. 2010. ROSSI, Aldo. A Arquitectura da Cidade. Edição Cosmos. Lisboa.
- SANTOS**, Arnaldo (1977). Poemas do Tempo. Edições 70. Lisboa.
- SERT**, José Luís (2010). “ “ in RODRIGUES, José Manuel (coord.). Teoria e Crítica de Arquitectura- Século XX. Caleidoscópio. Lisboa.
- SILVA**, José (2013). “A Praça- A Reinterpretação do Espaço Público na Valorização dos Conjuntos Patrimoniais no século XX” in COELHO, Carlos Dias (Coord). 1- Os Elementos Urbanos, Cadernos de Morfologia Urbana, Estudos da Cidade Portuguesa. Argumentum. Lisboa.
- SILVA**, Maria [em linha]. Lisboa: 1999. [Consult. 10 de Novembro 2017]. Entrevista a Óscar Ribas em Outubro de 1999. Disponível em WWW: < http://www.casaldasletras.com/Textos/Oscar_Ribas.pdf >
- SILVA**, Michaelle (2016). Um modelo de Habitação para o Mussequê de Luanda: Intervenção no Bairro Prenda. Tese de Mestrado pela FAUTL-Lisboa.
- SITTE, Camilo (1989). “O Urbanismo Culturalista ” in CHOAY, Françoise. O Urbanismo, Utopias e Realidades- Uma Antologia. Perspectiva. São Paulo.
- TEIXEIRA**, Carlos (2013). Direito Angolano do Ordenamento do Território e do Urbanismo. Almedina. Coimbra.
- TEIXEIRA**, Manuel & **VALLA**, Margarida (1999). O urbanismo Português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil. Livros Horizonte. Lisboa.
- TOSTÕES**, Ana & **ARNAUT**, Daniela [em linha]. Lisboa: 2008. [Consult. 24 de Novembro 2017]. Edifício Alfredo de Matos (atual Ministério do Urbanismo e Obras Públicas). Disponível em WWW: < <http://www.hpip.org/def/pt/Homepage/Obra?a=76> >
- TOSTÕES**, Ana (2013). Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique. ICIST/Técnico. Lisboa.
- TRINDADE**, Augusto José Pereira (2000). O Fenómeno Urbano na África Subsariana- o caso de Luanda. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas-ISCSP. Lisboa.
- VENÂNCIO**, Joana (2013). O Bairro Prenda em Luanda: entre o formal e o informal. Tese de Mestrado pela FAUP-Porto.
- VIEIRA**, José Luandino(1977). A cidade e a Infância. Edições 70. Lisboa.
- VIEIRA**, José Luandino (1986). Velhas Estórias. Edições 70. Lisboa.

Índice de Figuras

Fig 1. Reino do Congo em Angola.

Fonte 1: Acervo do IPGUL

Fig 2. Mapa Português em África, ilustrativo do mapa cor-de-rosa.

Fonte 2: Acervo do IPGUL.

Fig 3. Mapa do Continente africano com destaques para as colónias portuguesas.

Fonte 3: Knoow net: Enciclopédia Temática.

Fig 4. África no planisfério português de Cantino, 1502.

Fonte 4: Wikimedia Commons.

Fig 5. Recepção do povo português no Reino do Congo.

Fonte 5: Educalingo.

Fig 6. Sobrado na Rua Direita do Bungo.

Fonte 6: VENÂNCIO, 201:40.

Fig 7. Telhados em Tesoura.

Fonte 7: VENÂNCIO, 201:40.

Fig 8. Fotografia da Baía de Luanda.

Fonte 8: FONTE, 2012.

Fig 9. Localização de Angola em África.

Fonte 9: Autora.

Fig 10. Localização de Luanda em Angola.

Fonte 10: Autora.

Fig 11. Província de Luanda

Fonte 11: com base na informação contida na Revista IPGUL N°6, 2014.

Fig 12. Topografia de Luanda

Fonte 12: SILVA, 2016, p 21.

Fig 13. Distritos de Luanda

Fonte 13: Autora com base na informação contida na Revista IPGUL N°6, 2014.

Fig. 14. Vista da Cidade de Luanda em meados do século XVII, 1968.

Fonte 14: AMARAL, 1968:64-65.

Fig. 15. Planta da Cidade de S. Paulo de Luanda, segundo Barlaeus, 1647

Fonte 15: Acervo do IPGUL.

Fig. 16. Planta da Cidade de S. Paulo de Luanda, 1698.

Fonte 16: Acervo do IPGUL.

Fig 17. Planta da Cidade de Luanda, 17557

Fonte 17: Acervo Cartográfico do IPGUL, Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda.

Fig 19. Planta da Cidade de Luanda, 1862, de F. Dutra.

Fonte 19: Acervo Cartográfico do IPGUL.

Fig 20. Esboço da Planta da cidade de S. Paulo de Loanda, 1926.

Fonte 20: Acervo Cartográfico do IPGUL.

Fig 21. Mapa Turístico da Cidade de Luanda.

Fonte 21: Acervo Cartográfico do IPGUL.

Fig 22. Estampa Nº 50 Plano Hidrográfico do Porto de Luanda.

Fonte 22: Acervo Cartográfico do IPGUL.

Fig 23. Mapa com sobreposição de momentos históricos.

Fonte 23: Adaptação de FERNANDES: 2010,69.

Fig 24. Expansão da Cidade em 1755.

Fonte 24: Autora.

Fig 25. Expansão Cidade em 1862.

Fonte 25 : Autora.

Fig 26. Expansão Cidade em 1926.

Fonte 26: Autora.

Fig 27. Expansão Cidade em 1952.

Fonte 27: Autora.

Fig 28. Expansão da Cidade em 1965.

Fonte 28: Autora.

Fig 29. Expansão da Cidade em 1975.

Fonte 29: Autora.

Fig 30. Expansão da Cidade em 1985.

Fonte 30: Autora.

Fig 31. Expansão da Cidade em 1995.

Fonte 31: Autora.

Fig 32. Expansão da Cidade em 2000.

Fonte 32: Autora.

Fig 33. Exposição da Cidade em 2007.

Fonte 33: Autora.

Fig 34. Exposição da Cidade em 2013.

Fonte 34: Autora.

Fig 35. Tabela Rápida da População do Séc. XX.

Fonte 35: AMARAL; 1959.

Fig 36. Gráfico Representativo do aumento populacional no séc XX.

Fonte 36: AMARAL, 1959.

Fig 37. Gráfico da População em função do grupo rácico.

Fonte 37: AMARAL, 1959.

Fig 38. Distribuição da População em 1960.

Fonte 38: AMARAL, 1968.

Fig 39. Distribuição da População em 1970.

Fonte 39: Pires, 2014, P 72.

Fig 40. Vista da Baixa.

Fonte 40: FONTE; 2012:121.

Fig 41. Luanda, Cidade Baixa.

Fonte 41: FONTE; 2012:121.

Fig 42. Esboço do Plano de 1942 de Etienne de Groer e David Moreira da Silva.

Fonte 42: FONTE;2012.

Fig 43. Esquema do Plano de 1942.

Fonte 43: FREITAS, 2015:30.

Fig 44. Plano de Urbanização de Luanda, Arq. João António de Aguiar.

Fonte 44: FONTE, 2012.

Fig 45. Panorâmica da Cidade, 1816.

Fonte 45: AMARAL, 1968:64-65.

Fig 46. Avenida Marginal antes do Plano de 1950 do arq. Vieira da Costa.

Fonte 46: Arquivo Histórico de Luanda.

Fig 47. Avenida Marginal depois do Plano de 1950 do arq. Vieira da Costa.

Fonte 47: FONTE; 2012:125.

Fig 48. Plano Director de Simões de Carvalho, 1961.

Fonte 48: FONTE; 2012:125.

Fig 49. O Edifício do Porto de Luanda no remate da marginal.

Fonte 49: FONTE; 2012:125.

Fig 50. Avenida dos Combatentes- uma das maiores vias de Luanda.

Fonte 50: FONTE; 2012:125.

Fig 51. Bairro Operário antes de 1960.

Fonte 51: Por Dentro da África.

Fig 52. Unidade de VizinhançaNº1 e Nº3.

Fonte 52: FONTE, 2012.

Fig 53. Unidade de VizinhançaNº1 e Nº3.

Fonte 53: FONTE, 2012.

Fig 54. Esquema de um dos Satélites.

Fonte 54. FONTE, 2012.

Fig 55. Vista Aérea do Bairro do Miramar.

Fonte 55: Wikimapia.

Fig 56. Unidade de Vizinhança Nº1, Prenda.

Fonte 56: Património de Influência Portuguesa.

Fig 57. Bairro Operário.

Fonte 57: Consultar Índice de Imagens.

Fig 58. Igreja Nossa Sra de Fátima.

Fonte 58: Angonotícias.

Fig 59. Palácio das Comunicações.

Fonte 59: Soares da Costa.

Fig 60. Palácio de Ferro.

Fonte 60: Consultar o Índice de imagens.

Fig 61. Luanda em 1900: Musseques e Aglomerados de Cubatas.

Fonte 61: Autora.

Fig 62 Áreas Formais e Informais.

Fonte 62: SILVA, 2016.

Fig 63. Distribuição da População pelas Tipologias de Áreas Habitacionais entre 1881-1989.

Fonte 63: VENÂNCIO, 2013:48.

Fig 64. Musseques na Década de 1950.

Fonte 64: Autora.

Fig 65. Musseques na Década de 1970.

Fonte 65: Autora.

Fig 66. Musseques em 2013.

Fonte 66: Autora.

Fig 67. Vista Aérea do Bairro das Ingombotas, sec XX.

Fonte 67: Arquivo Histórico de Luanda.

Fig 68. Fotografia Aérea de Localização do Bairro das Ingombotas na cidade.

Fonte 68: GoogleEarth 2018.

Fig 69. Fotografia do Bairro das Ingombotas.

Fonte 69. Arquivo Histórico de Luanda.

Fig 70. Bairro Indígena: Bairro das Ingombotas.

Fonte 70. Arquivo Histórico de Luanda.

Fig 71. Igreja e Convento do Carmo.

Fonte 71: Património de Influência Portuguesa.

Fig 72. Vista parcial da Cidade baixa, onde se vê o Bairro das Ingombotas.

Fonte 72: Arquivo Histórico de Luanda.

Fig 73. Bairro das Ingombotas em 1900.

Fonte 73: VENÂNCIO, 2013: 48.

Fig 74. Aspecto geral de um bairro indígena.

Fonte 74: Arquivo Histórico de Luanda.

Fig 75. Bairro dos Coqueiros, 1800.

Fonte 75: Kimbo Lagoa.

Fig 76. Panorama da Cidade de Luanda.

Fonte 76: Arquivo Histórico de Luanda.

Fig 77. Bairro das Ingombotas.

Fonte 77: Arquivo Histórico de Luanda.

Fig 78. Mulata habitante das Ingombotas.

Fonte 78: Arquivo Histórico de Luanda.

Fig 79. Um bairro Indígena.

Fonte 79: Arquivo Histórico de Luanda.

Fig 80. A “fronteira do asfalto”.

Fonte 80: PEPETELA, 1999.

Fig 81. Planta representativa do limite da cidade africana e europeia.

Fonte 81: Autora.

Fig 82. Musseque das Ingombotas, início do séc. XX.

Fonte 82: Por Dentro da África.

3. Planta de 1939, representativa dos bairros.

Fonte 83: MARTINS, 2002:267.

Fig 84. Largo do Kinaxixe, anos 70.

Fonte 84: geoview.info

Fig 85. Bairro Operário, séc XX.

Fonte 85: Por Dentro da África.

Fig 86. Fotografia do Bairro das Ingombotas e Operário, 1969.

Fonte 86: Sabor Angola.

Fig 87. Envoltente de um bairro indígena.

Fonte 87: PEPETELA, 1999.

Fig 88. Atividades social no bairro indígena: O barbeiro.

Fonte 88: SILVA, 2016.

Fig 89. O carro-pipa para o transporte da água.

Fonte 89: PEPETELA, 1999.

Fig 90. Kitandeira exercendo a sua função.

Fonte 90: SILVA, 2016.

Fig 91. Os Obreiros. Desenho de Luandino Vieira.

Fonte 91: FONTE; 2012:254.

Fig 92. Planta da Exposição do Mundo Português, 1940.

Fonte 92: FONTE, 2012.

Fig 93. Maquete da Exposição do Mundo Português.

Fonte 93: FONTE, 2012.

Fig 94. Planta de S. Paulo de Loanda, 1926.

Fonte 94: Acervo Cartográfico do IPGUL.

Fig 95. Plano de António de Aguiar, 1950.

Fonte 95: FONTE, 2012.

Fig 96. Vista Parcial da Baía de Luanda, anos 60.

Fonte 96: FONTE, 2012.

Fig 97. Plano de Simões de Carvalho, 1961.

Fonte 97: FONTE.

Fig 98. Vista para a Baía de Luanda.

Fonte 98 FONTE, 2012.

Fig 99. Planos Parciais de zonas centrais da cidade, GUC, Arq. Simões de Carvalho.

Fonte 99: FONTE, 2012.

Fig 100. Planos Parciais de zonas centrais da cidade, GUC, Arq. Simões de Carvalho.

Fonte 100: FONTE, 2012.

Fig 101. Fachada Principal da Igreja do Carmo.

Fonte 101: Arquivo Científico Tropical.

Fig 102. Fachada Tardoz da Igreja do Carmo.

Fonte 102: Angola Bela.

Fig 103. Edifício da Camara Municipal de Luanda.

Fonte 103: Arquivo Histórico de Luanda.

Fig 104 Enquadramento do Edifício da Camara Municipal de Luanda.

Fonte 104: Arquivo Histórico de Luanda.

Fig 105. Edifício da Camara Municipal de Luanda.Atual.

Fonte 105: Portal de Angola.

Fig 106. Enquadramento Edifício da Fazenda.

Fonte 106: Luanda Blogue.

Fig 107. Edifício da Fazenda, Vista aproximada. 1973.

Fonte 107: Arquivo Digital.

Fig 108. Edifício da Fazenda Atualmente.

Fonte 108: Tukayana Blogue.

Fig 109. Edifício da Mutamba.

Fonte 109: MILHEIRO, 2012; 201.

Fig 110. Envolvente do Edifício da Mutamba.

Fonte 110: MILHEIRO, 2012; 201.

Fig 111. Pormenor do Edifício da Mutamba.

Fonte 111: Arquivo Digital.

Fig 112. Escola Mutu Ya kevela (Liceu Salvador Correia)

Fonte 112: Jacinto Rodrigues, retalhos bibliográficos.

Fig 113. Escola Mutu Ya kevela(atual).

Fonte 113: Jacinto Queiroz, via Linked in.

Fig 114. Hospital Josina Machel (Maria Pia)

Fonte 114: Arquivo Científico Tropical.

Fig 115. Hospital Josina Machel (atual).

Fonte 115: Interlusófono.

Fig 116. Uma habitação nas proximidades de Luanda.

Fonte 116: REDINHA, 1964.

Fig 117. Uma casa num bairro indígena.

Fonte 117: SILVA, 2016.

Fig 118. Evolução da organização espacial das cubadas:

Fonte 118: REDINHA, 1964.

Fig 119. Evolução da habitação tradicional.

Fonte 119: REDINHA, 1964.

Fig 120. Casa no Bairro das Ingombotas Fachada Principal.

Fonte 120: Autora.

Fig 121. Simulação da planta da casa.

Fonte 121: Autora.

Fig 122 .Casa no Bairro das Ingombotas| Cozinha.

Fonte 122: Autora.

Fig 123.Casa no Bairro das Ingombotas| Percursos Exteriores..

Fonte 123: Autora.

Fig 124. Casa no Bairro das Ingombotas.| Materiais.

Fonte 124: Autora.

Fig 125. Esquema do Traçado Urbano em função da topografia do terre.

Fonte 125: Autora.

Fig 126. Planta do Traçado Urbano.

Fonte 126: Autora.

Fig 127. Planta da Malha Urbana.

Fonte 127: Autora.

Fig 128. Avenida do 1º Congresso do MPLA (princiapl).

Fonte 128: Márcio Fernandes.

Fig 129. Rua Amílcar Cabral, 2017 (rua de carater principal).

Fonte 129: Autora.

Fig 130. Hierarquia Viária.

Fonte 130: Autora.

Fig 131. Perfil da Av. Revolução de Outubro.

Fonte 131: Autora.

Fig 132: Momentos na Rua Amílcar Cabral.

Fonte 132: Autora.

Fig 133. Paragem de Taxis na Mutamba, 1974.

Fonte 133: Arquivo Digital.

Fig 134. Antigo Largo da Maianga.

Fonte 134: mapio.net

Fig 135. Paragem de Taxis da Maianga.

Fonte 135: mapio.net

Fig 136. Avenida de Portugal (rua de carácter secundário).

Fonte 136: Márcio Fernandes.

Fig 137. Rua José Rodrigues (rua de carácter local).

Fonte 137: Márcio Fernandes.

Fig 138. Perfil da Av. de Portugal.

Fonte 138: Autora.

Fig 139. Pontos Nodais.

Fonte 139: Autora.

Fig 140. Largo Amílcar Cabral,

Fonte 140: SALVADOR, 2007.

Fig 141. Largo Amílcar Cabral (2018).

Fonte 141: Autora.

Fig 142. Mutamba, 1972.

Fonte 142: Arquivo Digital.

Fig 143. Jardins e Praças.

Fonte 143: Autora.

Fig 144. Jardim “ferradura” de Salvador Correia.

Fonte 144: SALVADOR, 2007.

Fig 145. Jardim à frente do Governo Provincial (Largo Irene Cohen)

Fonte 145: Márcio Fernandes.

Fig 146. Vista Aérea Parcial do largo Irene Cohen.

Fonte 146: Autora.

Fig 147. Mapa Altimétrico.

Fonte 147: Autora.

Fig 148. Rua da Missão. Zona de edifícios altos.

Fonte 148: SALVADOR, 2007.

Fig 149. Mapa de Usos.

Fonte 149: Autora.

Fig 150. Comércio Formal.

Fonte 150: Autora.

Fig 151. Marcos Visuais no Bairro das Ingombotas e na sua envolvente.

Fonte 151: Autora.

Fig 152. Lugares Apropriados pela população.

Fonte 152: Autora.

Fig 153. Estação de Caminhos de Ferro da Cidade Alta (atual).

Fonte 153: Autora.

Fig 154. Estação de Caminhos de Ferro da Cidade Alta.

Fonte 154: PEPETELA, 1999:75.

